



PROJETO PEDAGÓGICO

DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CEARÁ

Redenção (CE), agosto de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Roque do Nascimento Albuquerque
Reitor

Eliane Gonçalves da Costa
Vice-Reitora

Thiago Moura de Araújo
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Luma Nogueira de Andrade
Diretor do Instituto de Humanidades

Sérgio Krieger Barreira
Coordenador do Curso de Licenciatura em História - Ceará

Edson Holanda Lima Barboza
Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro
Lourenço da Conceição Cardoso
Marcos Vinícius Santos Dias Coelho
Rafael da Cunha Scheffer
Robério Américo do Carmo Souza
Sérgio Krieger Barreira
Núcleo Docente Estruturante (responsável pela elaboração)

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso de Licenciatura em História

Duração do Curso:

Mínima: 4,5 anos

Máxima: 6,0 anos

Modalidade: Presencial

Regime Letivo: Seriado Semestral

Turnos de Oferta: Noturno

Vagas Autorizadas: 80 vagas anuais

Carga Horária: 3.440 horas

Título Acadêmico: Licenciado em História

Endereço: Campus das Auroras. Rua José Franco de Oliveira s/n, CEP.: 62790-970,
Redenção – Ceará – Brasil.

Quadro dos/as Professores/as Efetivos vinculados ao Curso de Licenciatura em História:

Aline Cristina de Oliveira Abbonizio
Artemisa Odila Candé Monteiro
Edson Borges
Edson Holanda Lima Barboza
Fábio Eduardo Cressoni
Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro
Fernando Afonso Ferreira Junior
Itacir Marques da Luz
José Josberto Montenegro Souza
Larissa Oliveira e Gabarra
Lourenço da Conceição Cardoso
Marcos Vinícius Santos Dias Coelho
Natália Cabanillas
Rafael da Cunha Scheffer
Robério Américo do Carmo Souza
Roberto Kennedy Gomes Franco
Sérgio Krieger Barreira
Silviana Fernandes Mariz

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História:

Edson Holanda Lima Barboza
Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro
Lourenço da Conceição Cardoso
Marcos Vinícius Santos Dias Coelho
Rafael da Cunha Scheffer
Robério Américo do Carmo Souza
Sérgio Krieger Barreira

Sumário

1. Apresentação e histórico do Curso	3
2. Justificativa	7
3. Contextualização da Instituição de Ensino Superior (IES)	22
3.1. Nome da IES	22
3.2. Endereço da IES	22
3.3. Documento de Criação da IES	22
3.4. Perfil e Missão da IES	22
3.5. Dados Socioeconômicos da Região	24
4. Princípios Orientadores	27
5. Objetivos	30
6. Fundamentação Metodológica	32
7. Perfil Profissional	38
7.1. Competências e habilidades gerais	39
7.2. Competências e habilidades específicas	40
8. Áreas de Atuação	41
9. Formas de Ingresso	43
10. Estrutura Curricular	44
10.1. Campo Curricular	45
10.2. Fluxo de Integração Curricular	46
10.3. Distribuição das Disciplinas por Núcleos	52
10.4. Resumo da Matriz Curricular	56
10.5. Fluxograma	57
11. Ementários e Referências das Disciplinas	58
11.1. Componentes do Núcleo I – Estudos de Formação Geral	58
11.2. Componentes Obrigatórios do NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	73
11.3. Componentes Optativos do NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	94
11.4. Componentes do NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado	117
12. Metodologias de Ensino-Aprendizagem	123
13. Integralização Curricular	124
14. Atividades Complementares	124

15. Atividades de Extensão	128
16. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)	130
17. Política de Estágio de Estágio Curricular Supervisionado	131
18. Gestão do Estágio Curricular Supervisionado	131
19. Gestão do Curso	133
19.1. Colegiado do Curso	133
19.2. Coordenador do Curso	134
19.3. Núcleo Docente Estruturante	134
20. Avaliação	135
20.1. Da Aprendizagem	136
20.2. Do Ensino	136
20.3. Do Currículo	137
21. Condições de oferta do curso	137
21.1. Recursos Materiais	137
21.2. Recursos Humanos	139
22. Apoio Discente	139
22.1 Dos Auxílios	139
22.2 Bolsas e programas de excelência acadêmica, Iniciação científica e na Docência	140
22.3 Estrutura	141
23. Acessibilidade	142
24. Disposições Finais	143
24.1 Da Implementação da Nova Matriz Curricular	143
24.2 Da vinculação de ingressantes à Nova Matriz Curricular	144
25. Referências Bibliográficas	145
26. Referências Normativas	150

1. Apresentação e histórico do Curso

Este documento tem por finalidade fundamentar a reestruturação e o acompanhamento do curso de Licenciatura em História, ofertado pelo Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IH/UNILAB), no Ceará, que foi criado pela **Resolução CONSUNI/UNILAB nº 026/2013**, de 21 de novembro de 2013 e posteriormente modificado pela **Resolução CONSUNI/UNILAB nº 39/2018**, de 18 de dezembro de 2018. A proposta está em conformidade com a legislação vigente referente à formação de professores/as para a Educação Básica, e visa também viabilizar o ingresso direto de estudantes egressos/as do Ensino Médio brasileiro e de suas equivalências nos países parceiros da UNILAB.

O curso de Licenciatura em História confere o grau de Licenciado(a) em História e está estruturado na modalidade presencial, com funcionamento no turno noturno. São ofertadas anualmente 80 (oitenta) vagas, distribuídas em duas entradas de 40 (quarenta) vagas cada. O ingresso ocorre preferencialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC), do Programa de Seleção de Estudantes Internacionais da UNILAB (PSEI/UNILAB) e do Programa de Ações Afirmativas da própria universidade, respeitando-se os percentuais definidos nas normativas internas da universidade.

Outras formas de ingresso incluem processos seletivos regulamentados por editais específicos publicados pela Administração Superior da UNILAB, com vistas ao preenchimento de vagas remanescentes e de vagas ociosas. Tais processos contemplam a admissão de graduados, mudança de curso no âmbito da universidade e transferência de estudantes oriundos de outras instituições de Ensino Superior.

O curso tem duração de nove semestres letivos, com tempo mínimo de integralização de quatro anos e meio e máximo de seis anos. A carga horária total é de 3.440 (três mil quatrocentas e quarenta) horas. O curso é oferecido no Campus das Auroras, situado no município de Redenção, no Estado do Ceará.

A elaboração deste Projeto Pedagógico baseou-se na observância rigorosa da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), da Base Nacional Comum para a Formação de Professores/as da Educação Básica (BNC-Formação), dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como de toda a legislação federal vigente aplicável. Além disso, foram considerados os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e as normas expedidas pelos conselhos superiores da UNILAB.

A trajetória do curso teve início em 2012, com a elaboração do seu primeiro Projeto Pedagógico. Em 2013, o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) foi aprovado pelo Conselho Universitário da UNILAB, autorizando o funcionamento do curso em regime trimestral, modelo adotado por todos os cursos da universidade à época, na condição de segundo ciclo do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU).

Os/AS primeiros/as estudantes ingressaram no curso por meio de edital específico para egressos do BHU, em novembro de 2014. As atividades curriculares iniciaram-se efetivamente em fevereiro de 2015. Em 2016, o PPC foi modificado para adequação ao regime semestral, por meio de uma revisão que não alterou seus princípios, suas diretrizes, nem seu perfil formativo.

O curso recebeu visita de avaliação do Ministério da Educação para fins de reconhecimento em abril de 2018, tendo obtido Conceito Final 5 (cinco), conforme registra Protocolo e-MEC nº 201709312, Código de Avaliação nº 139859.

No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) do ano de 2021 o Curso obteve Conceito ENADE Contínuo 1,903 (um vírgula novecentos e três) e Conceito ENADE Faixa 2 (dois)

Atualmente, o curso conta com 98 (noventa e oito) discentes ativos, sendo 94% brasileiros/as, 5% oriundos da Guiné-Bissau e 2% de Angola.

Com vistas à internacionalização, a UNILAB estabeleceu acordos de cooperação com diversas instituições públicas de ensino superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a saber:

- **Angola:** Universidade Agostinho Neto, Universidade 11 de Novembro, Universidade José Eduardo dos Santos, Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Universidade Kimpa Vita, Universidade Lwegi A'Nkonde, Universidade Katiavala Bwila, Instituto Superior de Artes e Instituto Superior de Ciências da Educação;
- **Cabo Verde:** Universidade de Cabo Verde e Instituto Universitário de

Educação;

- **Moçambique:** Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica, Universidade Zambeze e Universidade Lúrio;
- **São Tomé e Príncipe:** Universidade de São Tomé e Príncipe;
- **Timor-Leste:** Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.
- Atualmente, estão em curso tratativas para ampliar esses acordos, incluindo instituições da Guiné-Bissau.

No plano local, como forma de garantir maior integração com a região que a abriga e, também, como meio de dar as condições para realização dos estágios supervisionados, a UNILAB firmou convênios com a Secretaria de Planejamento e Gestão e com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, permitindo que os/as estudantes do curso realizem o Estágio Supervisionado na rede estadual de Educação Básica. Há ainda parcerias estabelecidas com as secretarias municipais de educação dos municípios de Acarape, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Capistrano, Fortaleza, **Guaiuba**, Guaramiranga, Maracanaú, Pacatuba, Pacoti, Palmácia, Mulungu e Redenção.

Dessa forma, o principal campo de estágio dos discentes do curso, brasileiros/as e estrangeiros/as, está situado no Sistema de Educação Básica do Estado do Ceará e nos municípios do Maciço de Baturité e da Região Metropolitana de Fortaleza.

Ao longo dos últimos dez anos, o curso formou 238 (duzentos e trinta e oito) professores-historiadores e professoras-historiadoras. Muitos desses egressos atuam atualmente em instituições públicas e privadas de Educação Básica no Estado do Ceará. Entre os egressos internacionais, diversos retornaram a seus países de origem, onde atuam como docentes e gestores da educação escolar. Outros seguiram seus estudos, ingressando em programas de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior.

O corpo docente do curso é composto por 18 (dezoito) professores/as efetivos/as, todos doutores/as, em regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva.

Ao longo de sua trajetória, o curso de Licenciatura em História, por meio de seus docentes, obteve aprovação em diversos projetos nos programas de bolsas de pesquisa, extensão e monitoria, bem como em iniciativas da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como o Programa de Residência Pedagógica (2018–2023) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), vigente desde 2018.

Esses projetos asseguraram a concessão de bolsas de estudo a mais de uma centena de estudantes, contribuindo de forma significativa para a qualificação de sua formação acadêmica e para sua permanência na universidade, especialmente considerando que a maioria provém de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2. Justificativa

Em 1956, Frantz Fanon (1925-1961) afirmou que o racismo se renova, se matiza e muda de fisionomia. E, entre as mutações do discurso racial que identificou estava a de um racismo biológico para um racismo cultural. Em suma, as constelações social e cultural são profundamente remodeladas pelo racismo, cujas repercussões abrangem todos os níveis de sociabilidade – pois “o racismo avoluma e desfigura o rosto da cultura que o pratica”, afirma Fanon.¹ Mas, com o fim das situações de dominação colonial direta e da solidez do conceito biológico de “raça”, podemos afirmar que um “mundo se despedaça” (Chinua Achebe, 1930-2013) ou que “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Marshall Berman, 1940-2013)?² Estaria a “raça” perdendo valor como objeto analítico?

O historiador norte-americano Stanley Elkins afirma “que toda e qualquer sociedade com um passado na escravidão não pode evitar a presença de preconceitos raciais. Estes apenas poderão variar, mostrando-nos simplesmente a existência de diferentes tipos de segregações raciais, conforme os lugares e suas histórias”.³ É por isso que Achebe alerta para o fato de que “o fator raça não é mais uma presença visível nas salas de reunião. Mas pode continuar sendo uma presença invisível no nosso subconsciente. [...] quando nos sentimos bem confortáveis e desatentos, corremos o risco de cometer graves injustiças por pura distração”.⁴

Não devemos, portanto, nos distrair com o perigo de invisibilizar as relações de poder que continuam produzindo e reproduzindo um mundo estruturado pelas ideias de “raça” social, política e epistemologicamente criadas e recriadas em inúmeros padrões de conduta e atitudes psicológicas individuais e coletivas, econômicas, políticas, institucionais, etc. Quando assim enquadra analiticamente o conceito de “raça”, Maldonado-Torres se refere à perspectiva de trabalho dentro de espaços acadêmicos com “ciências descoloniais”, destacando a possibilidade de “falar de um racismo epistemológico, que milita contra a integração de sujeitos de cor aos sistemas universitários e ao florescimento de formas de pensamento que dão

¹FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Luanda: INALD, 1980, p. 41.

²ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³Apud PAMPLONA, Marco A. Os novos rumos da historiografia sobre a escravidão e as raízes do tempo presente. In: _____ (org.). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 6.

⁴ACHEBE, Chinua. **O nome difamado da África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012[,] p. 99.

expressão a suas perguntas, inquietudes e desejos”.⁵ É preciso construir uma nova teoria crítica sobre o sujeito, o objeto e um novo sentido do humano. Questionar as armaduras dos silêncios, preconceitos e estereótipos que encobrem “sujeitos de cor”, grupos étnicos, mulheres, continentes, etc. deve significar a construção de um saber sobre as estruturas materiais, históricas e epistemológicas que legitimam a produção de determinados sujeitos, culturas e espaços como objetos.

O estudo das Humanidades adquire enorme importância na atualidade, por um lado, devido à crescente importância de se aprender e praticar lições interculturais, e, por outro, porque as Humanidades adotam uma visão de longo prazo sobre questões essenciais como a universalidade dos homens e das culturas, a relatividade dos padrões societários, das linguagens, tecnologias, instituições, valores estéticos, éticos e morais. Nesse sentido, observa-se um impulso no sentido de abolir as velhas fronteiras entre as ciências humanas, sociais, as artes e as áreas tecnológicas e biomédicas. O antropólogo Gustavo L. Ribeiro pergunta o que seria de um país desenvolvido sem as ciências e as engenharias, mas também sem antropólogos e sociólogos para compreender suas diferenças, seus contrastes, formular imagens e narrativas sobre nós mesmos. Sendo assim, a prática da inovação não é um fenômeno apenas restrito ao laboratório, visto que “as ciências sociais e humanas e as artes no Brasil têm demonstrado historicamente sua capacidade de contribuir sofisticadamente para tornar esse país um lugar melhor de se viver”.⁶

Exemplo disso são as diversas questões das ciências sociais e humanas que estão presentes no debate político contemporâneo, reforçando a necessidade de sua compreensão crítica. Pesquisas nas Ciências Sociais (a Sociologia e os Estudos Culturais, em particular) têm realizado reflexões epistemológicas na busca de contrapontos críticos para definições clássicas de conceitos como *indivíduo*, *sujeito*, *identidade*, e temas de estudos como *negros*, *populações migrantes*, *relações de contato entre grupos variados*, os quais ganham novas dimensões quando analisados à luz das recentes abordagens interdisciplinares e dos estudos pós-coloniais. Autores como Raymond Williams, Edward P. Thompson, Charles Taylor, Edward Said, Paul Gilroy, Stuart Hall, Homi K. Bhabha, Gayatri C. Spivak e Fredrik Barth, entre outros,

⁵MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das Humanidades e das ciências sociais no século XXI. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 120, 2006.

⁶CAZES, Leonardo. Ciências humanas sem vez. *O Globo*, 22 dez. 2012, p. 4.

têm desenvolvido novas bases teóricas sobre a cultura e a sociedade, embalados pelas profundas mudanças iniciadas desde os acontecimentos de maio de 1968 e a irrupção das lutas dos *novos movimentos sociais* ou *novos sujeitos coletivos* (Stuart Hall) e suas novas demandas por igualdade, direitos, reconhecimento e *différance* (Jacques Derrida, 1930-2004). No Brasil, os “novos” atores sociais — movimento negro, movimento indígena, movimento LGBTT, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, movimento feminista, movimento de mulheres negras entre outros — abriram um leque de demandas e narrativas descentralizadas sobre raça, sexualidade, linguagem, nacionalidade, etc. Esses atores coletivos não têm somente atuações locais ou nacionais, mas chegam mesmo a impor ações globais ou transnacionais.

Entre eles, o movimento social negro brasileiro ou, de acordo com Nilma Lino Gomes, o "Movimento Negro Educador" — como um daqueles sujeitos coletivos — operacionalizou mudanças conceituais, principalmente visando confrontar o pacto do silêncio e da branquitude em torno do discurso histórico e político-ideológico da mestiçagem e da democracia racial. Mesmo já tendo quebrado este “espelho de Narciso”, ainda refletimos sobre uma realidade desejada como integrada, monocultural, harmoniosa e sobre uma diversidade cultural geralmente interpretada como sinônimo de exotismo e folclore, ou como uma característica singular do Brasil, devido ao triângulo racial do mito das três raças e cultural tão diverso do qual é originário. Do ponto de vista historiográfico, a enunciação repetitiva de uma série de textos e imagens sobre a brasilidade e a temática da mestiçagem fez com que adquirissem o estatuto conceitual de “cultura histórica.”⁷ Afinal, as nações seguem construindo suas culturas históricas selecionando e privilegiando determinadas leituras do passado e, também, evidenciando ou silenciando determinados personagens e acontecimentos.

Como contraponto, atualmente o Brasil transita por mais uma conjuntura de

⁷Para Ângela de Castro Gomes, o conceito de “cultura histórica” vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Este conceito assinala que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier* ou o ofício do historiador. E, assim “como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período”. Ver GOMES, Ângela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Faperj, 2007, p. 48-49.

profundas transformações históricas. Período em que alguns dos seus princípios fundacionais são devidamente questionados por sujeitos coletivos que impõem novos olhares ou paradigmas analíticos em direção ao passado, ao presente e ao futuro. Sobre o tabuleiro está o jogo de xadrez da renegociação e da (re)formulação de uma nova sociedade em termos conceituais e funcionais. E uma peça-chave está no significado e na ressignificação de conceitos centrais como *desigualdade*, *diversidade*, *diferença*, *identidade*, *pluralidade cultural* e, principalmente, *mestiçagem* e *miscigenação*. Conceitos e temas de debate da História Pública que remete de grande importância o ensino de História na sala de aula, as mediações com o passado e a consolidação e ampliação da cidadania na história do tempo presente.

O Brasil é uma nação multirracial, pluriétnica e pautada por uma grande diversidade cultural; por outro lado, temos sistemas ou instituições educacionais, currículos, programas de ensino, material didático, práticas pedagógicas individuais e institucionalizadas que ainda sacralizam uma visão machista, monocultural e eurocêntrica do passado e do presente da sociedade brasileira. Contudo, ambos os lados da moeda não são dicotômicos, mas relacionais.

Assistimos lentamente ao avanço das leis educacionais quando se trata da inclusão de conteúdos étnico-raciais no currículo da escola básica. As conquistas legislativas, sem dúvida, são fatos importantes; mas a efetiva implementação das políticas públicas é outro passo a ser realizado. Estas tratam diretamente de questões presentes no mundo real e funcional — geralmente cumprindo demandas dos movimentos sociais — e sobre o presente e o futuro da educação e da sociedade brasileiras.

O ápice daqueles movimentos ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nos seus artigos 26 e 79, e torna obrigatória a inclusão no currículo oficial do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O que veio a ser reforçado e complementado posteriormente com a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui também a obrigatoriedade do ensino das culturas e histórias das populações indígenas.⁸ Seguindo esse fluxo de lutas e de conquistas, podemos apontar também o advento da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-

⁸ Lei nº 11.645/2008

Brasileira (UNILAB). Criada como exemplo concreto de uma política de expansão e interiorização do ensino superior público, a UNILAB “tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar profissionais e cidadãos para contribuir para a integração entre o Brasil” e os demais Estados da CPLP, bem como “promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional”.⁹ Esta IES foi criada como uma iniciativa inovadora, pois foi concebida com a marca da inclusão e para fomentar e concretizar a cooperação Sul-Sul na perspectiva do multilateralismo nas relações internacionais.

Entretanto, em paralelo aos avanços contidos nas normas jurídicas e educacionais, também nos deparamos com gargalos presentes no sistema educacional brasileiro no que toca a formação da identidade nacional, dentre os quais José R. O. Fernandes aponta:

- 1) a necessidade, dada a qualificação deficiente do corpo docente para essas novas temáticas, de que sejam ofertados cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que possa dar suporte técnico ao processo de ensino-aprendizagem;
- 2) o imperativo de, em relação à educação superior, se fazer uma maior ingerência junto ao Conselho Nacional de Educação para que, no currículo mínimo obrigatório dos cursos da área de Humanidades e de Ciências Sociais, esteja presente a disciplina “História da África”;
- 3) o incentivo, por parte das instituições de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq, FINEP, FAPESP, entre outras), para a esta formação mediante a criação de bolsas de estudos e intercâmbios com outros centros de pesquisa de países africanos; e
- 4) o estímulo, através de concursos e premiações, para a elaboração de material didático condizente com a Lei nº 10.639/2003¹⁰.

Nilma L. Gomes e Petronilha Silva já alertaram, em 2002, que era preciso avançar na discussão do trato pedagógico da diversidade, procurando saber o que

⁹DIÓGENES, Camila Gomes, AGUIAR, José Reginaldo (orgs.). **Unilab**: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul. Redenção: Unilab, 2013, p.109.

¹⁰FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades, **Caderno Cedex**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005, p. 384-385.

pensam os/as professores/as, os/as alunos/as sobre os novos conteúdos curriculares propostos pelas novas legislações educacionais, ressaltando a necessidade de “se aproximar desses sujeitos como sujeitos e não só como profissionais, e chegar ao cerne das questões relacionadas à construção das diferentes identidades. Estamos desafiados a entender como os/as professores/as se educam e constroem as suas identidades para além dos processos educativos formais”.¹¹ Desde então, novas pesquisas qualitativas foram em busca de maior refinamento das inquietações produzidas nas salas de aulas, resultantes das novas exigências teóricas e pedagógicas.

Esta preocupação levou, em 2008, Júnia S. Pereira a fazer as seguintes perguntas: “que perspectivas educativas se anunciam neste momento? Que silenciamentos estão em curso em cada realidade escolar no ensino de história, neste imediato contexto pós-Lei nº 10.639/03?”. O que preocupa esta historiadora é que a nova regulamentação educacional reside não apenas no conteúdo proposto, mas também nas formas de recepção pelos docentes da educação básica. Ou seja, nos desafios contidos na recepção dessa legislação pela escola básica, tendo diretamente impactado ainda os cursos de Licenciatura em História e os programas de formação continuada de professores/as. E já é possível identificar, no campo da recepção da lei por docentes da educação básica, inquietudes e diversidades de percepções e práticas.¹²

Portanto, os gargalos são inúmeros. Mas, é necessário trabalhar sobre os avanços e, sobretudo, ir de encontro aos entraves que impedem a melhor aplicabilidade das políticas públicas educacionais no Brasil. Mas, a dinâmica que leva um passo ao outro é, segundo Lucimar Dias, “definido pela capacidade de intervenção dos movimentos e a permeabilidade que tais intervenções encontrem nos governos. Fundamental é saber que, do discurso da escola sem distinção, chegamos à escola

¹¹GOMES, Nilma Lino, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: _____ (orgs.). **Experiências étnico-raciais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 27.

¹²PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? **Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, 2008, p. 25-26.

que começa a distinguir para compensar processos desiguais entre a população brasileira”.¹³

Devido à natureza dos desafios de criar um curso de Licenciatura em História da UNILAB — projeto que obriga o estabelecimento de uma ênfase relacional entre as escolas, as universidades, seus gestores, suas gestoras e a sociedade, a nação e seus mitos, *doxa* ou cânone estabelecido (como a nossa “cultura histórica” da mestiçagem), além de diversos elementos que permeiam o sistema escolar, os currículos, os materiais didáticos e seus autores, e as subjetividades de alunos/as, professores/as, coordenadores/as, diretores/as; além das instituições universitárias e ministérios da Educação dos países parceiros — é imperativo o recurso a novos conceitos, novas técnicas de investigação e construção de novas problemáticas, através dos quais se podem apreender valores, normas, identidades, papéis sexuais e respeito aos grupos subalternos, expressando assim necessidades e fins que os grupos se propõem alcançar (bens materiais ou bens simbólicos). As universidades devem estar presentes propondo respostas às discussões de temas que configuram as ações de sujeitos coletivos contemporâneos cujo objetivo principal é transformar suas reivindicações em políticas públicas. E, o professor-historiador e a professora-historiadora devem estar preparados para interagirem com a História Pública.

Por isso propomos este Projeto Pedagógico Curricular (PPC), que, pensando o ensino, busca avançar no trato pedagógico interdisciplinar da diversidade, da *différance*, da pluralidade cultural, de populações migrantes e relações de contato entre grupos variados mulheres, afrodescendentes, afro-indígenas, indígenas, queer entre outras. Além da formação de professores-pesquisadores e professoras-pesquisadoras antenados com grandes problemas contemporâneos, o presente PPC

¹³DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais — da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: SECRETARIA de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 60. No entanto, o “Relatório” das Diretrizes Curriculares Nacionais adverte que: “o sucesso das políticas públicas do Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 003/2004**, p. 13).

objetiva uma ação teórico-prática que sistematize teoria com saber-fazer, associada à afirmação de valores e atitudes voltadas para a aprendizagem crítica do/a estudante, desenvolvendo as habilidades que acompanhem as transformações requeridas para o aperfeiçoamento do ensino de História e o bem comum da sociedade, como o estímulo à imaginação, ao pensamento crítico, à capacidade de inovação e de tomar decisões levando em consideração os princípios de convivência democrática e as diversidades de classe, de raça, de cultura, de gênero, de etnia, de língua, entre outras. Segundo Tomas Tadeu da Silva, “é através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar no território curricular”.¹⁴ São essas premissas que orientam princípios curriculares de ações basilares para a construção da cidadania, como a interculturalidade, a crítica ao eurocentrismo, ao pacto da branquitude, a ênfase nas relações Brasil-África e na cooperação Sul-Sul, a indissociabilidade entre o saber e o fazer, a prática de pesquisa articulada à prática de ensino, o compromisso com a democratização do ensino e com a produção do conhecimento.

Estas orientações justificam que este PPC do curso de Licenciatura em História seja concebido com a perspectiva da formação de professores-pesquisadores e de professoras-pesquisadoras qualificados/as para o exercício do magistério na escola básica brasileira e dos países parceiros da UNILAB, do continente africano e do Timor-Leste.

As concepções do campo da História que alicerçam este PPC e os seus princípios pedagógicos se encontram incorporadas no currículo através das disciplinas organizadas em uma série de eixos estruturantes, fundamentados na Resolução CNE/CP Nº 4, de 24 de maio de 2024 – que institui Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Conforme o Art. 13 da citada Resolução, as disciplinas do curso se dividem em 4 diferentes núcleos:

- I - Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, [...]
- II - Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades

¹⁴SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.101.

temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

IV – Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado - ECS: componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.¹⁵

John H. Franklin, refletindo sobre a relação ética dos/as historiadores/as com as políticas públicas, entende que esse tema envolve diretamente o papel do/a historiador/a pesquisador/a e professor/a, pois esse profissional deve procurar auxiliar na busca por soluções para os difíceis problemas que envolvem as políticas públicas que provêm de acontecimentos históricos ou que modelam esses acontecimentos, interferindo diretamente na relação (passada, presente e futura) entre o Estado, a nação, a sociedade e os cidadãos.¹⁶ A UNILAB e, principalmente, os cursos do seu Instituto de Humanidades (IH), têm, entre os pontos de sua missão, o objetivo de descolonizar as estruturas institucionais e epistemológicas presentes em modelos universitários existentes. Assim, o PPC do curso de Licenciatura em História incorpora desde o princípio a meta de encampar as políticas públicas para a educação como modeladoras de acontecimentos que devem servir ao bem comum.

Josep Fontana afirma que “o mundo mudou e, também, nossas perspectivas”. Por isso, as novas propostas historiográficas, os novos textos e cursos de Bacharelado e de Licenciatura em História devem ter uma “perspectiva que corresponda ao presente incerto em que vivemos”.¹⁷ É nesta conjuntura de consolidação de novos paradigmas teóricos, conceituais e de “crise das

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução Nº 4/2024**.

¹⁶FRANKLIN, John Hope. O historiador e a política do Estado. In: **Raça e História: ensaios selecionados (1938-1988)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 367-379.

¹⁷ FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: EdUSP, 2004, p. 19.

Humanidades” que apresentamos este Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em História da UNILAB, instituição que desde a sua criação projeta e consolida em seus cursos os princípios da internacionalização, da cooperação Sul-Sul e da interiorização do ensino superior.

Portanto, o curso de Licenciatura em História da UNILAB visa formar professores-pesquisadores e professoras-pesquisadoras, e contribuir com resultados objetivos que possam auxiliar na construção de currículos e práticas pedagógicas adequadas aos objetivos de políticas públicas de educação críticas e inclusivas, assim como na elaboração de materiais bibliográficos (nas formas textual e imagética) que possam ser utilizados pelos diversos níveis de ensino de História. Afinal, a universalização da educação básica depende de forma intrínseca da formação de professores/as que possam atuar nas instituições de ensino básico, atendendo crianças, jovens e adultos numa rede educativa plural e complexa. Nesse sentido, procura minimizar os gargalos na formação do profissional de educação na área de História, além de descolonizar as estruturas institucionais e epistemológicas presentes no modelo universitário existente. O Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em História entende as políticas públicas como modeladoras de acontecimentos que devem servir ao bem comum.

O Colegiado do curso de Licenciatura em História acompanha os debates e programas federais de formação docente, tendo atualmente um subprojeto na área de ensino de História que permitiu ao curso ingressar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Reconhecemos que, ao ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por meio da Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, este programa tornou-se instrumento basilar para a construção da necessária integração entre a formação de professores/as e o cotidiano do ensino básico na escola pública brasileira.

Com base nessas reflexões, este PPC foi elaborado coletivamente por docentes do Colegiado do Curso de Licenciatura em História, sob os auspícios da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e de regulamentações complementares, elencadas em seção específica. Em todo caso, cabe destacar alguns desses regulamentos.

A Portaria nº 300, de 30 de janeiro de 2006, do Ministério da Educação,

esclarece que a articulação entre o Projeto Político Institucional (PPI), o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o PPC e o currículo do curso será realizada considerando-se as características da organização acadêmica das IES da região onde se localizam, conforme preconiza a legislação em vigor.¹⁸ Por sua vez, a Resolução nº 13/2002 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação estabelece requisitos formais de apresentação dos projetos pedagógicos dos cursos de História, que serão observados integralmente neste PPC.¹⁹

Além de ser um instrumento fundamental no processo de reconhecimento e renovação dos cursos de graduação em funcionamento no Brasil, o PPC, cuja finalidade acadêmica leva em consideração o perfil profissional que se objetiva formar no país e na região, é importante porque possibilita a construção dos diferentes planos de ensino, adequados à realidade social da comunidade atendida pelas diferentes IES. Por sua vez, os planos de ensino permitem o processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento produzido e adquirido, constituindo-se em medida de permanente interação com a realidade pela diversidade de experiências vivenciadas pelos estudantes.

O PPC, além de mediar a promoção do ensino nas IES, deve favorecer a articulação deste com a pesquisa e a extensão universitária. Com isso, é um instrumento que fomenta o processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento, e possibilita o envolvimento dos atores e o apoio da estrutura institucional como facilitadora da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, elenca um conjunto de questões a serem enfrentadas na formação de professores/as. No campo curricular, enfatiza a necessidade de tratar adequadamente os conteúdos específicos; a oferta de oportunidades para o desenvolvimento cultural; o tratamento da atuação profissional, que contemple a participação do/a professor/a no projeto educativo da escola; o relacionamento com os/as alunos/as e a comunidade; o sistema de educação e a atuação do/a professor/a; a prática como componente curricular; a articulação entre

¹⁸BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 300**, de 30 de janeiro de 2006.

¹⁹BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Resolução nº 13/2002**.

teoria e prática; a inserção de conteúdos relativos às tecnologias da informação e das comunicações; a consideração das especificidades dos níveis e das modalidades de ensino em que são atendidos os/as alunos/as da educação básica; a consideração das especificidades próprias das etapas da educação básica e das áreas de conhecimento que compõem o quadro curricular na educação básica.

Na proposta de reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores/as expressa naquela Resolução, e acompanhando o que está posto na BNCC, o desenvolvimento das competências é o núcleo que deve nortear as licenciaturas, sendo o/a professor/a o sujeito que deve mobilizar os conhecimentos adquiridos para transformá-los em ação. Nesse aspecto, ressaltamos a importância da relação entre teoria e prática já disposta no Parecer CNE nº 9/2001, que tratou anteriormente dos currículos de formação de professores/as, a “aquisição de competências requeridas do/a professor/a deverá ocorrer mediante uma ação teórico-prática, ou seja, toda sistematização teórica articulada com o fazer e todo fazer articulado com a reflexão”.²⁰ Consequentemente, os conteúdos definidos para os cursos formadores de professores/as e o tratamento a eles dispensados passam a ter um papel central, uma vez que é mediante os conteúdos que deverá se processar a construção e o desenvolvimento das competências.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, objeto de abordagem da Resolução nº 04/2024, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, ficaram definidas as articulações necessárias aos núcleos de formação e estabelecida carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico para os cursos de Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior.²¹

O PPC ora apresentado, objetiva, assim, instituir o currículo do curso de Licenciatura em História por meio da atinência aos termos propostos pelo Conselho Nacional de Educação para as Licenciaturas, bem como pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de História.²²

²⁰BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 9/2001**, p. 22.

²¹ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 4/2024**, p.5-6

²²BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 492/2001**.

Um princípio nuclear orienta toda a construção do curso aqui apresentado: a certeza de que a compreensão e o domínio da produção do saber histórico é condição basilar para o desempenho qualificado da prática docente, uma vez que a aprendizagem é experimentada “como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais”.²³

Ao longo das disciplinas que abordam o conhecimento específico da área de História (Núcleo Obrigatório Específico da Área de História), e especialmente nas disciplinas em que discutimos teoria, metodologia e ensino, os/as futuros/as professores/as aprenderão métodos da pesquisa em História que os capacitarão a criar experiências pedagógicas que possibilitem o ensino voltado para a aprendizagem crítica do/a aluno/a. Importa destacar que aprender e ensinar História, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, requer “a transposição dos métodos de pesquisa da História para o ensino de História”, uma vez que essa transposição “propicia situações pedagógicas privilegiadas para o desenvolvimento de capacidades intelectuais autônomas do estudante na leitura de obras humanas, do presente e do passado”. Isto porque “o conhecimento histórico escolar, além de se relacionar com o conhecimento histórico de caráter científico nas especificações das noções básicas da área, também se articula aos fundamentos de seus métodos de pesquisa, adaptando-os para fins didáticos”.²⁴

A observância da Base Nacional Comum Curricular na área de História, tal qual a dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica antes dela, pressupõe que o/a futuro/a professor/a tenha compreensão acerca da produção do conhecimento na área de ensino de história, mas também dos métodos de pesquisa, das fontes e dos enfoques teóricos. A proposta é formar futuros/as professores/as que detenham um conhecimento basilar sobre a produção do conhecimento histórico e sobre o ensino de História na educação básica, uma vez que, de acordo com a BNCC, o ensino e a aprendizagem da História, já no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, devem ter por ponto de partida o estudo das diferenças, das permanências e das

²³BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1/2002**.

²⁴BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 38.

transformações do modo de vida social, cultural e econômico da localidade do/a aluno/a.

Além do saber lidar com as diferenças na escola e compreender seus contextos históricos e sociais, o/a futuro/a professor/a deverá fazer a ressignificação do saber historiográfico para o saber escolar. Para operar com a citada diretriz curricular, o licenciando [e a licencianda] necessita[m] conhecer a ampla tipologia de fontes que embasa a produção do conhecimento histórico, bem como saber utilizá-la no âmbito do ensino de História.

As fontes históricas devem possibilitar aos historiadores a elaboração de narrativas sobre a realidade da vida cotidiana de camponeses, operários, indígenas, mulheres, classes sociais subalternas e dominantes; bem como o estudo sobre processos econômicos gerais, como os conflitos e as lutas das grandes massas de populações, as formas de consciência, as dimensões da cultura popular e do imaginário coletivo dos grandes grupos sociais, processos cotidianos e profundos, segundo Aguirre Rojas.²⁵ Ou seja, as fontes históricas devem possibilitar tecer narrativas sobre tudo aquilo que dá e faz sentido à “história dos homens”, narrativa cuja aspiração, de acordo com J. Fontana, é a de que “um dia haverá de se chamar, mais apropriadamente, *A história de todos*”.²⁶

Dar-se-á, assim, possibilidade para que o/a estudante de Licenciatura em História tenha habilidades e competências para fazer da sua futura sala de aula um espaço de produção de conhecimento. Tanto nos termos de Helenice Rocha, escrevendo um texto coletivo, seja oral ou escrito, em que alunos/as e professor/a colaborem com a produção de saber;²⁷ quanto nos de Maria Auxiliadora Schmidt, fazendo da prática de ensino e da etnografia da sala de aula o próprio documento do historiador/a (professor-pesquisador e professora-pesquisadora).²⁸

²⁵ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Profissão: historiador. **Leituras da História**, ano II, n. 18, 2009, p. 5.

²⁶ FONTANA, Josep. **A história dos homens**, p. 19.

²⁷ROCHA, Helenice. Introdução. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

²⁸SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Trajetórias da investigação em didática da história no Brasil: experiência da Universidade Federal do Paraná. In: **Histodidactica. Metodología y Epistemología de las Ciencias Sociales**. Disponível em: <http://www.ub.edu/histodidactica/images/documentos/pdf/trajetorias_investigacao_didatica_historia%20brasil_experiencia_universidade_federal_%20parana.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014. Ver ainda, da mesma autora: Jovens brasileiros e europeus: identidade, cultura e ensino de história. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. especial, 2002, p.183-208.

O documento, por sua vez, tem que ser percebido como uma “prática discursiva” que produz efeitos. Nessa perspectiva, Magareth Rago — apoiada em Michel Foucault — afirma que, se queremos “pluralizar a História”, deve-se promover uma abertura não apenas para múltiplos sujeitos sociais, mas para enfoques, acontecimentos, métodos e procedimentos diferenciados. Se a história pretende ter vários rostos, é necessário respeitar acima de tudo as propostas trazidas pelo “pensamento diferencial”. Afinal, o que faz o/a historiador/a? Para que e para quem busca o acontecido? A partir de quais instrumentos, teorias, valores e concepções os/as historiadores/as recortam e ensinam seus temas, selecionam seu material documental e produzem suas escritas do passado? E, aliás, de que passado se trata? Dos ricos e dos pobres? Dos brancos e dos negros? Das mulheres e dos homens especificamente considerados? Das crianças e dos adultos? Ou do de uma figura imaginária construída à imagem do branco europeu, pensado como universal?²⁹

O/A futuro/a professor/a de História desenvolve as habilidades necessárias para a operacionalização dessa diretriz nas disciplinas do Núcleo Obrigatório Específico da Área de História e do Núcleo Optativo. Nessas disciplinas, simultaneamente, ocorrem a formação de habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento da prática docente e, também, da pesquisa, conforme as políticas nacionais de educação. Este PPC parte do pressuposto de que as habilidades e competências desejadas e apontadas na BNCC para a História na Educação Básica só poderão ser operacionalizados se forem desenvolvidas, na prática docente, as habilidades e competências configuradas nas disciplinas específicas da área de História.

Visando, portanto, atender ao que propõe a legislação específica sobre a formação de professores/as, este PPC se pauta pela articulação entre ensino e pesquisa, teoria e prática, bem como contempla, na sua matriz curricular, as várias formas de conhecimento que devem nortear a formação inicial de um/a professor/a na área de História.

²⁹RAGO, Magareth. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith (org.). **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 12-13.

3. Contextualização da Instituição de Ensino Superior (IES)

3.1 Nome da IES

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

3.2 Endereço da IES

Av. da Abolição, nº 3 — Centro — Redenção — CE
CEP: 62790-000

3.3 Documento de Criação da IES

Lei Federal nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

3.4 Perfil e Missão da IES

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) se insere no contexto da expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura, e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), vindo a se constituir em um dos eixos centrais da política educacional adotada pelo Estado brasileiro, na primeira década dos anos 2000. Nesse sentido, o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) constituiu-se como um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e do compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão.

A instalação da comissão de implantação da UNILAB, em outubro de 2008, pelo Ministério da Educação (MEC), e a sanção presidencial da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da universidade, expressam concretamente aquela política.

A instalação da UNILAB na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravizados/as antes da promulgação da Lei Áurea, no entanto, não representou apenas o atendimento das metas do REUNI em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país — como é o caso da região do Maciço de Baturité, no interior do Ceará, onde a universidade foi instalada.

Ela aponta, também, para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que tomou como escopo a integração entre o Brasil e a África, por meio distribuição equânime de vagas em cursos de graduação para jovens brasileiros/as e de países africanos falantes de português e da presença de percursos formativos que têm na reflexão sobre as culturas e as sociedades africanas e afro-brasileira um importante eixo.

A UNILAB está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à importante necessidade social e política de instituições federais de ensino superior atuarem na promoção da cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental.

Atuando na perspectiva da cooperação solidária, a UNILAB valoriza e apoia o potencial de colaboração e aprendizagem com países egressos da ação colonial portuguesa, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

A UNILAB tem como missão produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estendendo-se progressivamente a outros países do continente africano, por meio da formação de cidadãos e cidadãs com sólido conhecimento técnico, científico e cultural; e, comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Desde 2014 a UNILAB conta também com um campus na cidade de São Francisco do Conde, no Estado do Bahia.

A UNILAB teve seu estatuto aprovado pelo Ministério da Educação em 2020, ato que reconheceu seu status de instituição consolidada, com todos os direitos assegurados pelo princípio da autonomia universitária.

A UNILAB está estruturada em nove Institutos. Oito deles localizados no Ceará: Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); Ciências Exatas e da Natureza (ICEN); Humanidades (IH); Ciências da Saúde (ICS); Desenvolvimento Rural (IDR); Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS); Linguagens e Literaturas; (ILL) Educação à Distância (IEAD). Um instituto localizado na Bahia: Humanidades e Letras (IHLM). Nestas áreas são ofertados, atualmente, na modalidade bacharelado, 15 (quinze) cursos presenciais de graduação, sendo um em processo de abertura, e 1

(hum) curso à distância, bem como, na modalidade licenciatura, 15 (quinze) cursos presenciais, além de 3 (três) cursos à distância.

3.5 Dados Socioeconômicos da Região

O curso de Licenciatura em História a que se refere este documento é ofertado no Campus das Auroras da UNILAB na cidade de Redenção, ambas localizada na região do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará.

O território do Maciço de Baturité, ocupa uma área de 3.750,1 km² e, do ponto de vista do planejamento macrorregional, abrange treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.³⁰ Para efeito da inserção regional do curso foram incluídos outros dois municípios próximos: Guaiuba e Caridade, ambos filiados à Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB). A região possui, ainda, várias vilas e diversos povoados originários da época de colonização da região e que guardam referências de grande importância para as tradições e o patrimônio histórico do Ceará.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população da região é de 233.574 habitantes, distribuídos com uma densidade média de 62,1 hab./km².³¹ Ainda segundo o IBGE, nos últimos trinta anos ocorreu na região um gradativo e constante movimento de migração da zona rural em direção à periferia dos núcleos urbanos, começando a configurar um processo de favelização desse contingente populacional egresso de áreas rurais. Segundo o Censo Demográfico de 1991 apenas 41,3% da população vivia em zonas urbanas, em 2022 os dados apontam para uma população urbana equivalente a 65% da população total da região.³² O município mais populoso da região é Baturité, com 35.218 habitantes e menos populoso é Guaramiranga, com 5.654 habitantes. Os municípios que abrigam os *campi* da UNILAB no Maciço de

³⁰ IPECE (CEARÁ). *Anuário estatístico do Ceará 2017*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2017, p. 41.

³¹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2022: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.

³² IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2022: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.

Baturité, Acarape e Redenção, possuem, respectivamente, 14.027 e 27.214 habitantes.

A estrutura etária reforça o caráter jovem da população: 35,6% têm até 14 anos, e 47,8% estão na faixa de 15 a 49 anos — população economicamente ativa.³³ Essa configuração demográfica demanda políticas públicas de qualificação, geração de emprego e renda, especialmente voltadas para as vocações produtivas locais.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região em 2016 foi de R\$ 468,2 milhões, o que equivale a 1,3% do PIB estadual. A distribuição setorial mostra predominância do setor terciário (60,9%), seguido pela indústria (24%) e agricultura (15,1%).³⁴ Esta última, embora relevante em termos de ocupação da população, apresenta baixo impacto econômico por questões como o baixo nível tecnológico, a falta de organização comercial dos/as produtores/as e os impactos ambientais causados pelo uso excessivo de agrotóxicos.

Cada município tem uma vocação econômica distinta: sete são voltados para a agricultura (horticultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura), cinco para agroindústria e atividades artesanais, e Itapiúna se destaca na mineração, especialmente na indústria de joias e bijuterias.

O turismo desponta como atividade promissora, impulsionado pela proximidade com Fortaleza e potencial para os segmentos cultural, ecológico e rural. Contudo, a ausência de mão de obra qualificada e infraestrutura ainda limitam o aproveitamento desse setor.

A região apresentou, em 2016, a melhor média de desempenho (65,1%) entre as oito macrorregiões de planejamento do estado em uma “teia de indicadores” que abrange saúde, educação e saneamento. Contudo, há sérias deficiências:

- **Saúde:** Taxa de mortalidade infantil de 17,3‰ (melhor que a média estadual de 21,4‰) e alta cobertura do PSF (94,9%). Contudo, há carência de leitos hospitalares e médicos/as por mil habitantes.³⁵

³³ Ibidem.

³⁴ IPECE (CEARÁ). *Anuário estatístico do Ceará 2017*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2017, p. 42.

³⁵ IPECE (CEARÁ). *Anuário estatístico do Ceará 2017*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2017, p. 43

- **Educação:** Boa taxa de escolarização no ensino fundamental (88,2%), mas desempenho modesto no ensino médio (38,1%). A distorção idade-série é preocupante, com 25% no ensino fundamental e 41,7% no ensino médio.³⁶
- **Saneamento:** Apenas 49,9% da população tem acesso à água tratada. A cobertura de esgotamento sanitário é de apenas 17,5% na zona urbana, e praticamente inexistente na zona rural.³⁷

A região enfrenta severas dificuldades estruturais e sociais. A população rural, economicamente vulnerável, migra em direção às periferias urbanas, dando início a processos de favelização. A precariedade dos serviços de saúde, a evasão escolar, a ausência de políticas de assistência social para a juventude e a falta de saneamento básico agravam ainda mais o quadro.

Os temas críticos levantados nas oficinas participativas para o Plano Plurianual Participativo 2008/2011³⁸ apontam para deficiências em quase todos os setores estratégicos:

- **Econômico-infraestruturais:** Baixo nível de escolaridade dos agricultores, deficiência em assistência técnica e comercialização, ausência de agroindústrias, estradas precárias e degradação ambiental.
- **Sociais:** Carência de serviços de saúde, assistência à infância e [à] juventude, falta de qualificação profissional, evasão escolar, migração juvenil, sistema de saneamento deficiente e manejo inadequado do lixo.

O perfil socioeconômico da Macrorregião do Maciço de Baturité, portanto, revela uma região com grande potencial, mas ainda marcada por fortes desigualdades sociais, deficiências em infraestrutura e baixos índices de desenvolvimento humano em algumas áreas.

A presença da UNILAB na região tem sido um elemento de esperança para superação das limitações das limitações e efetiva realização dos seus potenciais.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria do Planejamento e Gestão. *Plano Plurianual do Estado do Ceará 2008-2011: revisão 2010*. Fortaleza: SEPLAG, 2010. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/ppa2008-2011revisao2010.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

4. Princípios Orientadores

O curso de Licenciatura em História da UNILAB atua na formação de professores-pesquisadores e de professoras-pesquisadoras para o Brasil e para os países parceiros, em especial para aqueles do continente africano. Esta condição peculiar, somada à compreensão do ensino de História como ação basilar para a construção da cidadania, são premissas de orientação dos seus princípios curriculares, a saber:

- 1) interdisciplinaridade;
- 2) interculturalidade;
- 3) crítica ao eurocentrismo e ao evolucionismo na produção do conhecimento histórico;
- 4) ênfase nas relações históricas Brasil-África;
- 5) atenção à inserção do Brasil no “Sul global” e aos requisitos da construção de uma cooperação Sul-Sul horizontal;
- 6) indissociabilidade entre o saber e o fazer;
- 7) compromisso com a democratização do ensino e da produção do conhecimento.

A interdisciplinaridade é uma das principais características dos cursos da UNILAB. A própria configuração da História como disciplina acadêmica ao longo do último século aponta para um forte impulso interdisciplinar; pois, os diálogos da História com a Psicologia, a Economia, a Geografia, a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Literatura, a Linguística e a Arqueologia definiram, em grande medida, a estruturação dos diferentes campos de pesquisa e as correntes principais da disciplina, de modo que a especificidade da História em relação às demais áreas disciplinares das Humanidades foi sistematicamente referida, desde a reação antipositivista do início do século XX, em relação as suas abordagens e a seus instrumentos metodológicos, mais que à delimitação de um objeto nitidamente discernível das demais ciências humanas.³⁹

A interculturalidade é outro traço característico da UNILAB. Com 30% das vagas disponibilizadas para alunos/as estrangeiros, oriundos dos demais países da CPLP, os cursos da instituição tornam-se espaços privilegiados da expressão de uma

³⁹MORIN, Edgar. Inter-poli-transdisciplinaridade. In: _____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 105-116.

série de diferenças culturais e sociais (de língua, de religião, de raça, de etnia, de classe, de gênero, etc.). Longe de se constituir um problema, essa multiplicidade é tomada como uma oportunidade de enriquecimento intelectual. Pois, segundo Tomas Tadeu da Silva, a multiculturalidade é importante para colocar em xeque o que é aceito como conhecimento oficial e, portanto, ao se pensar em currículo, entender que “a igualdade não se obtém simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico”.⁴⁰ O curso de Licenciatura em História aproveita-se desse contexto variado de experiências ao estruturar um currículo com forte ênfase comparatista, buscando sempre articular os níveis global, macrorregional e local dos processos históricos.

Em termos mais propriamente teóricos, o currículo do curso de Licenciatura em História se baseia no reconhecimento da validade das críticas que se vem acumulando, desde a segunda metade do século XX, em relação à prevalência e à resiliência do eurocentrismo e do evolucionismo na produção e na disseminação do conhecimento histórico.⁴¹ De fato, na maior parte dos livros didáticos da escola básica brasileira, e mesmo em cursos de graduação em História, vigora ainda uma concepção de “História Universal” baseada na divisão iluminista das três idades — Antiga, Média e Moderna — com o acréscimo novecentista da época Contemporânea. A Licenciatura em História da UNILAB pretende distanciar-se da presunção, subjacente a esse modelo curricular, de que a Europa é o palco principal da aventura humana, e a História uma sucessão de estágios evolutivos em que o capitalismo industrial euro-estadunidense figura como desenvolvimento último e *telos* da experiência da humanidade.

Nesse sentido, a ênfase nas relações históricas Brasil-África é pensada como implicação dos dois princípios anteriores, considerando-se que, no caso dos estudos sobre o Brasil, o eurocentrismo se expressa na pressuposição de que os principais protagonistas da História são os europeus e seus descendentes, ofuscando a contribuição social, cultural e política de outros grupos sociais formadores da população brasileira, em especial os/as africanos/as escravizados/as e seus

⁴⁰SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**, p. 90.

⁴¹Seria impraticável enumerar o conjunto das contribuições. Entre as mais recentes, ver por exemplo YOUNG, Robert J.C. **White mythologies: writing History and the West**. London, New York: Routledge, 1990. FRANK, Andre Gunder. **ReORIENT: global economy in the Asian age**. Berkeley: University of California, 1998. MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

descendentes. Apesar de uma década ter-se passado desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que veio ao encontro dessas preocupações, e de uma série de mudanças no campo da produção historiográfica sobre o Brasil, pouco dessa discussão encontra seu caminho da academia para as salas de aula da escola básica. Espera-se que um currículo que se afaste decididamente do eurocentrismo e ressalte a relevância de uma experiência histórica multicultural possa representar uma contribuição nesse sentido.

Indo um pouco além da relevância da África e de suas relações com o Brasil para o ensino de História, o currículo do curso de Licenciatura em História repousa na atenção ao posicionamento histórico, cultural e geopolítico do Brasil no “Sul global”, bem como nos requisitos da construção de uma cooperação Sul-Sul horizontal — um objetivo estratégico da política externa brasileira, e um aspecto que está intrinsecamente ligado à própria criação da UNILAB. Em vista disso, e em consonância com a recusa do eurocentrismo, do pacto da branquidade e com a aposta na interculturalidade, a experiência histórica do “Sul global” será privilegiada. Busca-se compreender a trajetória da humanidade a partir de suas especificidades regionais, mas também a partir da sua inserção em uma rede global e desigual de trocas econômicas, demográficas e culturais, representada pela experiência histórica das várias fases e formas da dominação ocidental, compartilhada pela maior parte do mundo.

No que diz respeito às competências específicas a serem trabalhadas no curso, o currículo foi estruturado a partir do reconhecimento da indissociabilidade entre o saber e o fazer no campo do conhecimento histórico. O curso de Licenciatura em História deve formar professores/as de História que sejam também historiadores/as, não apenas porque o/a egresso/a deve estar capacitado para trabalhar em uma série de instituições além da escola formal (como se verá mais abaixo), mas, principalmente, porque a capacidade de produzir o conhecimento histórico, o domínio dos instrumentos metodológicos, bem como a compreensão dos fundamentos teórico-epistemológicos que regem os métodos e as implicações político-sociais do discurso sobre o passado assim produzido, são aptidões imprescindíveis para o exercício crítico do ensino de História. Dessa maneira, a prática de pesquisa tem um lugar privilegiado no currículo, assim como a prática de ensino que lhe é articulada.

Este princípio curricular está intrinsecamente ligado a outro, o do compromisso com a democratização do ensino e da produção do conhecimento. O momento histórico vivido pelo Brasil aponta para um esforço concentrado, nas próximas décadas, na melhoria do ensino básico, na sua democratização e interiorização. No caso do curso de Licenciatura em História da UNILAB, essa democratização do ensino e da produção do conhecimento sobre o passado tem um alcance ainda mais amplo, uma vez que serão licenciados/as, em quantidade considerável, profissionais estrangeiros/as que exercerão suas atividades em seus países de origem — a maior parte dos quais tem uma curta vida política independente, obtida através de confronto armado com o antigo colonizador. Nesses contextos, em que a História ainda está fortemente marcada pelas disputas políticas do passado, um influxo de professores-pesquisadores e de professoras-pesquisadoras poderá contribuir, tanto quanto no Brasil, para a ampliação da reflexão sobre a nação, sua formação, sua identidade, e a importância da memória e da história dos mais diversos grupos que a compõem.

5. Objetivos

Para a filósofa Martha Nussbaum, as habilidades desenvolvidas pelas Humanidades estimulam a imaginação, o pensamento crítico, a capacidade de colocar-se no lugar do outro, uma educação abrangente que forme cidadãos e cidadãs democráticos/as e com capacidade de inovação e de tomar decisões levando em consideração a diversidade dos Outros, pessoas que sejam capazes de pensar claramente, analisar um problema e imaginar algo novo. Por isso, “defende que os currículos educacionais devem ter por objetivo tornar visíveis os grupos que a maioria da sociedade ignora”.⁴²

Estas reflexões sustentam os objetivos do curso de Licenciatura em História da UNILAB: assegurar a formação aos estudantes, na perspectiva de torná-los profissionais qualificados para o exercício do magistério na escola básica — no Brasil e nos países parceiros da UNILAB — bem como, preocupados com a formação continuada, capazes de pensar e agir frente aos problemas da educação como um todo e da História, em particular, no contexto sociocultural no qual estarão inseridos.

⁴²Apud CONDE, Miguel. Pacote de contenção do pensamento: cortes nas artes e Ciências Humanas enfraquecem democracia, diz filósofa Martha Nussbaum. **O Globo** Rio de Janeiro, 16 abr. 2011, p. 6-7.

Em outros termos, espera-se que os/as profissionais desenvolvam competências referentes ao “comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática”, “à compreensão do papel social da escola”, “ao domínio de conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar”, “ao domínio do conhecimento pedagógico” e “ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica”.⁴³ Para alcançar este objetivo geral, buscar-se-á atingir os seguintes objetivos específicos:

- 1) abordar as diferentes concepções teóricas e metodológicas que embasam a elaboração de categorias para investigação e análise das relações sócio-históricas;
- 2) estudar diferentes relações de tempo e espaço, a partir da abordagem dos múltiplos sujeitos históricos;
- 3) estudar as diferentes épocas históricas em várias tradições civilizatórias e, também, estabelecer sua inter-relação;
- 4) desenvolver a pesquisa, a produção de conhecimento e sua difusão, no âmbito da academia e das instituições de ensino;
- 5) desenvolver atividades de extensão junto à comunidade acadêmica, como também extrapolando-a, buscando interação com outros saberes;
- 6) criar um diálogo constante, seja em pesquisa ou extensão com a área do Conhecimento Escolar;
- 7) estudar os métodos de pesquisa, de análise de fontes e de escrita da História para o Ensino de História;
- 8) analisar criticamente e produzir suportes didáticos e paradidáticos, procurando os métodos e as técnicas pedagógicas adequados à abordagem dos conteúdos objetos da relação ensino-aprendizagem em diferentes níveis de ensino na educação básica;
- 9) seguir, por meio da sua grade curricular, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelecem os conteúdos essenciais para os cursos de graduação, os quais devem estar relacionados ao processo de construção de cidadania e de formação de sujeitos políticos participativos,

⁴³BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 009/2001**, p. 31-32.

capazes de interagir socialmente a partir da compreensão dos problemas contemporâneos;

- 10) explicitar as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional do professor-pesquisador e da professora-pesquisadora, por meio de um modelo pedagógico capaz de se adaptar à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a se constituir numa etapa inicial de formação contínua de educação permanente;
- 11) formar um/a profissional humanista, crítico/a e reflexivo/a, capacitado/a ao exercício de atividade referente à educação e à análise dos problemas sociais, pautado/a em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade sociocultural e econômica do seu meio, conduzindo sua atuação para transformações que beneficiem a sociedade;
- 12) entender a posição dos países da CPLP, do Timor-Leste e do Brasil, em particular, no contexto das nações e as injunções e os interesses que permeiam essas relações geopolíticas, geoestratégicas e geoeconômicas.

6. Fundamentação Metodológica

R.G. Collingwood pergunta: “Para que serve a história?”. Sua resposta é que “a história é para o autoconhecimento humano. [...]. Conhecer-se a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da História está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, desde modo, o que o homem é”.⁴⁴

E como, então, ensinar a História? Para o poeta argentino Jorge Luís Borges, “nosso patrimônio é o universo”. Sendo assim, precisamos antes de ensinar História, aprender o valor do universo que nos cerca, para conhecermos nosso patrimônio e sabermos, portanto, como preservá-lo e, conseqüentemente, preservarmo-nos. Ensinar é, por conseguinte, aprender ao mesmo tempo sobre o passado e sobre nós mesmos.

O mundo do gênero humano constitui uma multiplicidade ou totalidade de processos interligados, feixes de relacionamentos inseridos no tempo, no espaço, em sociedades e em culturas. O que nos leva a grandes perguntas sobre a trajetória

⁴⁴COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1981, p. 17.

histórica humana. Quem somos? Quais são as nossas origens? Quem foram os nossos antepassados? Como se configuram as relações dos homens com os ecossistemas? Como distintas relações sociais constroem nações, Estados e culturas? Como relações desiguais são constituídas e transformadas ao longo das histórias nacionais e internacionais? Como se desenham as relações de gênero, sexuais, étnicas, raciais, geracionais e de classes sociais entre indivíduos e sociedades no tempo, no espaço e nos mundos público e privado? Nos processos de interculturalidade, como construímos e reconstruímos diversas e sucessivas representações sobre o Outro? Como compreender outras culturas e os antes chamados “povos sem história” sem reduzi-los ao “ponto de vista ocidental”? Como as histórias dos “povos sem história” se articularam com as histórias dos povos e nações da Europa, resultando no surgimento e na expansão do capitalismo? Como o tráfico negreiro e a escravidão negra configuraram a modernidade capitalista europeia? Qual a importância da inversão do equilíbrio de poder entre as antigas colônias e ex-metrópoles, e a quebra dos paradigmas etnocêntricos, eurocêntricos e raciais para a história da África, da Ásia, da América Latina, Andina, Caribe e da Oceania?⁴⁵ Como escrever histórias não europeizadas dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico? Devemos indagar sobre a trajetória da história humana da Revolução Industrial inglesa até o século XXI, e sobre quais as consequências que o aquecimento global provoca e provocará na história do tempo presente? Teremos condições de ter um sistema de governança global para gerir os maiores desafios políticos, sociais, culturais e econômicos causados por mudanças climáticas globais que a humanidade teve em toda sua história? Como construir um saber histórico global e planetário?

Estas e outras perguntas têm pautado pesquisas sobre as “epistemologias do Sul” (Boaventura de Sousa Santos), o “Sul Global” (Jean Comaroff), a “(Des)colonialidade do poder” (Anibal Quijano, Edgardo Lander, Walter Dignolo, Enrique Dussel entre outros), a História Global (Sebastian Conrad) e o Global e o Planetário (Dipesh Chakrabarty).

⁴⁵Devemos lembrar que os manuais e estudos disponíveis sobre a história da África durante muito tempo apresentaram – e ainda hoje podemos encontrar – uma imagem racializada e eurocêntrica dos africanos e africanas, das culturas africanas e do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente a sua história. É o que o sociólogo guineense Carlos Lopes adjetivou do paradigma da “inferioridade africana”; o historiador burkinense J. Ki-Zerbo a afirmar enfaticamente que “a África tem uma história”; Theophile Obenga defende a construção de uma *nouvelle histoire* africana e Chinua Achebe clama contra o “nome difamado da África”.

Josep Fontana (*História depois do fim da história*, 1998) aponta o sentido e a utilidade do trabalho do historiador e do professor de História das classes universitárias e, especialmente, “os professores do ensino de segundo grau, que tem a difícil e inestimável função de ajudar rapazes e moças de camadas sociais médias e baixas – as que hoje recorrem ao ensino público – a tomar consciência das dimensões sociais do mundo em que vivem”. Portanto, o historiador espanhol destaca que a História deve tratar de problemas reais que envolvem os homens e mulheres que vivem em sociedades e que nós, professores de História “podemos ajudar ensinando-a a entender criticamente o marco das relações sociais em que vive e a livrar-se de tópicos e de preconceitos”. Por isso, um dos grandes desafios que historiadores e docentes de História deveriam abraçar “é o de voltar a metermo-nos nos problemas do nosso tempo, como fizeram no passado aqueles nossos antecessores que ajudaram a melhorar as coisas com seu trabalho”.

Este PPC do curso de Licenciatura em História está alicerçado nas críticas radicais feitas por Walter Mignolo às leituras eurocêntricas sobre a modernidade (“pensamento fronteiro” e “colonialidade do poder”) e na relação que estabelece entre a geopolítica econômica e a geopolítica do conhecimento “para enfatizar a ideia de que o lugar de enunciação das disciplinas tem uma marca geopolítica”.⁴⁶ Diante deste leque de grandes questões suscitadas pela conduta e “condição humana” (Norbert Elias), também assistimos a uma mudança na definição do estudo da história, convertida de “memória do passado” em “análise dos processos do desenvolvimento humano e reconstrução crítica do passado. [...] O relato histórico transformou-se num saber crítico, [...] atento principalmente ao como e ao porquê da ocorrência dos fatos”.⁴⁷

Portanto, a função central da história é a análise dos processos, fenômenos e acontecimentos que impulsionam o desenvolvimento social dos homens e das sociedades no tempo e no espaço natural. Afinal, o passado não está morto! Não devemos, por isso, abusar da história designando-a apenas como a ciência do passado, pois é difícil estabelecer com clareza uma fronteira entre o presente e o passado. Esta dificuldade, para Aguirre Rojas, é devida a esta concepção que pressupõe falsamente já estarem os distintos passados mortos e enterrados, e que o

⁴⁶RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. **Antropologias mundiais**: transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: EdUnB, 2012, p. 18-19.

⁴⁷FLORESCANO, Enrique. A função social do historiador. **Tempo**, n. 4, 1997, p. 76.

presente esteja composto somente de pura e absoluta novidade. A História tem como objeto de estudo “a obra dos homens no tempo”. Neste sentido, vai desde a mais antiga pré-história humana até o mais vivo e atual presente.⁴⁸

Ensinar sobre os homens no tempo é, ao mesmo tempo, aprender sobre os homens de agora. É entender a universidade, as escolas e as salas de aulas como universos repletos de um patrimônio histórico a ser desvendado na prática do/a docente. É não negar as possibilidades de processos históricos de interculturalidades; de representações do Outro; de visões ocidentais e subalternas; de relações de classes, sexualidades, gênero e raça; e, de transformações epistemológicas como condição humana para o ensino de história.

É esta concepção de história e de ensino de história que embasa a metodologia do presente PPC, encontrando-se seus princípios pedagógicos incorporados no currículo do curso de Licenciatura em História através de uma série de núcleos de conhecimentos e eixos estruturantes, divididos em componentes curriculares a serem cursados concomitantemente.

O primeiro desses núcleos compõe-se dos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos considerados imprescindíveis para a formação de professores/as, envolvendo os principais campos da pesquisa em Educação, que hoje são produzidos na sua maioria nos campos da Pedagogia, Filosofia, Antropologia e Psicologia, da Didática e do Ensino de História, o uso de recursos de TICs no ensino da História, uma introdução à Língua Brasileira de Sinais, além de disciplinas considerando as relações étnico-raciais, os direitos humanos, os estudos de gênero, a educação ambiental e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. As especificidades do ensino de História e dos países da CPLP deverão ser contempladas nesse núcleo, além de incluir duas disciplinas de laboratório que colocam o/a aluno/a em contato produtivo com a experiência de pesquisa e ensino, do trabalho com as fontes considerando sua variedade e suas especificidades — do arquivo tradicional, passando por outras fontes escritas não arquivísticas, ao novo e amplo conjunto documental que vem sendo explorado desde o final do século passado, incluindo a iconografia, a fotografia, o cinema, a música, a cultura material e imaterial, a tradição e os depoimentos orais, bem como os diversos acervos digitais que vem sendo criados a partir de 1980 em diante. Esse saber-fazer capacitará o/a

⁴⁸ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Profissão: historiador, p. 5.

futuro/a professor/a a levar a pesquisa histórica, enquanto recurso pedagógico, para dentro da sala de aula, democratizando o acesso à própria produção do conhecimento histórico na sala de aula, como também em um nível local (cidade, bairro ou comunidade).

O segundo núcleo, de conhecimento Específico em História, com uma total de 1.605 horas, está dividido em eixos curriculares. O primeiro deles é centrado em teoria, metodologia e ensino⁴⁹, apresentando de forma estruturada a configuração do campo do saber, suas várias correntes teóricas, campos de pesquisa e métodos associados. O segundo e o terceiro eixos, que se preocupam com processos históricos globais e continentais, respectivamente, concentram os conteúdos dos currículos da escola básica que o egresso deve dominar. As disciplinas sobre processos históricos globais fornecem o arcabouço geral dos principais desenvolvimentos da história humana, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica, garantida por certos deslocamentos geográficos e certas mudanças de ênfase e[,] também[,] pela preocupação comparatista e relacional. As disciplinas sobre processos históricos continentais privilegiam o antigo mundo colonial, correspondente ao atual “Sul global”, em abordagens macrorregionais: América⁵⁰, África e Ásia são tratadas de forma específica, e em relação com o processo histórico da dominação ocidental. Para viabilizar a organização do currículo e dos conhecimentos específicos da formação em História, os eixos são subdivididos da seguinte forma:

Quadro 1.
Eixos e subeixos curriculares

EIXOS CURRICULARES	SUBEIXO
<i>Eixo I: Teoria, Metodologia e Ensino</i>	a) Teoria e Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História b) Estágio Supervisionado
<i>Eixo II: Processos Históricos Globais</i>	c) História Antiga e Medieval d) História Moderna e Contemporânea
<i>Eixo III: Processos Históricos Continentais</i>	e) História da África e Ásia f) História do Brasil e da América

⁴⁹ O eixo inclui também disciplinas do núcleo de formação geral e de estágio supervisionado.

⁵⁰ O eixo inclui também a disciplina de História Indígena.

Todos os docentes que compõem o Colegiado do Curso de Licenciatura em História devem estar vinculados a um subeixo na condição de titular e a um segundo subeixo na condição de suplente, critério que deve ser observado na definição da oferta dos componentes curriculares.

Os componentes curriculares optativos, por sua vez, totalizando 180 (cento e oitenta) horas, serão oferecidos no formato de tópicos especiais em História e terão um escopo nacional e outro regional. As histórias nacionais dos países da CPLP, bem como a História do Ceará serão ofertadas neste formato.

De forma semelhante, os/as alunos/as deverão cursar 60 (sessenta) horas de disciplinas, por eles livremente eleitas, em qualquer dos Institutos da UNILAB. O cumprimento desta carga horária em disciplinas eletivas tem como objetivo propiciar aos estudantes uma formação aberta e interdisciplinar por meio do contato com conteúdos basilares de campos do conhecimento correlatos ao campo historiográfico.

O estágio supervisionado será realizado a partir do terceiro semestre do currículo do curso de Licenciatura em História, e contabilizará 405 (quatrocentas e cinco) horas, distribuídas entre observação, regência e discussões com os/as professores/as supervisores/as da UNILAB e das instituições de ensino a serem oportunamente conveniadas. O estágio incluirá a relação do/a futuro/a professor-pesquisador e professora-pesquisadora com os diferentes níveis de ensino (Fundamental I, Fundamental II e Médio, os dois últimos concentrando os tópicos de estágio[s] específicos do ensino de História). Finalmente, o estágio deve abordar o ensino de História em instituições que não se caracterizam como de ensino formal, em especial museus, centros de memória, arquivos e bibliotecas — o que permitirá ao futuro/a professor-pesquisador e professora-pesquisadora lançar mão das possibilidades educativas desses espaços não formais no planejamento de sua futura prática profissional.

Dessa forma, a maior parte das discussões sobre o ensino de História na escola básica será feita ao longo do próprio processo de ensino-aprendizagem do curso de Licenciatura em História, o que permitirá estender reflexivamente o potencial pedagógico da “simetria invertida” característica da situação dos cursos de formação de professores/as, além de articular, de forma imediata, a aquisição de conteúdos e a problematização dos possíveis diálogos e tensões entre os saberes escolares e o conhecimento acadêmico.

Outro campo em que a teoria e a prática podem estar atuantes na formação dos/as discentes é a extensão. Considerada um dos elementos formadores do tripé fundamental da universidade pública brasileira, a extensão universitária é concebida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediante o envolvimento de discentes, docentes e técnicos/as administrativos/as, do corpo social da Universidade, em ações voltadas para atender as demandas da comunidade na qual a instituição está inserida. Nesse sentido, a extensão é uma das funções sociais da universidade pública. Neste curso de Licenciatura em História, as Atividades Acadêmicas de Extensão, com uma carga horária total de 345 (trezentas e quarenta e cinco) horas, serão realizadas ao longo do curso no âmbito dos Projetos Educacionais Curriculares de Extensão – PECE nas instituições de educação básica, reforçando a relação escola-universidade no processo de formação dos/as futuros/as professores/as.⁵¹

O currículo do curso de Licenciatura em História contempla, ainda, um total de 200 (duzentas) horas de atividades complementares, que serão de livre escolha do/a aluno/a, dentre atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural oferecidas pelas diversas unidades da própria UNILAB, por outras instituições de ensino superior, por associações profissionais e acadêmicas reconhecidas ou por organizações da sociedade civil, a partir da apresentação, pelo/a aluno/a, dos certificados de participação e de frequência, após aval da coordenação do curso.

7. Perfil Profissional

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 4 de 29 de maio de 2024, no que concerne o perfil do/a egresso/a, concluinte de formação inicial em nível superior, o/a egresso/a deve estar capacitado/a para exercer a docência de forma crítica, ética e contextualizada, compreendendo os fundamentos teóricos, práticos e normativos da Educação Básica. Ele/a deve demonstrar domínio da estrutura epistemológica dos componentes curriculares para os quais está habilitado/a, compreender as diretrizes legais e curriculares nacionais e atuar com compromisso social e democrático.

⁵¹ Cf. capítulo específico sobre as Atividades Acadêmicas Extensão.

O/A egresso/a precisa reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas e dos/as estudantes, adotando postura investigativa e propositiva diante de problemas educacionais e socioculturais. Também deve compreender as influências filosóficas e históricas na organização dos sistemas educacionais e práticas escolares, e dominar o uso da linguagem e do raciocínio lógico-matemático no ensino.

Deve conhecer e aplicar formas diversificadas de apresentação dos conteúdos, selecionando recursos pedagógicos adequados à diversidade dos/as estudantes, inclusive aqueles/as da Educação Especial, promovendo a [sua] inclusão. Sua prática deve estimular a aprendizagem com respeito à diversidade étnico-racial, sexual, nacional e de gênero, enfrentando o racismo e a violência contra a mulher.

O/A egresso/a deve criar ambientes de aprendizagem que promovam a resolução de problemas, a tomada de decisões e o aprendizado contínuo, planejando as aulas com otimização de tempo, espaço e objetos de conhecimento. Precisa dominar as tecnologias digitais na educação e utilizar diferentes tipos de avaliação para apoiar a autonomia dos/as estudantes e replanejar suas práticas.

Além disso, deve aplicar evidências científicas no ensino, compreender o desenvolvimento físico, emocional e intelectual dos/as estudantes, planejar estratégias adequadas a esse desenvolvimento e reconhecer como as crianças, jovens e adultos aprendem. A comunicação com as famílias e o conhecimento da gestão escolar também são essenciais, assim como o envolvimento com pesquisas educacionais que permitam refletir e aprimorar sua prática docente.

Adicionalmente, o Parecer CES/CNE nº 492/2001 estabelece as competências cujo desenvolvimento deve ser considerado necessário na formulação dos projetos de cursos de História, que são plenamente incorporadas aqui.

7.1 Competências e habilidades gerais

Em termos de competências e habilidades gerais, necessárias à formação do/a professor-historiador e da professora-historiadora, ao final do curso de Licenciatura em História da UNILAB, espera-se que os/as estudantes tenham desenvolvido:

- 1) domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;

- 2) problematização, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, da constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- 3) conhecimento das informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como sua inter-relação;
- 4) trânsito pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- 5) desenvolvimento da pesquisa, da produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural material e imaterial;
- 6) criatividade e eficiência na utilização das novas mídias e tecnologias, tanto como fontes de pesquisa quanto como instrumentos pedagógicos;
- 7) orientação de sua prática profissional em construção para um projeto pedagógico centrado em relações de respeito entre aqueles/as que ensinam e aqueles/as que aprendem, mesmo porque uma relação de ensino-aprendizagem profícua é aquela em que os papéis se invertem, em que os/as professores/as possam também aprender com os/as alunos/as;
- 8) comprometimento com a realidade pública de sua futura prática como professor/a, cujos valores ultrapassam a sala de aula, e que repudia ideologias e práticas transgressoras da dignidade humana.

7.2 Competências e habilidades específicas

Em termos específicos da área, ao final do curso de Licenciatura em História da UNILAB, espera-se que o/a professor/a de História tenha desenvolvido as seguintes habilidades:

- 1) domínio de conteúdos histórico-historiográficos básicos que são objeto de ensino no nível básico;
- 2) domínio das concepções teóricas e metodológicas que orientam o trabalho de investigação, a análise das relações sócio-históricas;
- 3) reconhecimento e problematização das múltiplas experiências dos sujeitos históricos e sua relação espaço-tempo;
- 4) exercício do trabalho de docência em todas as suas dimensões, o que inclui o domínio da natureza do conhecimento histórico e de práticas essenciais à sua produção e difusão;

- 5) capacidade de transformar o saber acadêmico em saber escolar, de modo a produzir, criticar e transmitir conhecimentos, utilizando técnicas e métodos pedagógicos adequados aos diversos conteúdos ministrados e níveis de ensino;
- 6) crítica a suportes didáticos e paradidáticos, como também produção desses, que permitam ampliar as formas de ler, ensinar e interpretar a História;
- 7) domínio dos conteúdos que integram o currículo do Ensino Básico, na área, bem como das dimensões legal, social, cultural, política e econômica da educação;
- 8) utilização dos métodos e técnicas de pesquisa no ensino de História e na produção de conhecimento a respeito da prática docente;
- 10) conhecimento da historicidade das manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais da história do tempo presente, com vista a estabelecer a relação presente-passado no ensino de História;
- 11) domínio e aplicação das novas tecnologias ao ensino de História;
- 12) capacidade de trabalhar, no cotidiano escolar, de forma interdisciplinar;
- 13) conhecimento das relações que se estabelecem entre os países membros da CPLP nos contextos do sistema interafricano e na política mundial;
- 14) reconhecimento da importância do Ensino de História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros.

8. Áreas de Atuação

Os/As egressos/as do curso de Licenciatura em História exercerão atividades profissionais na educação básica, em instituições públicas e particulares em todo o território nacional, bem como nos países de origens dos/as nossos/as estudantes estrangeiros/as. Também poderão atuar como profissionais de História em instituições públicas e particulares do Brasil e do exterior, a exemplo de museus, institutos de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, centros de memória e arquivos, bem como em toda e qualquer empresa ou instituição onde o serviço de um/a historiador/a se faça necessário.

No caso dos países de origem dos/as egressos/as estrangeiros/as, verifica-se de modo geral, neste momento, um expressivo movimento de expansão da educação básica e uma significativa demanda por professores/as em todas as áreas

disciplinares, embora com variações significativas entre os diversos países. A dominação colonial portuguesa legou a essas novas nações, cuja independência foi conquistada entre 1973 e 1975, infraestruturas e uma base produtiva concentradas em alguns pontos do território e em atividades econômicas específicas, e uma oferta de serviços públicos irrisória, mesmo nas maiores cidades, de modo que, durante as datas das suas emancipações políticas, os índices educacionais eram muito pouco animadores.

A independência tardia e as instabilidades política e social imediatamente posteriores às independências fizeram com que esses países tivessem que enfrentar, na década de 1980, as políticas catastróficas de ajustamento estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) sem o benefício de uma base produtiva instalada, orientada por projetos de desenvolvimento anteriores — como foi o caso do Brasil, dos países da América Latina e da Ásia, e, em menor medida, dos demais países africanos. Nesse sentido, a retomada do crescimento econômico nesses países, a partir da virada do milênio, está acompanhada de projetos estatais que objetivam uma ampliação exponencial da oferta de escolarização, de modo a que se constitua um capital humano para a sustentação do ciclo atual de desenvolvimento econômico.⁵²

Dessa forma, os/as egressos/as do curso de Licenciatura em História, sejam brasileiros/as ou estrangeiros/as, estarão habilitados a atuar de forma consistente em seus países em prol do desenvolvimento e da democratização da educação. E estarão ainda capacitados a contribuir de forma ativa na construção do conhecimento histórico, que permeia de maneira significativa a maior parte dos debates sobre o passado e o futuro das nações e dos grupos que as compõem, no Brasil como nos países parceiros.⁵³

⁵²MKADAWIRE, Thandika; SOLUDO, Charles C. **Our continent, our future**: African perspectives on structural adjustment. Trenton, Asmara: Africa World Press, 1999.

⁵³Seria impraticável elaborar uma lista bibliográfica para o caso brasileiro sobre a relação entre a interpretação histórica e a construção de identidades nacionais, infranacionais ou supranacionais. Para o caso da África, ver o debate, iniciado por Cheikh Anta Diop na década de 1950, cujos intervenientes africanos mais contemporâneos incluem: MUDIMBE, Valentin Y. **The invention of Africa**: gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University, 1988; APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Berkeley: University of California, 2001; FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 36, p. 9-38, 2007; e ELA, Jean-Marc. **Restituir a História às sociedades africanas**: promover as Ciências Sociais na África negra. Ramada: Pedagogo; Luanda: Mulemba, 2013. Dentre as

9. Formas de Ingresso

O ingresso de estudantes no Curso de Licenciatura em História ocorre por meio de três modalidades principais, conforme normativas institucionais vigentes:

1. **SISU – Sistema de Seleção Unificada:**

Destina-se a estudantes brasileiros(as) que participaram do **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. Essa forma de ingresso está regulamentada pela **Resolução CONSUNI/UNILAB nº 181**, de 26 de março de 2025 que reedita, com alterações, a normatização sobre a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e sobre o ingresso no Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação – SiSU/MEC, para seleção e ocupação das vagas dos cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, aprovada pela Resolução nº 22/Conselho Superior Pro-Tempore, de 11 de novembro de 2011.

2. **PSEI – Processo Seletivo de Estudantes Internacionais:**

Voltado a **estudantes estrangeiros(as)**, cuja seleção é realizada de acordo com o que estabelece a **Resolução Ad Referendum CONSEPE/UNILAB nº 403**, de 7 de agosto de 2025. Essa modalidade garante o caráter internacional e solidário da UNILAB, conforme sua missão institucional.

3. **Processos Seletivos Especiais de Ações Afirmativas:**

Regulamentados pela **Resolução CONSUNI/UNILAB nº 40**, de 20 de agosto de 2021, esses processos destinam-se a grupos contemplados por políticas de inclusão e equidade.

A distribuição das vagas entre as modalidades obedece à seguinte proporção:

- **55%** para o **SISU**;
- **30%** para o **PSEI**;
- **15%** para os **Processos Seletivos Especiais de Ações Afirmativas**.

contribuições não africanas, ver por exemplo: JEWSIEWICKI, Bogumil; NEWBURY, David (eds.). **African historiographies: what History for which Africa?** [s.l.]: SAGE, 1985; MESSIANT, Christine. Em Angola ate o passado e imprevisível: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA. In: **Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação: Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola**. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 803-859; ELLIS, Stephen. Writing histories of contemporary Africa. **The Journal of African History**, v. 43, n. 1, p. 1-26, 2002; e PETERSON, Derek R.; MACOLA, Giacomo (eds.). **Recasting the past: writing history and political work in modern Africa**. Athens: Ohio University, 2009. (New African histories).

Há ainda a possibilidade de admissão de discentes através de editais específicos, por exemplo para graduados/as - especialmente discentes egressos/as do Bacharelado em Humanidades - ou a transferência de graduandos/as de outras IES, Processos Seletivos relacionados ao Sistema de Seleção Especial Utilizando os Resultados do Enem (SISURE), bem como de outros editais específicos para entrada de estudantes, quando houver, a depender dos critérios estabelecidos pela PROGRAD, pelo CONSUNI e pelo CONSEPE em editais específicos.

10. Estrutura Curricular

O curso de Licenciatura em História proposto neste projeto pedagógico, organiza-se nos núcleos definidos pela Resolução CNE/CP nº 04 de 29 de maio de 2024, como já exposto anteriormente. O primeiro núcleo de Estudos de Formação Geral tem 885 (oitocentas e oitenta e cinco) horas, o segundo núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos possui 1.605 (um mil seiscentas e cinco) horas, incluindo 180 (cento e oitenta) horas de disciplinas optativas e 60 (sessenta) horas de disciplinas eletivas. Os componentes curriculares dos primeiros dois núcleos se iniciarão no primeiro semestre acompanhando a formação dos discentes até o nono semestre. O terceiro núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão, composto de 345 (trezentas e quarenta e cinco horas), é realizado mediante componentes a partir do segundo semestre. O quarto núcleo de Estágio Curricular Supervisionado possui 405 (quatrocentas e cinco) horas e acompanhará a formação dos discentes a partir do terceiro semestre. Acrescentam-se a essa carga horária 200 (duzentas) horas de atividades complementares.⁵⁴ No total, temos uma estrutura curricular de 3.440 (três mil quatrocentas e quarenta e cinco) horas, que é explicitada nos tópicos que se seguem. Os componentes de Leitura e Produção de Texto I, Leitura e Produção de Texto II e Educ. e Comunic.: LIBRAS e Outras Línguas de Sinais são ofertados pelo Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL), os demais componentes pelo Instituto de Humanidades (IH).

⁵⁴As Atividades Complementares atendem às determinações da Estratégia 12.7 do Anexo do Plano Nacional de Educação (BRASIL, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**), bem como alinham-se aos instrumentos normativos da instituição (UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. **Resolução nº 20/2015**). Seu detalhamento será feito em seção específica.

10.1 Campo Curricular

Com base no Parecer CNE/CP nº 9/2001 e na Resolução CNE/CP nº 04/2024, no campo curricular, o Projeto Pedagógico, ora apresentado:

- 1) busca criar condições para suprir eventuais deficiências de escolarização que os/as futuros/as professores/as receberam na educação básica;
- 2) procura garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar;
- 3) intenta proporcionar, através da oferta de disciplinas históricas e historiográficas, condições para que os/as alunos/as aprendam com profundidade o conteúdo a ser ensinado na escola;
- 4) visa oportunizar ampla e sólida formação cultural e social, através das Atividades Complementares (200h);
- 5) objetiva tratar adequadamente a atuação profissional, enfatizando-se outras dimensões desta atuação: a participação no projeto educativo da escola, seu relacionamento com os/as alunos/as e com a comunidade, o sistema de educação e a atuação dos professores/as.
- 6) busca tratar adequadamente a pesquisa e o ensino, mediante as disciplinas “Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I” (75h), “Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II” (60h) bem como através dos Estágios Supervisionados (405h).

Conforme a legislação, para que haja uma qualificação profissional de alto nível é imprescindível que o/a professor/a detenha: cultura geral e profissional; conhecimento sobre crianças, jovens e adultos; conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; conteúdos das áreas de conhecimento que são objeto de ensino; conhecimento pedagógico; e conhecimento advindo da experiência. O PPC ora apresentado busca contemplar estes aspectos do conhecimento através de seus núcleos (observado o disposto no Parecer CNE/CES nº 492/2001, que estabelece que, em cursos de Graduação em História, “as atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História e sob sua responsabilidade”).⁵⁵.

Para cumprir a integralização curricular, os/as alunos/as deverão cursar 180 (cento e oitenta) horas de disciplinas optativas por eles/as escolhidas, dentre um

⁵⁵BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 492/2001.**

conjunto de disciplinas a serem regularmente e alternadamente ofertadas. O Núcleo Optativo visa atingir os seguintes objetivos:

- 1) permitir o tratamento especializado de temas importantes para a formação do/a historiador/a;
- 2) favorecer a formação curricular complementar; e
- 3) possibilitar aos estudantes das diferentes nacionalidades que compõem o corpo discente da UNILAB o contato com a história e com a historiografia de seus países de origem.

De forma semelhante, os/as alunos/as deverão cursar 60 (sessenta) horas de disciplinas, por eles/as livremente eleitas, em qualquer dos Institutos da UNILAB. O cumprimento desta carga horária em disciplinas eletivas tem como objetivo propiciar aos estudantes uma formação aberta e interdisciplinar por meio do contato com conteúdos basilares de campos do conhecimento correlatos ao campo historiográfico.

10.2 Fluxo de Integração Curricular

A integralização curricular estará completa quando o/a graduando/a completar 3.440 (três mil quatrocentas e quarenta) horas aulas, sendo 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, e 3.240 (três mil duzentas e quarenta) horas de componentes curriculares, distribuídas em matriz curricular semestral, com duração ideal de nove semestres, conforme o quadro a seguir.

Não são previstas disciplinas ofertadas na modalidade à distância.

Quadro 2.
Fluxo de integralização curricular por período letivo

* As atividades de extensão deverão ser realizadas nos respectivos semestres através de Projetos Educacionais Curriculares de Extensão (PECE).

1º SEMESTRE -								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
-	Inserção à Vida Universitária	15h	15	-	-	-	Não	-
-	Iniciação ao Pensamento Científico	45h	45	-	-	-	Não	-
-	Leitura e Produção de Texto I	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60h	60	-	-	-	Não	-
	A Construção da Abordagem Histórica I	75h	75	-	-		Não	
	História da Educação	60h	60	-	-	-	Não	
Carga Horária Total		315 h	315	-	-			

2º SEMESTRE								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	Antiguidade Africana, Médio-Oriental e Mediterrânea	60h	60	-	-	-	Não	
	Leitura e Produção de Texto II	60h	60	-	-		Não	
	A Construção da Abordagem Histórica II	75h	75	-	-		A Construção da Abordagem Histórica I	75h
	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90h	90	-	-		Não	
	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	75h	75	-	-		Não	
	PECE I – Introdução e Eixo Global	60h	-	60	-		Não	
Carga Horária Total		420h	360	60	-			

3º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	O Mundo Islâmico e o Medievo Europeu	75h	75	-	-		Não	-
	Processos Históricos na África I	60h	60	-	-		Não	-
	Educação para as Relações Étnico-Raciais	60h	60	-	-		Não	-
	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II	60h	60	-	-		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	75h
	Estágio Supervisionado I – Linguagens I	60h	-	-	60		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	75h
	PECE II – Eixo Teoria e Ensino	45h	-	45	-		Não	
Carga Horária do Semestre		360 h	255	45	60			

4º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	Expansões Transoceânicas	75h	75	-	-		Antiguidade Africana, Médio-Oriental e Mediterrânea	60h
	Processos Históricos na África II	60h	60	-	-		Não	
	História do Brasil I	60h	60	-	-		Não	
	História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica	75h	75	-	-		A Construção da Abordagem Histórica II	75h
	Estágio Supervisionado II – Linguagens II	60h	-	-	60		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II Estágio Supervisionado I	60h 60h
	PECE III – Eixo África/Ásia	45h	-	45	-		Não	
Carga Horária do Semestre		375 h	270	45	60			

5º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	Organização da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração	60h	60	-	-	-	Não	-
	Processos Históricos na Ásia	75h	75	-	-	-	Não	-
	História do Brasil II	75h	75	-	-	-	História do Brasil I	60h
	Didática da História	60h	60	-	-	-	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II	60h
	Estágio Supervisionado III – Linguagens III	60h	-	-	60	-	Estágio Supervisionado II	60h
	PECE IV – Eixo Brasil/América	45h	-	45	-	-	Não	
Carga Horária do Semestre		375 h	270	45	60			

6º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	Das Revoluções Atlânticas ao Mundo Contemporâneo	60h	60	-	-		Não	
	Processos Históricos na África III	75h	75	-	-		Não	
	História do Brasil III	75h	75	-	-		Não	
	História Indígena	60h	60	-	-		Não	
	Estágio Supervisionado IV – Elaboração do Projeto de Docência	75h	-	-	75		Didática da História Estágio Supervisionado III	60h 60h
	PECE V – Eixo África/Ásia	60h	-	60	-		Não	
Carga Horária do Semestre		405 h	270	60	75			

7º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	História e o Mundo Colonial	60h	60	-	-		A Construção da Abordagem Histórica II	75h
	Teoria e Metodologia em História da África	60h	60	-	-		Não	
	História do Brasil IV	75h	75	-	-		História do Brasil III	75h
	Optativa I	60h	60	-	-		Não	
	Estágio Supervisionado V – Desenvolvimento do Projeto de Docência	75h	-	-	75		Estágio Supervisionado IV	75h
	PECE VI – Eixo Brasil/América	45h	-	45	-		Não	
Carga Horária do Semestre		375 h	255	45	75			

8º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	A Guerra Fria e Questões do Tempo Presente	75h	75	-	-		Das Revoluções Atlânticas ao Mundo Contemporâneo	60h
	Optativa II	60h	60	-	-		Não	
	História e Historiografia da América	60h	60	-	-		Não	
	História e Cultura Afro-Brasileira e suas Práticas Pedagógicas	60h	60	-	-		Não	
	Estágio Supervisionado VI – Instituições Custodiadoras de Acervos Históricos	75h	-	-	75		História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica	75h
	PECE VII – Eixo Global	45h	-	45	-		Não	
Carga Horária do Semestre		375 h	255	45	75			

9º Semestre								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	ELETIVA	60h	60	-	-	-	Não	-
	Optativa III	60h	60	-	-		Não	
	Educação e Comunicação: LIBRAS e Outras Línguas de Sinais	60h	60	-	-	-	Não	-
	Meio Ambiente e História e suas Práticas Pedagógicas	60h	60	-	-	-	Não	-
	Atividades Complementares	200h	-	-	-	-	-	-
Carga Horária do Semestre		440 h	240	-	-			

T = Teoria, Ext = Extensão, Est = Estágio

10.3 Distribuição das Disciplinas por Núcleos

Quadro 3 Quadro de distribuição das Disciplinas por núcleos

NÚCLEO I – Estudos de Formação Geral – EFG								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
-	Inserção à Vida Universitária	15h	15	-	-	-	Não	-
-	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Leitura e Produção de Texto I	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Leitura e Produção de Texto II	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Iniciação ao Pensamento Científico	45h	45	-	-	-	Não	-
	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90h	90	-	-		Não	
	História da Educação	60h	60	-	-		Não	
	Didática da História	60h	60	-	-		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II	60h
	Organização da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração	60h	60	-	-		Não	
	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	75h	75	-	-		Não	
	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II	60h	60	-	-		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	60h
	Educação para as Relações Étnico-Raciais	60h	60	-	-		Não	
	História e Cultura Afro-Brasileira e suas Práticas Pedagógicas	60h	60	-	-		Não	
	Meio Ambiente e História e suas Práticas Pedagógicas	60h	60	-	-		Não	
	Educação e Comunicação: LIBRAS e Outras Línguas de Sinais	60h	60	-	-		Não	
Carga Horária Total		885h	885	-	-		-	

NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – Obrigatórias								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
-	A Construção da Abordagem Histórica I	75h	75	-	-	-	Não	-
-	A Construção da Abordagem Histórica II	75h	75	-	-	-	A Construção da Abordagem Histórica I	60h
-	História e o Mundo Colonial	60h	60	-	-	-	A Construção da Abordagem Histórica II	-
-	História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica	75h	75	-	-		A Construção da Abordagem Histórica II	
-	Antiguidade Africana, Médio Oriental e Mediterrânea	60h	60	-	-		Não	
-	O Mundo Islâmico e o Medieval Europeu	75h	75	-	-		Não	
-	Expansões Transoceânicas	75h	75	-	-		Antiguidade Africana, Médio Oriental e Mediterrânea	60h
-	Das Revoluções Atlânticas ao Mundo Contemporâneo	60h	60	-	-		Não	
-	A Guerra Fria e Questões do Tempo Presente	75h	75	-	-		Das revoluções atlânticas ao mundo contemporâneo	
-	Processos Históricos na África I	60h	60	-	-		Não	
-	Processos Históricos na África II	60h	60	-	-		Não	
-	Processos Históricos na África III	75h	75	-	-		Não	
-	Teoria e Metodologia em História da África	60h	60	-	-		Não	
-	Processos Históricos na Ásia	75h	75	-	-		Não	
-	História e Historiografia da América	60h	60	-	-		Não	
-	História do Brasil I	60h	60	-	-		Não	
-	História do Brasil II	75h	75	-	-		História do Brasil I	
-	História do Brasil III	75h	75	-	-		Não	
-	História do Brasil IV	75h	75	-	-		História do Brasil III	
-	História Indígena	60h	60	-	-		Não	
Carga Horária Total		1365h	1365	-	-		-	

NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – Optativas								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
-	A América Latina Contemporânea	60h	60	-	-	-	Não	-
-	A Ásia e a Dominação Ocidental	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Dinâmicas das Escravidões e Pós-abolição no Brasil	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Dinâmicas das Escravidões em África	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Estudos de Gênero e Feministas em Ásia e África	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Gêneros e Sexualidades na História	60h	60	-	-	-	Não	-
-	História do Racismo e Antirracismo no Mundo Atlântico	60h	60	-	-	-	Não	-
-	História e Historiografia da Educação do Negro no Brasil	60h	60	-	-	-	Não	-
-	História e Religiões na África	60h	60	-	-	-	Não	-
-	História Social da Doença e da Saúde	60h	60	-	-	-	Não	-
-	História, Cultura e Trabalho	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Letramento Histórico-Digital	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Projeto de Pesquisa em História	60h	60	-	-	-	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II A Construção da Abordagem Histórica II	-
-	Relações Brasil-África: Cooperação e Geopolítica Contemporânea no Atlântico Sul	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História da Guiné-Bissau I	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História da Guiné-Bissau II	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História de Angola	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História de Cabo Verde	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História de Moçambique	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História de São Tomé e Príncipe	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História de Timor-Leste	60h	60	-	-	-	Não	-
-	Tópicos em História do Ceará	60h	60	-	-	-	Não	-
Carga Horária Total		180h	180	-	-			

NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – ELETIVA								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
-	Disciplina Eletiva	60h	60	-	-	-	Não	-
Carga Horária Total		60h	60	-	-			

NÚCLEO III – Atividades Acadêmicas de Extensão*								
CÓDIGO	ATIVIDADE	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	PECE I - Introdução e Eixo Global	60h	-	60	-		Não	
	PECE II – Eixo Teoria e Ensino	45h	-	45	-		Não	
	PECE III – Eixo África/Ásia	45h	-	45	-		Não	
	PECE IV – Eixo Brasil/América	45h	-	45	-		Não	
	PECE V – Eixo África/Ásia	60h	-	60	-		Não	
	PECE VI - Eixo Brasil/América	45h	-	45	-		Não	
	PECE VII - Eixo Global	45h	-	45	-		Não	
Carga Horária Total		345h	-	345	-			

* Observação: Sobre a execução da extensão através dos Projetos Educacionais Curriculares de Extensão (PECE), ver capítulo 15

NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado								
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T	Ext	Est	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CH
	Estágio Supervisionado I – Linguagens I	60h	-	-	60		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	-
	Estágio Supervisionado II – Linguagens II	60h	-	-	60		Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II Estágio Supervisionado I	-
	Estágio Supervisionado III – Linguagens III	60h	-	-	60		Estágio Supervisionado II	-
	Estágio Supervisionado IV - Elaboração do Projeto de Docência	75h	-	-	75		Didática da História Estágio Supervisionado III	-
	Estágio Supervisionado V – Desenvolvimento do Projeto de Docência	75h	-	-	75		Estágio Supervisionado IV	-
	Estágio Supervisionado VI – Instituições Custodiadoras de Acervos Históricos	75h	-	-	75		História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica	-
		405h	-	-	405			

10.4 Resumo da Matriz Curricular

Quadro 4.
Carga Horária Total Distribuída por Núcleos

NÚCLEOS	CH	%
NÚCLEO I – Estudos de Formação Geral – EFG	885 h	25,7%
NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – Obrigatórias 1.365 h		
NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – Optativas 180 h		
NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – Eletivas 60 h		
NÚCLEO II – Carga Horária Total	1.605 h	46,7%
NÚCLEO III – Atividades Acadêmicas de Extensão	345 h	10,0%
NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado	405 h	11,8%
Atividades Complementares	200 h	5,8%
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.440 h	100%

10.5 Fluxograma

Quadro 5. Fluxograma: Licenciatura em História

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre	9º semestre
Inserção à Vida Universitária (15h)	Antiguidade Africana, Médio-Oriental e Mediterrânea (60h)	Mundo Islâmico e o Medievo Europeu (75h)	Expansões Transoceânicas (75h) Pré-requisito: Antiguidade Africana, Médio-Oriental e Mediterrânea	Organização da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração (60h)	Das Revoluções Atlânticas ao Mundo Contemporâneo (60h)	História e Mundo Colonial (60h) Pré-requisito: A Construção da Abordagem Histórica II	A Guerra Fria e Questões do Tempo Presente (75h) Pré-requisito: Das Revoluções Atlânticas ao Mundo Contemporâneo	Optativa III (60h)
Iniciação ao Pensamento Científico (45h)	Leitura e Produção de Texto II (60h)	Processos Históricos na África I (60h)	Processos Históricos na África II (60h)	Processos Históricos na Ásia (75h)	Processos Históricos na África III (75h)	Teoria e Metodologia em História da África (60h)	Optativa II (60h)	Eletiva (60h)
Leitura e Produção de Texto I (60h)	A Construção da Abordagem Histórica II (75h) Pré-requisito: A Construção da Abordagem Histórica I	Educação para as Relações Étnico-Raciais (60h)	História do Brasil I (60h)	História do Brasil II (75h) Pré-requisito: História do Brasil I	História do Brasil III (75h)	História do Brasil IV (75h) Pré-requisito: História do Brasil III	História e Historiografia da América (60h)	Educação e Comunicação: LIBRAS e Outras Línguas de Sinais (60h)
Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos... (60h)	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem (90h)	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II (60h) Pré-requisito: Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica (75h) Pré-requisito: A Construção da Abordagem Histórica II	Didática da História (60h) Pré-requisito: Pré-requisito: Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II	História Indígena (60h)	Optativa I (60h)	História e Cultura Afro-Brasileira e suas Práticas Pedagógicas (60h)	Meio Ambiente e História e suas Práticas Pedagógicas (60h)
A Construção da Abordagem Histórica I (75h)	Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I (75h)	Estágio Supervisionado I – Linguagens I (60h) Pré-requisito: Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I	Estágio Supervisionado II – Linguagens II (60h) Pré-requisito: Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado III – Linguagens III (60h) Pré-requisito Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado IV – Elaboração do Projeto de Docência (75h) Pré-requisito Didática da História Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado V – Desenvolvimento do Projeto de Docência (75h) Pré-requisito Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado VI – Instituições Custodiadoras de Acervos Históricos (75h) Pré-requisito História Pública	
História da Educação (60h)	PECE I - Introdução e Eixo Global (60h)	PECE II – Eixo Teoria e Ensino (45h)	PECE III – Eixo África/Ásia (45h)	PECE IV – Eixo Brasil/América (45h)	PECE V – Eixo África/Ásia (60h)	PECE VI - Eixo Brasil/América (45h)	PECE VII - Eixo Global (45h)	Atividades Complementares (200 h)
315h	420h	360h	375h	375h	405h	375h	375h	440h

11. Ementários e Referências das Disciplinas

11.1 Componentes do Núcleo I – Estudos de Formação Geral

Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60h)

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. 2. ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, Cap. 25.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. 2. ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 16.

Bibliografia Complementar:

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: _____. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp.58-85.

MARCONDES, Mariana (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das categorias “mulher” e “negro”**. Brasília,

Série Antropologia, nº 133, 1992.

Leitura e Produção de Texto I (60h)

Ementa: Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos:** leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

FONTANA, Niura Maria; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; PRESSANTO, Isabel Maria Paese. **Práticas de linguagem:** gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: EdUCS, 2009.

MACHADO, Anna Rachel (org.). **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004

MACHADO, Anna Rachel (org.). **Resumo.** São Paulo: Parábola, 2004.

MACHADO, Anna Rachel (org.). **Trabalhos de pesquisa:** diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Leitura e Produção de Texto II (60h)

Ementa: Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (abstract), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência,

produção audiovisual etc.).

Bibliografia Básica:

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7ed. B.H: EdUFMG, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANDRYK, David; FARACO, Carlos Alberto. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Inserção à Vida Universitária (15h)

Ementa: A Unilab: criação, diretrizes, estrutura e funcionamento. O regime letivo e o regimento sobre avaliação e controle de frequência. Direitos e deveres do estudante de graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico curricular do curso e seu fluxograma.

Bibliografia Básica:

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Universidade e democracia**. Belo Horizonte, EdUFMG, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade e a vida atual**. São Paulo, EdUSP, 2014.

SILVA, Edvan Washington Pereira da; MOREIRA, Maria Inês Badaró. Inserção na universidade pública e permanência estudantil: estudante na corda bamba. **Ensino**, v. 23, n. 2, p. 272-278, 2022.

Bibliografia Complementar:

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução Complementar Consuni/Unilab N. 18/2024 (Estatuto). Redenção: Unilab, 2024.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução CONSUNI/UNILAB N. 17/2024, (Regimento Geral) Redenção: Unilab, 2024.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução CONSUNI/UNILAB N. 27/2014, (Avaliação da Aprendizagem) Redenção: Unilab, 2014.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução CONSUNI/UNILAB N. 026/C/2013, (Criação do Curso de Licenciatura em História) Redenção: Unilab, 2013.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução CONSUNI/UNILAB N. 40/2021, (Programa de Ações Afirmativas) Redenção: Unilab, 2021.

Iniciação ao Pensamento Científico (45h)

Ementa: A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas episteme da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

CHALMERS, Alan Francis. "A ciência como conhecimento derivado dos fatos da experiência" In: **What is this thing called Science?** Cambridge, HPC, 1999.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo, Perspectiva, 2006.

SAID, Edward. "A geografia imaginativa e suas representações: Orientalizando o oriental." In: _____. **Orientalismo.** O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.85-113.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade/ LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Boaventura. Entre Próspero e Caliban. In: _____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249

Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem (90 h)

Ementa: Fundamentos da Psicologia Afrocentrada na Educação: o Desenvolvimento e a Aprendizagem a partir dos conceitos de pessoa, da noção de Tempo – Corpo e das relações entre rituais de iniciação (nascimento e morte), sacralidades e saberes ancestrais. A Psicologia Afrocentrada e suas possíveis relações com os conceitos da Psicogênese da Pessoa Completa de Henri Wallon, a Teoria da Psicologia Genética de Jean Piaget e da Teoria Sociocultural de Vygotsky. A Psicologia Afrocentrada e a Educação para as relações étnico-raciais na Escola.

Bibliografia Básica

BENDO, M. D. L. Tchikumbi - **Ritual de Iniciação Feminina: Relações de Poder entre Homem e Mulher em Cabinda, Angola**. UNILAB. Monografia de Conclusão de Curso. São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/handle/123456789/1651?show=full>.

BENTO, M. A.; CARONE, I. **Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1 ed. Salvador : Edufba, 2008.

MENDES, V. V. **Rituais de Iniciação do Povo Manjaco da Guiné-Bissau: Adivinho/Napene e Régulo/Namantch**. UNILAB. Monografia de Conclusão de Curso. São Francisco do Conde, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/716>

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Psicologia crítica africana e descolonização da vida na prática da capoeira Angola**. 2013. Doutorado. Curso de Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e

da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17017>.

Bibliografia Complementar

BERTINI, F.M.A. O Compromisso Ético-Político do Ensino de Psicologia na UNILAB. In: **UNILAB 10 anos: Experiências, Desafios e Perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e do Ceará – volume I**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/08/30/ebooks-unilab-10-anos-experiencias-desafios-e-perspectivas-de-uma-universidade-internacional-com-a-africa-e-o-timor-leste-no-interior-da-bahia-e-do-ceara/>

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Psicologia brasileira na luta antirracista: Prêmio Profissional**, volume 2. Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-final.pdf>

Dossiê Temático "Psicologia e Relações Raciais: Questões Epistêmicas e Embates Sociais" V. 16 N. Edição Especial (2023): **Revista Da ABPN** | Setembro - 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/58>

GUZZO & LACERDA. **Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Ed Alínea, 2009, p. 199-220.

NOBLES, W. Sakhu Sheti – retomando um foco psicológico afrocentrado. In: E. L. Nascimento: **Afrocentricidade: uma abordagem inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 277-298.

Organização da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração (60h)

Ementa: As dimensões política e pedagógica da organização escolar básica: educação, sociedade e Estado. A Política Educacional no Brasil e nos Países da Integração: contexto histórico, reformas educacionais e desafios políticos. A Organização Política e Administrativa da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração: rede legal e estruturas dos sistemas de ensino. A Organização Didática da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração: disposições gerais, etapas e modalidades. A Formação dos Profissionais da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração: processos de profissionalização e atuação. O Financiamento da Educação Básica no Brasil e nos Países da Integração: concepção, recursos financeiros, operacionalização e perspectivas.

Bibliografia Básica

CORREA, Bianca Cristina (org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2015

OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Teresa (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. São Paulo: Xamã, 2007.

PARO, Victor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2013.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

ALFREDO, Francisco Caloia e TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Formação de Professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, n. 33, p. 125 – 142, janeiro – abril de 2014.

ANGOLA, **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda: Assembleia Nacional, 2001.

BRASIL, **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECAD. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**.

CHAMBAL, Luís Alfredo; BUENO, José Geraldo Silveira. A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva em Moçambique: uma perspectiva crítica. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 34, n. 93, p. 225 – 239, maio de 2014.

DELGADO, Paulo Sérgio Graça; MELO, Marilândes Mól Ribeiro. Reforma educacional em Cabo Verde e a internacionalização das políticas educacionais. **Revista Mediações**. Londrina, v. 21, n. 02, p. 26 – 48, julho-dezembro de 2015.

História da Educação (60h)

Ementa: Analisar o processo histórico de formação dos seres humanos mediante o princípio educativo do trabalho, categoria ontológica de constituição do ser social. Principais conceitos inter-relacionados: História, Mundos do Trabalho e Educação; Memória, Interculturalidade e Ancestralidade; Povos Indígenas; Povos Africanos; Branquitude e Teorias da Educação; História das ideias Pedagógicas; A Cultura Escolar como objeto histórico; Colonialidade e Educação; O Trabalho Educativo de implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/2008; A formação política e o trabalho docente; Capitalismo, Educação e Emancipação Humana.

Bibliografia Básica

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas 2**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski Ferreira. Educação, trabalho e suas mediações ao longo da história da humanidade nos diferentes modos de produção da existência.

Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 3, p. 46-57, 2012.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **África ensinando a gente:** Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-165, 2007.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Maria. Educação e política em Angola: uma proposta de diferenciação fluxogramasocial. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 7-8, p. 105-124, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, B. **A queda do céu:** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. São Paulo:

Cortez, 2003.

Didática da História (60h)

Ementa: Didática da história como campo de pesquisa e disciplina acadêmica. Trajetória de construção da didática da História. Diferentes concepções de didática e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem de história. Planejamento e Avaliação em História. A sala de aula como lugar da educação histórica: formação da consciência histórica e desenvolvimento do pensar histórico. Didática aplicada ao ensino de história indígena, africana e afrobrasileira.

Bibliografia Básica

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 93–112, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545>.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/yWNB7rzGTsCbG5NhMDJ9VxN/abstract/?lang=pt>

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/279/285>

Bibliografia Complementar

BARCA, Isabel. Educação histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras** (Porto), III série, v. 2, p. 13-21, 2001. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COELHO, W. de N. B., GONÇALVES, A. da S., & CRUZ, F. A. S.. Educação das Relações Étnico-Raciais, BNCC e as propostas curriculares da Região Norte: o perfil dos/as agentes elaboradores/as. **Revista Educação Em Questão**, 62(74), 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/37375>

GRINBERG, K., ABREU, M., & MATTOS, H. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, 8(15), 17–38, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/523>

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. Didática e história escolar: dimensões disciplinares e culturais. **Antíteses**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 168–195, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/26453>

SANCHES, Tiago Costa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o processo de constituição de uma didática da história para os anos iniciais. **Antíteses**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 222–248, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/26842>

Educação e Comunicação: LIBRAS e Outras Línguas de Sinais (60 h)

Ementa: Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da Língua Gestual de Angola (LGA) e da Língua Gestual Moçambicana (LGM). Utilização das línguas de sinais (gestual) na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão, além de favorecer a socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Elizabeth Cripaldi de. **Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS**. São Paulo: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Sinais da LIBRAS e o universo da educação. In: _____. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS**. São Paulo: EdUSP, Vitae, Brasil Telecom, Feneis, 2004, vol. 1, p. 228-250.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

Bibliografia Complementar

GOMES, Gerarda Neiva Gardins; NASCIMENTO, Juliana de Brito Marques do. **Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos**. Fortaleza: SEDUC; 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Compendio para o ensino dos Surdos-Mudos**. Rio de Janeiro: INES; Série Histórica, vol. 3; 2012.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis:

EdUFSC; 2014.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos.** Rio de Janeiro: INES; Vol. 1, 2. ed.; 2008.

Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I (75h)

Ementa: Novas práticas historiográficas, novos métodos, novos objetos e suas abordagens na pesquisa e na educação histórica. As funções e a organização dos arquivos permanentes. História e documento de arquivo. História e fonte imprensa. História e literatura. Os documentos nas coleções de livros didáticos da educação básica.

Bibliografia Básica

BELLOTO, Heloísa. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 125-218.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de. **O Historiador e suas fontes.** 1 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-91.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

Bibliografia Complementar

ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta". **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BOSCHI, Caio. O historiador e os arquivos históricos: um depoimento pessoal. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 50, p. 147-160, jan./jun. 2014.

CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de

conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 33-42, jul.-dez. 2005.

Laboratório de Educação, Fontes e Métodos II (60h)

Ementa: Novas práticas historiográficas, novos métodos, novos objetos e suas abordagens na pesquisa e na educação histórica. História e imagem: fotografia e audiovisual. História e fontes orais. História e tecnologias digitais. A Inteligência Artificial como instrumento para educação histórica.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para as pesquisas históricas. **Revista EDOS**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 21 maio 2025.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Ateliê, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-289.

Bibliografia Complementar

BARROS, José D'Assunção. **História Digital: a historiografia diante dos recursos de demandas de um outro tempo**. Petrópolis: Vozes, 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, São Paulo: ANPUH, v. 7, n. 13, p. 272-292, jun. 2018.

FERNANDES, Lincoln Christian. Sujeitos escolares em foco: história oral e pesquisa com história e memória das instituições escolares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado: a pesquisa como experimento de**

igualdade. Revista Projeto História, n. 14, São Paulo, 1997, pp. 7-24.

Educação para as relações étnico-raciais (60h)

Ementa: Estudo do ensino de história e educação para as relações étnico-raciais. Trabalho com os conceitos de “cultura afro-brasileira” e “identidade negra”. A produção do conhecimento histórico e novas estratégias pedagógicas para o ensino das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08 na escola básica. Impactos, desafios e desdobramentos teóricos e práticos para os docentes na educação básica diante do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica

OLIVA, Anderson. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, a. 25, n. 3, p. 421-461.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (orgs.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 3. ed., São Paulo: Global, 2000.

Bibliografia complementar

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, José Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/Museu Nacional, 2006.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. **Estudos Históricos** (Ensino de História e Historiografia), Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 21-43, jan.- jun. 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v.30, n.3, p. 489-506, 2007.

TOBIAS, Juliano da Silva; SILVA, Roberto da. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 65, p. 177-199, 2016.

História e Cultura Afro-Brasileira e suas práticas pedagógicas (60h)

Ementa: Educação, currículo e olhar multicultural. Invisibilidade e visibilidade histórica de mulheres, negros e indígenas na educação. Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica. Como abordar determinados temas na sala de aula: escravidão, quilombos, heróis negros [Zumbi dos Palmares e Henrique Dias], Revolta dos Malês, pós-abolição. Cinema e a Lei 10.639: análise dos filmes 'Xica da Silva' e 'Macunaíma'. Dificuldades e desafios para a implantação da Lei 10.639/2003 no Ensino Básico.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira": uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 2-20, jan.-jun. de 2008.

BUENO, André; DURÃO, Gustavo; GARRIDO, Mírian (orgs.). **História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula**. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

Bibliografia Complementar

ATAKAKI, L. A. Cultura afro-brasileira e diversidade. **Revista Eletronica Acolhendo a Alfabetização Nos Países De Língua Portuguesa**, 3(6), 217-223, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola**. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 21-43, jan.-jun. de 2008.

RIBEIRO, Renilson Rosa (org.). O negro em folhas brancas. Ensaio sobre as imagens do negro nos livros didáticos de história do Brasil (últimas décadas do século XX). 2ª ed., **Cadernos de Graduação**, nº 2., Campinas: UNICAMP/IFCH, 2003.

SILVA, V. G. da. Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 56, 2017

Meio Ambiente e História e suas práticas pedagógicas (60 h)

Ementa: A questão do meio-ambiente como temática de estudo para a História. O fator ambiental na história das sociedades. A relação entre a sociedade e o meio-ambiente. História do ambientalismo e dos movimentos sociais ambientalistas. Gênese e desenvolvimento do pensamento e dos movimentos ambientalistas no Brasil e nos países da CPLP. O debate ambientalista na história e a educação ambiental, a lei 9.795/1999. Aquecimento global e história do tempo presente.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Jozimar Paes de. A instrumentalização da natureza pela ciência. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 23, p. 169-191, nov. 2001.

CARVALHO, Ely Bergo de. A história ambiental e a crise ambiental contemporânea: um desafio político para o historiador. **Esboços**, n. 11, p. 1-17, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Bibliografia complementar

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? Ensaio temático. **Varia História**, Rio de Janeiro, v. 26, 2003.

CORRÊA, Dora Shellard. Caio Prado Júnior como matriz de uma história ambiental. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 10, p. 61-75, dez. 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil: (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

SOFFIATI, Arthur. A ausência da natureza nos livros didáticos de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 43-56, set. 1989 - fev. 1990.

11.2 Componentes obrigatórios do NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

A Construção da Abordagem Histórica I (75 h)

Ementa: A epistemologia do saber histórico e suas categorias basilares: tempo, espaço e sujeito. A especificidade do saber-fazer historiográfico e sua abordagem da realidade humana. A narrativa histórica e o conceito de verdade.

A construção da abordagem histórica na antiguidade, no medievo e na modernidade. A institucionalização da História com um saber científico: a Escola Metódica e o Marxismo. Ensino da abordagem histórica na escola básica.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história:** [volume] 1: princípios e conceitos fundamentais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história:** o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: EdFGV; Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.

Bibliografia Complementar

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores clássicos da História.** Petrópolis: Vozes, 2015.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência.** São Paulo: Ática, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Heródoto e suas histórias. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 39–51, 2015.

SOUZA, Claudia Moraes de. A construção do pensar histórico: questões da formação histórica no ensino. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 729-742.

A Construção da Abordagem Histórica II (75 h)

Ementa: A Escola dos Annales: novos problemas, novas contribuições e novos objetos. A metodologia interdisciplinar. História e Ciências Sociais. A história marxista britânica e seus desdobramentos para a história social. História social do trabalho e a historiografia brasileira. História dos trabalhadores em novas perspectivas: escravos e operários. A micro-história italiana: mudança de escalas, do nível de observação e estudo dos problemas históricos. Os níveis micro e macro-históricos. Procedimentos

metodológicos da análise histórica e manejo do material documental. O ensino dos conceitos e modelos críticos do fazer historiográfico na escola básica.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: EdUnesp, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

Bibliografia Complementar

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013.

NEGRO, António Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa 2: a maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa 3: a força dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

História e o Mundo Colonial (60 h)

Ementa: História e hierarquias globais: aspectos teórico-metodológicos. Evolucionismo, teleologia e eurocentrismo, religião e civilização na estruturação das sociedades coloniais e do Estado nas Américas, África e Ásia. Problemas de alteridade, conceitualização de raça e etnia, de periodização e estudos de área. O protagonismo na narrativa histórica. A historiografia produzida a partir do mundo colonial em suas diferentes temporalidades. Tipologia das situações coloniais modernas e contemporâneas (povoamento e exploração, colônias e protetorados, administração direta e indireta, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo).

Contribuições da crítica pós-colonial à teoria da história. A crítica do evolucionismo, do eurocentrismo e do colonialismo e seu ensino na escola básica.

Bibliografia Básica

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Edufba, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBa, 2008.

Bibliografia Complementar

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EdUC, 2015.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre-Docência em Etnologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: EdUSC, 2009.

História Pública, Patrimônio Material e Imaterial e os Lugares de Memória na Educação Básica (75h)

Ementa: O que é história pública? O que é patrimônio material e imaterial? História e lugares de memória. Memória, monumentos, políticas públicas: a cidadania, a cidade e a educação multicultural. História pública e a identidade regional do Maciço do Baturité. Temas de história pública e o ensino de História na Educação Básica: história ensinada, escravidão, carnaval, cultura popular, LGBT, patrimônio, museus, BNCC e Escola Sem Partido.

Bibliografia Básica

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MATTOS, Hebe (org.). **Diáspora negra e lugares de memória**. A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói-RJ: EdUFF, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Brasília: Educarte, 2008.

Bibliografia Complementar

ROVAI, Marta Gouveia. de Oliveira. Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 89–110, 2019.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 3, p. 16-28, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** [Teoria e História], Rio de Janeiro, nº 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 3, p. 3-15, 1989.

POSSAS, Lídia M. V. Rastreamento de pistas – a observação nas praças da cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 13, nº 25-26, p. 233-239, set. de 1992-ago. de 1993.

Antiguidade Africana, Médio-Oriental e Mediterrânea (60 h)

Ementa: O processo de hominização. A revolução agrícola e a formação das civilizações na Mesopotâmia e no Egito. Sedentarismo, nomadismo, desenvolvimento e diversidade da organização política e econômica e do trabalho; culturas e religiões. Registros da história e construção do passado. Egito – debates historiográficos e raciais, relação com a Núbia. Os reinos da Núbia, Axum, Kush. Expansão banta. O Mediterrâneo Oriental e a emergência da pólis grega. O Mundo Helênico: mito, história, economia e sociedade. A formação do Império Romano e sua expansão. O papel da mulher na Antiguidade. Ensino da História Antiga na escola básica.

Bibliografia Básica

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DIOP, Cheikh Anta. Capítulo 1: Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Mohamed Gamal el-Din (Ed.). **História Geral da África II: A África Antiga**. Vol. II. 2 ed. Brasília: UNESCO: 2010. p. 1-36.

WARMINGTON, B. H. Capítulo 18: O período cartaginês. In: MOKHTAR, Mohamed Gamal el-Din (Ed.). **História Geral da África II: A África Antiga**. Vol. II. 2 ed. Brasília: UNESCO: 2010. p. 473-500.

Bibliografia complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e propostas. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 95-107.

MOERBECK, Guilherme . Da pólis ao Mediterrâneo: alguns caminhos intelectuais para a renovação da História Antiga. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 17, p. 1–26, 2024.

KI-ZERBO, Joseph; UNESCO (ed.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2006.

O Mundo Islâmico e o Medieval Europeu (75 h)

Ementa: Quando o mundo deixou de ser antigo e passou a ser medieval: uma análise conceitual e historiográfica. A Antiguidade Tardia e as transformações do mundo mediterrâneo. A cristianização da Europa. A formação dos reinos romano-germânicos. O Império Romano do Oriente. O Mediterrâneo Oriental e o Mundo Islâmico: nascimento e expansão Uma rede transcontinental de trocas econômicas, políticas e culturais: especificidades regionais do islamismo. O escravismo islâmico. Escrita e conhecimento árabes. Africanização do islã e seus três momentos (expansão e comércio, reinos do comércio a longa distância, popularização e Estados teocráticos). É possível falar em África Medieval? Os reinos africanos entre os séculos V-XV. O Império Carolíngio e as bases de formação do feudalismo. O feudalismo: debates teóricos e historiográficos. Ocupação da Península Ibérica pelo Islão, Reconquista e Cruzadas. O ensino do Mundo Islâmico e do Medieval Europeu na

escola básica.

Bibliografia básica

BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no ensino de história. IN: KARNAL, Leandro. **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2012.

VEYNE, Paul; ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada 1: do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Bibliográfica complementar

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

Expansões Transoceânicas (75 h)

Ementa: O conceito de “longa idade média” e o conceito de modernidade. A formação dos Estados Nacionais Modernos e da sociedade de corte. A expansão marítimo-comercial europeia e as inovações nas técnicas de navegação. O Renascimento comercial, urbano e cultural na Europa. A expansão do capitalismo comercial. O processo de acumulação primitiva de capital. A Reforma e a Contrarreforma. O papel da Igreja Católica na ocupação e colonização da América ibérica. A escravidão atlântica e o desenvolvimento da agricultura comercial. A inserção da África no capitalismo comercial europeu. O ensino das na escola básica.

Bibliografia básica

BOXER, Charles R. **A Igreja militante e a expansão ibérica (1140-1770)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURCKHARDT, Jacob; TELLAROLI, Sérgio. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2009.

CHARTIER Roger (org.). **História da Vida Privada vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Estampa, 1995.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2014.

Bibliografia complementar

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. V. 1.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências. Séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. O segredo da acumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 827-877.

Das revoluções atlânticas ao mundo contemporâneo (60 h)

Ementa: O mundo Atlântico entre os séculos XVII e início do XIX. A Revolução Industrial. Rebeliões camponesas, plebeias e “escravas”. Revolução Inglesa, Revolução Americana, Revolução Francesa e Revolução Haitiana. Nacionalismo, Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. O mundo do trabalho no início do século XX. Revolução Russa. Cultura e Sociedade no período entre guerras. Liberalismo, Fascismo, Socialismo. A Segunda Guerra Mundial. O Holocausto, os riscos do revisionismo e políticas de memória de traumas coletivos. O ensino da História atlântica e contemporânea na escola básica.

Bibliografia básica

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital:** 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa (sec.). **História contemporânea através de textos.** 12. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

Bibliografia complementar

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POPKIN, Jeremy D. Uma revolução racial em perspectiva: relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 293-310, jun. 2008.

SCOTT, Rebecca J.; HEBRARD, Jean M. Rosalie nação Poulard: liberdade, direito e dignidade na era da Revolução Haitiana. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 61-95, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.

TOMICH, Dale. Pensando o "impensável": Victor Schoelcher e o Haiti. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 183-212, abr. 2009.

A Guerra Fria e as questões do tempo presente (75 h)

Ementa: Ascensão das superpotências e ordem mundial bipolar. O consenso nacional-democrático e as descolonizações na Ásia e na África. Os países emergentes como atores políticos globais. O cisma sino-soviético, a Primavera de Praga e Maio de 1968. A era das ditaduras militares. A queda da União Soviética e as narrativas do capitalismo como triunfante. A Era da Globalização. O Capitalismo Reformado: neoliberalismo, o desmonte do Estado de bem-estar social e o terceiro-mundismo. As Revoluções Culturais e os movimentos sociais pós-1960: classe,

gênero, raça e meio ambiente. A indústria do entretenimento e a sociedade do espetáculo. O mundo após Onze de Setembro de 2001. A sociedade e a cultura contemporânea. O ensino da História após a Guerra Fria e do tempo presente na escola básica.

Bibliografia Básica:

- ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo**. 2. ed., Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSBAWN, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa (sec.). **História contemporânea através de textos**. 12. ed., São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BANDEIRA, Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FANON, F. **Pele negra máscara branca**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBa, 2008.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard; ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. 1. reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Processos Históricos na África I (60h)

Ementa: A região interlacustre: estados e comércio em torno do Índico. A civilização suaili, cidades estado, florescimento literário e suas conexões com Oriente Médio e Ásia. Africanização do islão. Circulação de bens, pessoas e ideias ao longo do Saara. A emergência dos estados sahelianos e sub-sahelianos: Mali, Gana, Songay, Kongo, Loango, Teke, Grão Zimbabue. Como a Europa subdesenvolveu à África: comércio armado, escravidão atlântica, agricultura comercial e a inserção da África no capitalismo comercial europeu entre os Séculos XV-XVIII.

Bibliografia Básica

NIANE, Djibril Tamsir (ed.). **História geral da África IV: A África do século XII ao XVI**. Brasília: Unesco, 2010.

EL FASI, M (ed.). **História geral da África III: A África do século VII ao XI**. Brasília: Unesco, 2010.

SILVA, Alberto da C. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2011.

Bibliografia Complementar:

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph; UNESCO. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011. p.181-218.

OGOT, Bethwell A (ed.). **História geral da África V: A África do século XVI ao XVIII**. Brasília: Unesco, 2010.

OLDEROGGE, D. Capítulo 11: Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. *In*: KI-ZERBO, Joseph; UNESCO. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, .2011. p. 295-316.

PANTOJA, Selma. **Uma antiga civilização africana : história da África Central Ocidental**. Brasília, DF: EdUnB, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. [3. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2016.

Processos Históricos na África II (60h)

Ementa: Dinâmicas do século XIX: transformações econômicas, políticas e etno-sociais. A invasão da África: missões, exploradores e companhias comerciais. Resistências e acomodação controlada econômicas, políticas, culturais e sociais. Pan Africanismos da diáspora e as consequências da abolição legal do tráfico. A implantação do Estado e da economia colonial: modelos administrativos, práticas coloniais (assimilação, código do indigenato, expropriação de terras, etnização) e grupos sociais envolvidos. Imigração europeia e segregacionismo.

Bibliografia Básica:

AJAYI, JF. Ade. Capítulo 1: África no início do século XIX: problemas e perspectivas. *In*: AJAYI, JF. Ade. **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Tomo VI. Brasília: Unesco, 2010. p.1-26.

BOAHEN, Albert Adu. Capítulo 3: Tendências e processos novos na África do século XIX. In: AJAYI, JF. Ade. **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880.** Tomo VI. Brasília: Unesco, 2010. p.1-26.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia Complementar

COQUERY-VIDROVITCH , Catherine. Capítulo 15: A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). In: BOAHEN, Albert Abu. **História Geral da África VII: África sob dominação colonial 1880-1935..** Vol. VII. Brasília: Unesco, 2010. p. 401-436.

CURTO, Diogo Rama. **Cultura imperial e projetos coloniais** (séculos XV a XVIII). Campinas: EdUnicamp, 2009.

LEITE, Fábio. **A questão ancestral: África negra.** São Paulo: Casa das Áfricas, 2008.

MATOS, P. F. de. 2024. A identidade do crime: contribuições da medicina e da antropologia física em Portugal (1880–1940), **Revista de História Regional** 29: 1-25.

OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. Capítulo 22: A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In:BOAHEN, Albert Abu. **História Geral da África VII: África sob dominação colonial 1880-1935..** Vol. VII. Brasília: Unesco, 2010. p. 657-690.

Processos Históricos na África III (75h)

Ementa: As lutas pela independência e suas estratégias: insurreição, política de massa, guerrilha, negociação e diplomacia. Movimentos artísticos engajados, Pan Africanismos e movimento de países não alinhados, e a criação da União Africana. Tensões e desafios dos países de recente independência. Geopolítica dos anos 90s: democracia, neoliberalismo, fim do apartheid, o genocídio em Ruanda e a desestabilização da região dos Grandes Lagos. Desafios de África independente: novas formas de imperialismo, experiências de descolonização.

Bibliografia Básica

LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi. (org.). **Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**, IV. Brasília: FUNAG, 2016.

<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/20-415-1>

MAZRUI, Ali. (Coord.). História geral da África. Vol VIII. África desde 1935. Brasília:

UNESCO, 2010.

SANTANA, Jacimara Souza; SANTANA, Jacimara Souza. 'O Branco não tem panela para nos cozer': eco popular do movimento pan-africano e nacionalista no sul de Moçambique. **Sankofa** (São Paulo), v. 11, p. 96-114, 2013.

Bibliografia Complementar

BERTHET, Ana Marina. Reflexões sobre a História Agrícola de São Tomé e Príncipe no pós-independência. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/23107>

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GOMES, Patricia Godinho. As outras Vozes. Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**. v. 1 n. 1 (2016) Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1536>

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Capítulo 25: Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali Al'amin; WONDJI, Christophe (ed.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Volume VIII. Brasília: UNESCO, 2010. p.897-924.

MACAMO, Elisio. **A transição política em Moçambique**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2022.

Teoria e Metodologia em História da África (60h)

Ementa: A emergência dos Estudos Africanos: A Nova História Africana. Contribuições dos estudos africanos às metodologias da história e as categorias básicas de análise. Interpretações africanas do marxismo: Teoria da dependência e estudos sobre resistência ao colonialismo. A crítica pos-colonial nos estudos africanos: tradição, modernidade, estado, democracia, desenvolvimento, gênero e sociedade. A emergência dos debates feministas endógenos e os estudos queer africanos.

Bibliografia Básica:

KI-ZERBO, Joseph (coord.). **História geral da África 1: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi. (org.). **Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**, IV. Brasília: FUNAG, 2016. <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/20-415-1>

SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e práticas. Dakar: Codesria, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf> Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África [recurso eletrônico] : questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança) / 2012

Bibliografia Complementar:

MBEMBE, Achile. Formas africanas de autoinscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. **Afro-Ásia**, v. 29-30, p. 317-343, 2003.

BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, 2015.

FALOLA, Toyn. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, n. 36, 2007.

REIS, Maria do Céu. Poderes e saberes: Estado, financiadores e investigação científica: a África ao sul do Saara e algumas questões. **Estudos Moçambicanos**, n. 14, p. 87-110, 1996.

Processos Históricos na Ásia (75h)

Ementa: Diversidade de representações associadas à ideia de “Ásia”: construção historiográfica do conceito. Delimitações espaciais e temáticas da Ásia do “Oriente Próximo” e da Ásia do “Extremo Oriente”. A Ásia no relato dos viajantes. Religiões originárias do continente asiático. Identidades étnicas, regionais e religiosas como tema historiográfico: aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. O processo de dominação europeu no oceano Índico e Pacífico em diferentes momentos a partir do século XVI. Conflitos coloniais no século XIX e o desmonte do modelo imperial a partir do século XX. Descolonização e formação de novos Estados e blocos internacionais asiáticos. Dominação e reorganização política no Oriente Médio e os conflitos deles decorrentes. O ensino da história da Ásia moderna e contemporânea, na escola básica. Atividades de extensão a serem aplicadas junto à comunidade externa referentes aos conteúdos abordados na disciplina.

Bibliografia Básica

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo modernidade e política**. Salvador, EdUFBa/CEAO, 2004.

METCALF, Barbara D.; METCALF, Thomas. R. **História Concisa da Índia Moderna**. São Paulo: Edipro, 2013.

SAID, Edward. **Orientalismo: Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

Bibliografia Complementar

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2014.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

PÉLISSIER, René. **Timor em Guerra: a conquista portuguesa**. Lisboa: Estampa, 2007.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VISENTINI, Paulo. G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014.

História e Historiografia da América (60 h)

Ementa: O povoamento da América: Sociedade, cultura e organização política nas diversas regiões. O “encontro colonial” e as primeiras experiências de dominação. Bartolomé de Las Casas e a Legenda Negra. A noção de “sentido da colonização”. Plantations e a escravidão negra e indígena no continente americano. Processos de independência e sua interpretação. Conflitos sociais, disputas políticas e a construção das histórias nacionais. A construção de diferentes abordagens historiográficas a respeito da América; as mudanças de paradigmas historiográficos e seu contexto. O ensino de História da América na escola básica.

Bibliografia Básica

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto,

2001.

MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina**: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: EdFGV, 2009.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (Org.). **História da América**: historiografia e interpretações. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

FERNANDES, Luiz E., MORAIS, Marcos V. “História da América: renovação da História da América”. In: KARNAL, Leandro. (org.) **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 143-162.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOGIS, Berno. A questão racial e o preconceito de cor em São Domingos-Haiti (1789-1794). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], v. 22, n. 33, p. 257–292, 2022.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da historiografia**, nº 7, p. 94-115, nov./dez. 2011.

História do Brasil I (60h)

Ementa: Ocupação e colonização do território americano por Portugal. Semelhanças e diferenças entre a colonização lusa e hispânica da América. Construção do sistema colonial: a Coroa portuguesa e o controle social e político do território. Sociedades Indígenas e Africanas. Cultura e trabalho no Império português. A sociedade açucareira. Mineração, pecuária, interiorização e fronteiras. Religiosidade e cultura popular. Sociedade colonial: tensões e conflitos. Ensino de história do período colonial luso-brasileiro.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VAINFAS, Ronaldo Vainfas. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia indígena no

Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Publifolha, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

História do Brasil II (75 h)

Ementa: Autonomia política e construção do Estado Imperial: Independência, período regencial e centralização da década de 1840. Manutenção da economia agroexportadora. Trabalho, terra, disciplina e projeto nacional: relações entre escravidão, trabalho livre e imigração. As abordagens do Império e dos intelectuais a respeito das sociedades indígenas. Produção da identidade nacional. Cultura, educação e o lugar simbólico da monarquia. Revoltas do período regencial e levantes populares, conflitos da ordem escravocrata e as lutas abolicionistas. O Ensino de História do Brasil Monárquico.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil, 2: Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MACHADO, Maria Helena P.T.; CASTILHO, Celso. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no Período da abolição**. São Paulo: EdUSP, 2015.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na Guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**. v. 15. nº 19. p.173-206, 1995.

MONTEIRO, John M., **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

História do Brasil III (75 h)

Ementa: Projetos republicanos, a Proclamação da República e o pós-Abolição. Economia e política na Primeira República. Reformas urbanas, literatura, cultura popular e tensões sociais. Religiosidades, poder e conflitos. Industrialização e Movimentos operários. Cultura e nacionalismo. Tenentismo, “Revolução de 1930” e a Ditadura do Estado Novo. O Ensino de História do nascimento da República ao Estado Novo.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das [L]etras, 2009.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: EdUnicamp, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, p. 77-101,

1996.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Bibliografia Complementar

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. 20. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, dez. 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. ed. rev. e ampl. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, vol.22, n.62, pp.237-256, 2008.

OLIVEIRA, José Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto. Parte 4 – Ensaio de Cidadania Indígena (1988-2006). In: **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/Museu Nacional, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **A música popular no romance brasileiro: vol. II: Século XX** (1. parte). São Paulo: Editora 34, 2000.

História do Brasil IV (75 h)

Ementa: A República populista: modernização e subdesenvolvimento. Golpe e a Ditadura Civil-Militar após 1964. Luta armada e movimentos de contracultura na resistência ao Regime Militar. Do fim da ditadura aos governos democráticos. A questão ambiental na legislação Republicana. As lutas recentes das comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, de atingidos por barragens e sem-terra. Trabalho e migrações no Brasil do século XX. Cultura, Memória e patrimônio do período republicano. O ensino da história do Brasil contemporâneo na escola básica.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2009.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Futebol em tempos de ditadura civil-militar. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011, p. -1-16.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. **Topoi**. vol.12, n.22, Rio de Janeiro, p. 228-249, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. vol.30, n.60, p.13-33, 2010.

História Indígena (60h)

Ementa: Ancestralidade, Saberes Cosmogônicos e Povos Originários. Genocídio e Etnocídio em nome da fé e da ganância colonial, mercantil, capitalista. A Historiografia indígena no Brasil/Nordeste/Ceará. Terra e Guerras de Resistências. Trabalho e Escravidão. A memória dos povos indígenas sobre as Políticas Indigenistas. A oralidade como fonte para a escrita das histórias indígenas. Museologia Indígena. O movimento indígena de retomada étnica e a luta por direitos. O Trabalho Educativo de implementação da Lei 11.645/2008. Interdisciplinariedade: História, Arqueologia, Antropologia e Educação.

Bibliografia Básica

BARBOSA, J. M. A.; MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. **A oralidade como fonte para a escrita das histórias indígenas**. TELLUS (UCDB), v. 18, p. 121, 2018.

FERNANDES, Socorro Alves. **História Indígena e colonização no Ceará: questões para o Ensino de História**, Ano de Obtenção: 2018. (Dissertação/URCA).

KOPENAWA, Davi; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, John. **O escravo índio, esse desconhecido**. IN: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.) Índios no Brasil. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992, 279 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Cia das letras, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo; Cia das letras, 2010.

Bibliografia Complementar

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena da escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, jan./abr., 2012, p. 53-69.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Alexandre O. **Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará**. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) – Recife, UFPE, 2012. 322 fls.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. São Paulo: EdUSP; Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia das letras, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** [online]. 1998, vol.4, n.1 [cited 2017-04-01], pp.47-77.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei nº 11.645. In: **ANAIS do XXVIII Simpósio Nacional de História -ANPUH**, Florianópolis, 2015.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, nº 2, p. 36-42, 2001.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

GARCIA, Elisa Frühauf. “Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de ‘amizade’ entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800)”. **Varia História**, vol. 24, nº 40, p. 613-632, 2008.

MONTEIRO, John M., “Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen”, **Revista de História**, USP, 149, p. 109-137, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os urubus kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

11.3 Componentes Optativos do NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Disciplinas optativas do eixo Teoria Metodologia e Ensino

Gêneros e Sexualidades na História (60 h)

Ementa: A genealogia dos estudos de gênero e sexualidade: trajetórias e debates. Gênero e Sexualidade como categorias de análise histórica. Gêneros e Sexualidades como campo de pesquisa na História: teorias, métodos e abordagens. Discutindo Gêneros e Sexualidades: femininos e masculinos na história. Para além dos binarismos: estudos sobre homo e transexualidades. A Teoria Queer e os Estudos Históricos. Os estudos de gênero e sexualidade no Brasil e em África. Gêneros e Sexualidades na escola de educação básica.

Bibliografia básica

- CONNEL, Robert. Políticas da Masculinidade. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 20, p.185-206, jul.-dez. de 1995.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel e MOTTA, Manoel Barros da. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre. **Educação e Realidade**, n. 20, p. 71-99, jul. – dez. 1995.
- STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar

- ABOIM, Sofia. Masculinidades na Encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. **Análise Social**. Lisboa, n. 187, p. 273 – 295, abril de 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CARVALHO, Mário e CARRARA, Sérgio. Em Direito a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 319 – 351, 2013.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **A donzela-guerreira: um estudo de gênero**. São Paulo: SENAC, 1998.

GREEN, James. **Homossexualidades e a história**: recuperando e entendendo o passado. *Gênero*. Niterói, v. 12, n. 2, p. 65 – 76, 2012.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 22, p. 201 – 246, 2004.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na história social sobre infância no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 289 – 327, jan. – jun de 2006.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais**: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde. Cabo Verde: UNI-CV, 2009.

OSORIO, Conceição e SILVA, Tereza Cruz e. **Buscando sentidos**: gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário. Maputo: LSA, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159 – 189, jan. – abr. 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Mulher negra, homem branco**: um breve estudo do feminino negro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

História do racismo e antirracismo no mundo atlântico (60h)

Ementa: A construção erudita da ideia de raça e seus efeitos sobre o conhecimento e sobre a política. A emergência da raça como referência identitária de atuação coletiva: os “retornados” na África Ocidental, profetismo no Caribe e política de massas nos Estados Unidos. Movimentos literários e artísticos negros. Os congressos pan-africanos. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. A luta contra a dominação branca na África Austral. O tema do racismo e do antirracismo no ensino de História.

Bibliografia Básica

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Rita; SILVA, Vagner Gonçalves. Foi conta para todo canto. As religiões afro-brasileiras nas letras do repertório musical popular brasileiro. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 34, pp.189-235, 2006.

BIRMINGHAM, David. **Frontline nationalism in Angola & Mozambique**. Trenton: Africa World, 1992.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: EdUnesp, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

SANTOS, José Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

História e historiografia da educação do negro no Brasil (60h)

Ementa: Estudo das diversas abordagens teóricas e metodológicas constituídas em torno do campo da escolarização formal e não formal da população negra no Brasil. Análise de diferentes temáticas confeccionadas em torno dos períodos escravista, abolicionista e pós-abolicionista, com foco nos processos de mediação cultural, resistência, visibilidade e protagonismo das populações africanas e afro-brasileiras. Desconstrução epistêmica, política, social e ética do lugar atribuído a população negra brasileira neste campo de investigação. Os processos educativos formais e não formais sob a ótica da história e historiografia da educação do negro no Brasil e seu ensino na educação básica.

Bibliografia Básica

CRESSONI, Fábio Eduardo. **Educando pela palavra**. Pedagogia da escravidão nos sermões de Antônio Vieira. Curitiba: CRV, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **O estado da arte em pesquisa de história da educação da população negra no Brasil**. Vitória, SBHE/Virtual Livros, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev.

Campinas: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar

CRESSONI, Fábio Eduardo. Moendo os corpos para alimentar a alma: pedagogia jesuítica e escravidão na Bahia colonial. *Diálogos (PPH-UEM)*, v. 15, n. 3, p. 677-695, set./dez. 2011.

FONSECA, Marcus Vinicius; BAROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói, EdUFF, 2016.

FONSECA, Marcus Vinicius Fonseca. A arte de construir o invisível. O negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº. 13, p. 11-50, jan./abr. 2007.

MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração dos currículos escolares. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 12, n.19, 2003, p. 229-234.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 4, p. 75-101, 2002.

SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Histedbr; Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

História Social da Saúde e da Doença (60h)

Ementa: Ao problematizarmos sob o ponto de vista histórico a saúde e a doença, mergulharemos nas peculiaridades dos processos sociais de sujeitos em contextos interculturais, seus sistemas de Educação em Saúde (formal e/ou informal); características econômicas determinantes na vulnerabilidade/risco às doenças; técnicas corporais sobre métodos de prevenção e/ou tratamento; configuração de hábitos sexuais; religiosidades etc. Trata-se, portanto, de abordar a história da saúde e das doenças como fenômenos biossocial e, por essa razão, central na configuração de cada cultura.

Bibliografia Básica

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Bibliografia Complementar

BARBATO, Luís Fernando Tosta. Trópicos da doença e da civilização: saúde e pestilência nas revistas do IHGB. **Dimensões**, n. 34, p. 69-94, 2015.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do Entreguerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2004, p. 427-454.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil – uma história comparada**. Rio de Janeiro, EdFiocruz, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e NASCIMENTO, Dilene R. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. v. 1.

História, Cultura e Trabalho (60h)

Ementa: História e historiografia das relações sociais no mundo contemporâneo, enfatizando as relações de trabalho, as configurações e os conflitos sociais e experiência da formação da classe trabalhadora. O mundo do trabalho como tema para o ensino de História.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BITENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008.

TEXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

Letramento histórico-digital (60h)

Ementa: O exercício crítico da historiografia digital. Limites e possibilidades para uso ético de ferramentas digitais na e para educação histórica. O letramento histórico digital como metodologia para Educação Básica. Inteligência Artificial Generativa como ferramenta para educação.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para as pesquisas históricas. **Revista EDOS**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

Barca, Isabel. (2006). Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**, p. 93–112. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545>. Acesso em: 27 de maio de 2025.

CARIE, Nayara Silva de; GIAVARA, Ana Paula; SOUZA, Glauco Costa de; OLIVEIRA, Heli Sabino de. Ensino de história e letramento digital: uma proposta de leitura crítica das fontes provenientes dos meios digitais. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 190–208, dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/62675>.

FIGUEIREDO, Leonardo de Oliveira; LOPES, Aparecida Maria Zem; VALIDÓRIO, Valéria Cristiane; MUSSIO, Simone Cristina. Desafios e impactos do uso da Inteligência Artificial na educação. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 18,

n. 44, p. 1–22, set./dez. 2023. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1506>.

SILVA, Danilo Alves da. **Letramento histórico-digital**: ensino de História e tecnologias digitais. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/31a4062d-fab1-4807-8c9c-a6e713a5d0d6>.

Bibliografia Complementar:

BARROS, José D'Assunção. **História digital**: a historiografia diante dos recursos de demandas de um outro tempo. Petrópolis: Vozes, 2022.

CORRÊA, Marlon Luís. **Ensino de história e letramentos históricos-digitais: a voz dos estudantes nas culturas digitais**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248938>.

GALLINI, Stefani; NOIRET, Serge. La historia digital em la era del Web 2.0. Introducción al dossier Historia digital. **Historia Crítica** n. 43, Bogotá, enero-abril. 2011, p. 16-37. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hiscrit/article/view/4227>.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. Inteligência artificial na educação: potencialidades e desafios. **SCIAS - Educação, Comunicação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 74–89, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasedcomtec/article/download/7692/4979/32205>.

Projeto de Pesquisa em História (60h)

Ementa: Especificidades da História como ciência. Fundamentos epistemológicos da pesquisa histórica. Construção do objeto de pesquisa: delimitação temática, problematização e definição de objetivos. Levantamento e análise do estado da arte. Estudo das fontes históricas: tipologias, crítica interna e externa e procedimentos de interpretação. Métodos e técnicas de pesquisa em História. Questões éticas na

pesquisa histórica: plágio, responsabilidade no uso das fontes e relação com os sujeitos históricos. Orientações para a elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. [3. ed.]. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2017.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Artes de fazer, artes de aprender: o ensino e a pesquisa em história. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). **Em tempo: história, memória, educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 385-394.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de Historia**, v. 52, p. 397-419, 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Campus; Elsevier, 2012.Contexto, 2009.

TEIXEIRA, Felipe Charbel (org). **Metodologia da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

Disciplinas optativas do eixo África e Ásia

Ásia e a Dominação Ocidental (60h)

Ementa: O Raj britânico na Índia: transformações sociais, políticas e culturais. A China diante do poderio comercial euro-americano: soberania formal e submissão econômica. A Rússia imperial, a Ásia Central e o Pacífico. A Revolução Chinesa. A independência indiana e a partilha: estratégias anticoloniais, conflitos sociais e religiosos. Independências na Ásia. A criação do Estado de Israel e a Palestina. O ensino de história da Ásia contemporânea na escola básica.

Bibliografia Básica:

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

Bibliografia Complementar:

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

HENSHALL, Kenneth. **História do Japão.** Lisboa: Edições 70, 2010.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e Modernidade-Mundo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo: Oriente como Invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

Dinâmicas das escravidões em África (60h)

Ementa: Apreciação das diversas formas de escravidão na África antes do século XVI. A chegada dos europeus: transformações e interações sociais. As primeiras empreitadas atlânticas, sua logística política, econômica e cultural nos diferentes espaços ultramarinos. Contextos históricos e geográficos relacionados com a escravidão no continente africano entre os séculos XVI e XIX. As grandes empresas transatlânticas: negociações e conflitos sul-sul. A racialização da escravidão em África. Análise das relações e dinâmicas dos Estados Africanos com a escravidão em África. Ensino na educação básica sobre a escravidão na África.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CURTO, José C. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876. **Afro-Ásia.** Salvador: UFBA, nº 33, p. 67-86,

2005.

NIANE, Djibril Tamsir; UNESCO. **História geral da África. Vol. IV: África do século XII ao XVI.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OGOT, Bethwell A.; UNESCO. **História geral da África. Vol. V: África do século XVI ao XVIII.** 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2011.

Bibliografia Complementar:

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. **Afro-Ásia**, 28, p. 45-79, 2002.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MANNING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. **Novos Estudos Cebrap**, nº 21, julho, p. 8-29, 1988.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, p. 179-209.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA, Marina de M & VAINFAS, Ronaldo. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. **Revista Tempo**, nº 6, Vol. 3 (1998), p. 95-118.

Estudos de Gênero e Feministas em Ásia e África (60h)

Ementa: A Década dos anos 1980 e a emergência dos feminismos do “Terceiro Mundo”. A crítica ao feminismo Eurocentrado. Historiografia feminista do Grupo de Estudos Subalternos e Teoria Pós-Colonial na Índia e sua Diáspora. Estudos sobre Gêneros Outros na Índia. Feminismos Islâmicos e Mulheres muçulmanas feministas no Oriente Médio, África e na Europa: problemas de gênero, islamofobia e agendas. Relações de família, idade, linhagem e gênero na África. Estudos sobre Matriarcados

e patriarcados. Gênero e Agências de Subdesenvolvimento na África, agendas controversas. Estudos Queer na África.

Bibliografia Básica:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Revista Estudos Feministas**. v. 20, n. 2 (2012) Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006>>.

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**. v.5 n.8 | jan/jun 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615/10805>>.

CRUZ E SILVA Teresa & Isabel Maria CASIMIRO (ORG). **A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento?** Parte 1: Mulher e Gênero. Dakar, CODESRIA, 2015, 292p. Disponível em: <<https://www.codesria.org/spip.php?article2350&lang=en>>.

DAAS, Veena O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu** 37, (2011), p. 9-41.

Bibliografia Complementar:

MONTEIRO, Euridice. Crioulidade, colonialidade e gênero: as representações de Cabo Verde. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 24, No. 3 (2016), p. 983-996. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/pdf/estufemi.24.3.983.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents>.

LIMA, Cila. Um recente movimento político religioso: feminismo Islâmico. **Revista Estudos Feminista**. Florianópolis, 22(2), 2014.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003.

CASIMIRO Isabel. A nova situação sócio-económica no Norte de Moçambique e o impacto sobre as desigualdades das mulheres. Artigo apresentado no Seminários: **Alternativas ao Modelo de Desenvolvimento Actual em Moçambique: o caso de Cabo Delgado**. UNILURIO, Pemba, 19 de julho 2013.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, Guerra em Casa**. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Maputo: Promédia, 2004. Disponível em:

<<http://nigs.ufsc.br/files/2017/08/PAZ-NA-TERRA-GUERRA-EM-CASA-UFPE-final.pdf>>.

CRUZ E SILVA, Teresa [entrevista] Rupturas e Continuidades em Moçambique. Em **Ponto Urbe** 16, 2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n348439>>.

GROSGUÉL, Ramon (org.) Dossiê: Feminismo islâmico. **Tabula Rasa** no.21 Bogotá jul./dez. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1794-248920140002&lng=pt&nrm=is>.

SHIVA, Vandana e Maria MIES. **La praxis del ecofeminismo- Biotecnología, consumo, reproducción**. Icaria Editorial. Colección Antrazyt, nº 128. Barcelona. 1998. 240 págs. Texto disponível em:

<<https://observatorio.aguayvida.org.mx/media/maria-mies-vandana-shiva-la-praxis-del-ecofeminismo.-biotecnologia-consumo-y-reproduccion.pdf>>.

História e Religiões na África (60h)

Ementa: Apresentação das três principais matrizes religiosas presentes na África: a religião ancestral africana, o islamismo e o cristianismo. Análise das particularidades das constituições sócio-históricas dessas três matrizes no continente africano. As relações entre a manifestação religiosa ancestral, o islamismo e o cristianismo durante o período colonial e as implicações políticas e sociais desta relação. O legado histórico das religiões ancestrais africanas na diáspora. A abordagem, na educação básica, de aspectos da religião ancestral africana na África e na diáspora.

Bibliografia Básica:

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan; GILLIES, Eva. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004.

OPOKU, Kofi A. "A religião na África durante a época colonial". In: BOAHEN, Albert A. **História Geral da África. Vol. VII: África sob domínio colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 591-624.

SOUZA, Marina de M.; VAINFAS, Ronaldo. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. **Revista Tempo**, nº 6, Vol. 3, p. 95-118, 1998.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás deuses iorubás na África e no novo mundo**.

Salvador: Corrupio, 2002.

Bibliografia Complementar:

APPIAH, Anthony K. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. BREPOHL, Marion. Presença protestante na África; ressonâncias da Segunda Reforma. **Estudos de Religião**, Vol. 30, nº 2, (2016), p. 171-194.

BREPOHL, Marion. Presença protestante na África; ressonâncias da Segunda Reforma. **Estudos de Religião**, Vol. 30, nº 2, p. 171-194, 2016.

CORREIA, Stephanie C. B. Nas fronteiras da cristandade: as missões como baluartes dos impérios europeus na África centro-ocidental. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, nº 30-32, p. 1-18, 2012.

EL FASI, Mohammed e HRBEK, Ivan. Etapas do desenvolvimento do islã e da sua difusão na África. In: EL FASI, Mohammed (ed.). **História Geral da África III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010.

Relações Brasil-África: Cooperação e Geopolítica Contemporânea no Atlântico Sul (60 h)

Ementa: Qual o lugar da África na política externa brasileira após as descolonizações africanas? As fases e os paradigmas da dimensão atlântica da política externa do Brasil. A cooperação Brasil-África e a geopolítica contemporânea do Atlântico Sul.

Bibliografia Básica:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: EdUnesp, 2005.

Bibliografia Complementar:

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EdUFBA 2011.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

FILHO, Pio Penna, LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, n. 39, p. 57-81, jan.-jun. de 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas: as representações do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2008.

Tópicos em História de Angola (60h)

Ementa: História e historiografia de Angola. Evolução das formas de organização política antes do contato europeu. Comércio, cristianização e escravidão: Kongo, Ndongo e a colônia de Angola. Estados africanos na área de influência do tráfico: tradições e transformações político-sociais. As zonas de influência portuguesa e a lenta conquista do interior. A sociedade colonial: categorias sociorraciais e controle social. A emergência dos nacionalismos: distinções sociorraciais e conflito. Da guerra de libertação à guerra civil. O ensino da história de Angola na escola básica.

Bibliografia Básica:

CURTO, José C. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876. **Afro-Ásia**. Salvador: UFBA, nº 33, p. 67-86, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Espelhos pós-coloniais, imagens coloniais. Discursos e representações sobre os portugueses em livros didáticos angolanos de História elaborados no pós-independência (1979-2000). **Anos 90**. v. 21, n. 40, Porto Alegre, p. 227-249, 2014.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MOORMAN, Marissa Jean. **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times**. Athens: Ohio University, 2008. (New

African Histories).

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico Lusófono Negro. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 33, p.9-33, 2005.

SERRANO, Carlos. **Angola, nascimento de uma nação**: Um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe, Coleção Ciências Humanas e Sociais, Série Sociologia e Antropologia – nº. 1, 2008.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Marina M. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. **Revista Tempo**, Nº 6 (1998), p. 95-118.

Tópicos em História de Cabo Verde (60h)

Ementa: Debates historiográficos sobre o povoamento antes da chegada dos portugueses. Os vários tempos da colonização. As Companhias de Comércio. Tráfico atlântico: portos africanos e potências europeias. Culturas e suas expressões de resistências políticas. A formação das línguas crioulas e sua função social. Debates raciais e miscigenação. Relações de reciprocidade e distanciamento com Cacheu e Guiné-Bissau e seus vários períodos. Movimento de libertação. Construção do Estado-nação: caboverdianidade entre a África e a Europa. Pós-independência e seus percalços econômicos e políticos. Ensino da história de Cabo Verde na escola básica.

Bibliografia Básica:

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: Lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.

ALMADA, José Luis Hopffer C. Que caminhos para a poesia caboverdiana? Antigos e recentes debates e controvérsias sobre a identidade literária caboverdiana.

Navegações Ensaio v. 4, n. 1, p. 92-106, jan./jun. 2011.

FURTADO, Claudio. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do silêncio. **Afro-Asia**, n. 45, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 25, nº 3, pp.579-596, 2003.

MOURAO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 83-101, jan./abr. 2009.

CURTO, Diogo Rama. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)**.

Campinas: EdUnicamp, 2009.

RECHEADO, Carlene. **O clero nativo na diocese de Cabo Verde (1533-1755)**.

Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau** : as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife : Ed. do Autor, 2015.

Tópicos em História da Guiné-Bissau I (60h)

Ementa: História e historiografia da Guiné. A formação do território da Senegambia, na periferia do Império do Mali. Os grandes impérios da África Ocidental. A escravidão africana e a estrutura de régulos. O reino do Kaabu. Conquista futanquê e ocupação portuguesa. Tráfico de escravos e a inserção regional: entre as ilhas portuguesas de Cabo Verde, feitoria de Cacheu e a costa da Guiné. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial o caso de Nha Bibiana e Nha Rosa e de outras mulheres que revolucionaram o processo pré-colonial na Guiné. Os tongomaus e os lançados na sociedade colonial. Relações entre as sociedades da região da atual Guiné-Bissau e os portugueses.

Bibliografia Básica

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic slave trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila: **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional**: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese de doutorado, UFBA, 2013

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

Bibliografia complementar

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: CAPES, 2008.

LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

MANÉ, Mamadu. O Kaabú: uma das grandes entidades do patrimônio cultural Senegambiano. **Soronda - Revista dos Estudos Guineenses**, Guiné-Bissau, INEP,

n.11, 1989.

PEREIRA, Amílcar Araújo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 25, nº 50, p. 291-311, jul.-dez. 2012.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do descobrimento e conquista da Guiné**. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1989.

Tópicos em História da Guiné-Bissau II (60h)

Ementa: As resistências primárias, campanha de “pacificação” de Texeira Pinto, Abdul Indjai, a conquista portuguesa e o levante de 1919. Os régulos das regiões do Cuor e Oio na Guiné – e os representantes portugueses dentro do contexto imperialista. O período colonial moderno, a emergência do nacionalismo e a formação da elite bissau-guineense. Os movimentos urbanos e as resistências secundárias. A luta de libertação bissau-guineense no contexto regional, africano e terceiro-mundista: o pan-africanismo africanizado, questões de orientação ideológica e de pragmatismo político. O papel das mulheres na frente de libertação nacional. A dissolução da união com Cabo Verde. Os discursos de guineendadi, etnicidade e religião. O movimento Reajustador e a II República na Guiné-Bissau. Os conflitos sociais e reordenamento político-cultural na contemporaneidade bissau-guineense.

Bibliografia Básica:

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** Tese de Doutorado – Salvador, 2013. PP.58-74.

CARDOSO CARLOS. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: **Lusotopie**, nº 2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282.

CARDOSO, Leonardo. A tragédia de junho de 1998: Factos e Comentários. **Soronda** Número Especial 7 de Junho. INEP: dez. 2000. pp.125-151.

Bibliografia complementar:

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.138 -159.

HORTA, José da Silva. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da

representação étnica nas escritas portuguesas de viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia História**, v. 29, n. 51, 2013, p. 649-675.

LOPES, Carlos. O Kaabu e seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, v. 32, p. 9-28, 2005.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MELO, Victor Andrade de. A nação em jogo: esporte e guerra colonial na Guiné Portuguesa (1961-1974). **Antíteses**, v. 9, n. 18, p. 407-436, 2016.

Tópicos em História de Moçambique (60h)

Ementa: Organização político-social e diversidade cultural antes do contato português: cidades costeiras, reinos do interior e sociedades descentralizadas. Os prazos. O dualismo da sociedade colonial em Moçambique. Colonialismo português e classificações étnico-raciais entre brancos, negros, mulatos e asiáticos em Moçambique. Colonialismo, antropologia, luso-tropicalismo e regime do indigenato. Etnicidade, nacionalismo e Estado pós-independência. mestiçagem e racismo em Moçambique pós-colonial. O ensino de História de Moçambique na escola básica.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique:** identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: EdUnesp, 2009.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula:** visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Bibliografia Complementar:

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro:** colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EdUFBA, 2007.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História geral da África VIII:** África desde 1935. 2. ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010.

MENESES, Maria Paula Guttierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras:** educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 55-76.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique:** formação e oposição 1854-1918. 3. ed.

Lisboa: Estampa, 2000.

PINHO, Osmundo. A Antropologia na África e o lobolo no Sul de Moçambique. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 43, pp.9-41, 2011.

Tópicos em História de São Tomé e Príncipe (60h)

Ementa: Viagens marítimas dos africanos às ilhas. Os angolares. Laboratório de plantation. São Tomé e Príncipe no comércio atlântico. Relações com os reinos da África, Congo e Ndongo. Os vários tempos da colonização, escravidão e trabalho forçado. As culturas e os saberes populares nos períodos coloniais. As línguas crioulas. Debates raciais e miscigenação. A construção do Estado-nação. O pós-colonial e as questões agrárias. Ensino da história de São Tomé e Príncipe na escola básica.

Bibliografia Básica:

BERTHET, Marina. São Tome e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.42, n.3, p; 961-986, set.-dez. 2016.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente:** Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MAINO, Elisabetta. A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão. **Africana Studia**, Porto, n. 2, p. 135-152, 1999.

Bibliografia Complementar:

MATA, Inocência. **A suave pátria.** Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense. Lisboa: Colibri, 2004.

MAZRUI, Ali. (Coord.). **História geral da África.** Vol VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

NASCIMENTO, Augusto. A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015. 104.

SEIBERT, Gerhard. Os angolares na ilha de São Tomé: naufragos, autóctones ou quilombolas? **Textos de História.** V.12, p. 43-64, 2012.

SILVA, António Leão Correia e. O nascimento do Leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 1, p. 53-68, 2001.

Tópicos em História de Timor-Leste (60h)

Ementa: O Timor-Leste antes da colonização portuguesa, povoamento, sociedade e cultura. O Império Português na Ásia e a colonização do Timor. Timor Timur: resistência à dominação portuguesa e o epílogo do Império Português. Ocupação indonésia e os percursos da construção de um nacionalismo timorense. Timor Lorasa'e: pós-colonialismo, formação do Estado-nação, lusofonia e lusotropicalismo. Ensino da história de Timor-Leste na escola básica.

Bibliografia Básica

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. 14. ed. São Paulo: Atual, 2009.

DE LUCCA, Daniel. **A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste**. Salvador: EdUFBA, 2021, p. 89-124.

PELLISSIER, René. **Timor em guerra: a conquista portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.

Bibliografia Complementar:

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **O Conflito e a Construção do Estado no Timor Leste**. Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2019.

BIANCO, Lucien. **Ásia contemporânea**. 16. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 2006.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MENDES, Pedro Emanuel. Os choques perceptivos do falhado processo de descolonização do Timor (1974-1975). **Rev. Bras. Hist.** 41 (87), Mai-Ago. 2021.

NOGUEIRA, Pedro. **Sanalus: diário de uma missão em Timor-Leste**. Lisboa: Edições 70, 2012.

Disciplinas optativas do eixo América e Brasil

América Latina Contemporânea (60 h)

Ementa: A independência em Cuba. Revoluções e ditaduras no México. Estudo da política latino-americana a partir da crise de 1929, tendo como eixo as propostas revolucionárias e as reações conservadoras, com ênfase nos governos populistas e nas ditaduras militares; estudo do conceito de populismo. Os processos de (re)democratização, o neoliberalismo e a sua crise. O Brasil e os demais países latino-

americanos. A Influência norte-americana. O movimento zapatista. Negros, indígenas, mulheres e movimentos sociais na América contemporânea. Aplicação prática deste conteúdo programático nos ensinos fundamental e médio.

Bibliografia Básica

ALVES, Júlia Faliverne; **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 2004.

CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALEANO, Eduardo H; FREITAS, Galeno de. **As veias abertas da América Latina**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Bibliografia Complementar

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à colonização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 (Online – Biblioteca Clacso).

PRADO, Maria Ligia; PELEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

RODRIGUES, Bruno Romano. Entre discursos, imagens e rituais políticos: a memória de José Martí a partir da luta armada de Sierra Maestra (1959-2006): a memória de José Martí a partir da luta armada de Sierra Maestra (1959-2006). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. I.], v. 24, n. 38, p. 217–244, 2024.

WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Dinâmicas das escravidões e pós-abolição no Brasil (60 h)

Ementa: A instalação do sistema escravista no Brasil: motivações, justificativas e desenvolvimento histórico. Escravidões africana e indígena – relação e diferenças. Dinâmicas sociais e culturais: etnia/origem, família, e a criação de um mundo híbrido; Do Tráfico atlântico ao interprovincial. Agências e resistências na ordem escravista; Abolicionismos e a conquista da liberdade. O movimento de Retorno a África – fluxos e refluxos demográficos e culturais. Pós-abolição: raça, gênero, classe e lugar social. Abordagens na educação Básica sobre as escravidões, lutas pela liberdade e contexto Pós-abolição no Brasil.

Bibliografia Básica

DRESCHER, Seymour. **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: EdUnesp, 2011.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HEYWOOD, Linda Marinda. **Diáspora negra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Monica. **Entre margens**: o retorno a África de liberto do Brasil 1830-70. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós -Graduação de História da UFF. Niterói, 2008.

Bibliografia Complementar

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AMARAL, Rita; SILVA, Vagner Gonçalves. Foi conta para todo canto. As religiões Afro-Brasileiras nas letras do repertório musical popular brasileiro. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 34, pp.189-235, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros outra vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, pp.121-160, 2002.

RODRIGUES, Jaime. Um sepulcro grande, amplo e fundo: saúde alimentar no Atlântico, séculos XVI ao XVIII. **Revista História**. São Paulo, nº 168, pp.325-350, 2013.

Tópicos em História do Ceará (60 h)

Ementa: Povos Autóctones e o domínio português. Conexões com o mercado - pecuária e algodão. Africanos e afro-brasileiros na formação do Ceará. A escravidão e a questão do abolicionismo. Cultura e religiosidade. Poder estatal, secas e conflitos sociais. Literatura e a produção da identidade cearense. Povos indígenas e quilombolas no Ceará contemporâneo. O ensino de História do Ceará na Educação Básica.

Bibliografia Básica

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.).

Histórias de negros no Ceará. Porto Alegre, RS: Fi, 2020.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder:** Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

VIERA JR. Antônio Otaviano. **A inquisição e o sertão.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2014.

Bibliografia Complementar

NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 115-133, jan./jun. 2014.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande:** dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. 2003. 294f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, 2003.

SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense:** rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as Províncias do Norte. 1877-1884. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013. 254f.

MARIZ, Silvana Fernandes. Discursos em campo: Moacyr versus Zumbi ou quem é o quê no Ceará. **História & Ensino.** Londrina, v.17, p. 307-325, 2011.

11.4 Componentes do NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado

Estágio Supervisionado I – Linguagens I (60h)

Ementa: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e os diferentes tipos documentais presentes nas coleções de livros didáticos da educação básica. A análise de livros didáticos e paradidáticos. Os usos, a produção e a reelaboração de materiais didáticos com diferentes linguagens para a construção do conhecimento histórico escolar: textos didáticos, livros didáticos e paradidáticos.

Bibliografia Básica:

CAINELLI, Marlene. A escrita da História e os conteúdos ensinados na disciplina de História no Ensino Fundamental. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun. 2012.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 262-284, 2016.

LUNARDI, Emy Francielli; MANTOVANI, Bernardo André. Processos de escolha de livros didáticos de História no Ensino Médio. **História & Ensino**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 55-78, jul.-dez. 2022.

SILVA, Marcos A. da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. [4. ed.]. Campinas: Papyrus, 2021.

Bibliografia Complementar:

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de História. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, [s.l.], v. 26, n. 107, p. 1-22, set. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 1.ed. São Paulo:

Scipione, 2004.

TAMANINI, Paulo Augusto; NORONHA, Vanusa Maria Gomes. O ensino de História e a BNCC: Livros didáticos sob uma análise comparativa. **Revista Teias**, v. 20, n. 57, abr./jun. 2019.

Estágio Supervisionado II – Linguagens II (60h)

Ementa: A história oral como um método de pesquisa na educação básica. Os acervos históricos na sala de aula: o arquivo, a hemeroteca e a biblioteca. Os usos, a produção e a reelaboração de materiais didáticos com diferentes linguagens para a construção do conhecimento histórico escolar: testemunhos orais, documentos de arquivo, periódicos e literatura.

Bibliografia Básica:

CASSIANO, Tathiana. Rompendo os muros da colonialidade: a literatura africana como ferramenta para o ensino de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 30, n. 1, p. 110-133, jan.-jun. 2024.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

Bibliografia Complementar:

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **História Crítica**, Bogotá, n. 68, p. 27-45, abr./jun. 2018.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. O Arquivo Nacional na “sala de aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 12, p. 35-54, 2017.

CORREIA, Janaína dos Santos. O uso da fonte literária no ensino de História: diálogo com o romance “Úrsula” (final do século XIX). **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2012.

FERNANDES, Lincoln Christian. Sujeitos escolares em foco: história oral e pesquisa com história e memória das instituições escolares. **Anais do XXVI Simpósio**

Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

PEREIRA NETO, André de Faria. O uso de documentos escritos no Ensino de História. Premissas e bases para uma didática construtivista. **História & Ensino**, Londrina, v.7, p.143-165, out. 2001.

Estágio Supervisionado III – Linguagens III (60h)

Ementa: Do lúdico à fonte de conhecimento histórico: filmes, documentários e música na sala de aula. Desafios e potencialidades para o uso de memes na educação básica. Os usos, a produção e a reelaboração de materiais didáticos com diferentes linguagens para a construção do conhecimento histórico escolar: documentos iconográficos, sonoros e audiovisuais.

Bibliografia Básica:

ABUD, Kátia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 309-317, set./dez. 2005.

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. Na trilha sonora da História: a canção brasileira como recurso didático-pedagógico na sala de aula. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 295-314, 2017.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, p. 121-142, abril/2001.

PRECIOSO, Daniel. O uso de documentos históricos em sala de aula: impactos sociais da Crise de 1929 pelas lentes do fotojornalismo. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 333-351, jan./jun. 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. Cinema e ensino de História. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, p. 151-158, 2009.

XAVIER, Fábio Chilles. Rock Nacional e Ensino de História: o uso das músicas “Fábrica” e “Capitão de Indústria” como suporte didático. **História & Ensino**, Londrina, v. 29, n. 1, p. 100-118, jan.-jun. 2023.

Estágio Supervisionado IV - Elaboração do Projeto de Docência (75h)

Ementa: O processo de ensino-aprendizagem de história. As propostas curriculares para o ensino de História. A elaboração de sequências didáticas, planejamentos e os planos de aula/ensino. Os processos avaliativos. A participação em atividades escolares como olimpíadas científicas (ONHB e OCHE), reuniões e encontros pedagógicos, festas, projetos e gincanas acadêmicas. A elaboração de um Projeto de Docência.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, André Francisco Berenger. Avaliação do ensino de História em lugar de fronteira. **História & Ensino**, Londrina, v. 28, n. 1, p. 179-200, jan.-jun. 2022.

CAIMI, Flavia. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

MOREIRA, Ana Isabel. “Por uma aprendizagem histórica: dos mitos aos desafios”. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 18, p. 101-124, 2020.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia. Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar. **Fronteiras: Revista de História**, v. 18, n. 31, p. 296-304, 2016.

CAINELLI, Marlene Rosa. A história ensinada no estágio supervisionado do curso de História: a aula expositiva como experiência narrativa. **História & Ensino**, v. 15, p. 173-182, ago. 2009.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MENEGUELLO, Cristina. Olimpíada Nacional em História do Brasil: uma aventura intelectual?. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 14, p. 1-14, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

Estágio Supervisionado V – Desenvolvimento do Projeto de Docência (75h)

Ementa: O desenvolvimento do Projeto de Docência produzido em Estágio Supervisionado IV. A participação em atividades escolares como as olimpíadas científicas (ONHB e OCHE), reuniões e encontros pedagógicos, festas, projetos e gincanas acadêmicas.

Bibliografia Básica:

CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos de uma aula de História. **Revista História Hoje**, v. 11, n. 22, p. 15-32, 2022.

FRONZA, Marcelo; RIBEIRO, Renilson Rosa. Aulas de História: a formação de alunos-leitores de mundo na contemporaneidade. **Espaço Pedagógico**, v. 21, n. 2, passo Fundo, p. 304-317, jul./dez. 2014.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Ensino de História e sensibilidade: o ver, o ouvir e o imaginar nas aulas de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 167-190, jul./dez. 2019.

Bibliografia Complementar:

BARCA, Isabel. Educação histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras (Porto)**, III série, v. 2, p. 13-21, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CIAMPI, Helenice. Ensinar História no século XXI: dilemas curriculares. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 14, p. 1-13, 2011.

MOREIRA, Ana Isabel. “Por uma aprendizagem histórica: dos mitos aos desafios”. **História Hoje**, v. 9, n. 18, p. 101-124, 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

Estágio Supervisionado VI - Instituições Custodiadoras de Acervos Históricos (60h)

Ementa: A discussão contemporânea sobre patrimônio, memória, identidade cultural e educação. A educação histórica fora do ambiente escolar: arquivos, museus, centro de memória e documentação. As práticas de ensino em instituições custodiadoras de acervos históricos: singularidades, potencialidades e desafios. As ações de educação patrimonial.

Bibliografia Básica:

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 201-218, dez. 2008.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa; BARBOSA, Andrea Cristina Oliver. A sala de aula no arquivo: análise de uma experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo com alunos da educação básica. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 269-296, jul./dez. 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008.

Bibliografia Complementar:

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARIE, Nayara Silva de; SILVA, Débora Cristina Alves da. O trabalho com monumentos como possibilidade de resistência aos processos de invisibilização de grupos sociais. **História & Ensino**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 51-71, jan.-jun. 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil:** legislação e políticas estaduais. Brasília: Educarte, 2008.

MATTOS, Hebe (org.). **Diáspora negra e lugares de memória:** A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói: EdUFF, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos [Teoria e História]**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-215, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008.

12. Metodologias de Ensino-Aprendizagem

O trabalho educativo do professor-pesquisador e da professora-pesquisadora de História no que se refere às metodologias de ensino-aprendizagem necessita entrelaçar os princípios da especificidade de sua área com o conhecimento interdisciplinar. Ao trilhar este caminho metodológico, o professor-pesquisador e a professora-pesquisadora, inspirado pelo conhecimento pedagógico, deverão atuar com criatividade, ética e flexibilidade, para além de determinismos e autoritarismos, buscando superar a prática herdada do tradicionalismo positivista. Ou seja, a de se constituir em meros transmissores de conteúdos.

Tal opção metodológica somente se materializa pela articulação dos limites e das possibilidades de teorias da história diversas, convergentes ou contraditórias, posto que, tem sido desta diversidade conceitual de ler e escrever o mundo que o conhecimento histórico humano tem se consolidado. Destacamos neste movimento o debate epistemológico sugerido pela expansão do ofício de historiar, no que se refere à multiplicação dos seus sujeitos, objetos, metodologias, abordagens e temas, almejando uma abordagem historiográfica plural. O que, na prática metodológica do ensino-aprendizagem em história, significa desenvolver procedimentos interpretativos que possibilitem a emergência de uma elasticidade conceitual do “fazer-se” humano.⁵⁶

Para tanto, o uso consciente das novas tecnologias, aliado ao conhecimento histórico-educativo acumulado pela práxis docente, deve propiciar a reflexão sobre a experiência humana, focando nas explicações dos mecanismos diversos da vida em sociedade que promovem as desigualdades sociais, sejam elas de classe, raça, etnia, sexo, gênero, entre outras. Por fim, almejamos oportunizar um trabalho educativo que permita aos sujeitos envolvidos neste processo compartilhar a diversidade cultural humana, mediante a edificação de uma visão plural de mundo e uma participação autônoma nas decisões que envolvem interesses sociais.

Segundo a historiadora Circe Bittencourt, um dos principais pressupostos “em torno do qual as propostas de renovação dos métodos de ensino pelos atuais currículos têm se organizado é o de que os atuais métodos de ensino têm de se articular às novas tecnologias”.⁵⁷ Essa constatação reforça o compromisso do curso

⁵⁶BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: EdUnesp, 1992. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EdUnicamp, 1990. THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, v. 1, p. 9.

⁵⁷BITTENCOURT, 2004, p. 106-107.

de Licenciatura em História com uma formação docente capaz de compreender as tecnologias digitais como parte integrante das transformações culturais e cognitivas do mundo contemporâneo. Não se trata de uma adesão instrumental ou tecnicista, mas de um esforço crítico de apropriação pedagógica que permita ao futuro professor e à futura professora de História utilizar as tecnologias como mediadoras do pensamento histórico, ampliando o diálogo entre passado e presente e tornando o ensino mais significativo para os estudantes. Assim, a reflexão sobre as novas tecnologias, incorporada à formação teórico-prática do curso, buscará consolidar uma docência historicamente situada, comprometida com a emancipação humana e com o fortalecimento da democracia educacional.

13. Integralização Curricular

A integralização curricular estará completa quando o/a graduando/a completar 3.440 (três mil quatrocentas e quarenta) horas em atividades, assim distribuídas: 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) horas em disciplinas obrigatórias, 180 (cento e oitenta) horas em disciplinas optativas e 60 (sessenta) horas em disciplinas eletivas, 345 (trezentas e quarenta e cinco) horas em atividades acadêmicas de extensão; e 200 (duzentas) horas em atividades complementares, e 405 (quatrocentas e cinco) horas de estágio supervisionado.

14. Atividades Complementares

O/A aluno/a deverá, obrigatoriamente, desenvolver atividades complementares na forma de atividades acadêmico-científico-culturais. Essas atividades perfazem um total de 200 (duzentas) horas-aulas e poderão ser cumpridas pelos/as alunos/as ao longo dos períodos letivos do curso, bem como em seus períodos de férias escolares, durante os dois ciclos que compõem o curso. Essas atividades deverão permitir ao/a aluno/a vivenciar atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em diversas áreas de interesse, e que lhe possibilitem adquirir diferentes conhecimentos profissionais indispensáveis ao exercício da prática docente e profissional.

A Resolução nº 20/2015 do Conselho Universitário da UNILAB estabelece que os cursos de graduação ofertados pela instituição devem incluir atividades complementares de formação social, humana e cultural; atividades de iniciação

científica, tecnológica e de formação profissional; e participação em atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo.⁵⁸

Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas das atividades complementares, que deverão integralizar 200 (duzentas) horas. Todas as atividades devem ser comprovadas, reconhecidas e homologadas pela Coordenação do curso de Licenciatura em História para que se efetive sua integralização. Os/as professores/as do Colegiado do curso de Licenciatura em História, em conjunto ou separadamente, e o/a Coordenador/a em última instância, assumirão a tarefa de supervisionar os/as estudantes na escolha de atividades complementares e de extensão a serem frequentadas, priorizando aquelas que se relacionem aos campos da História e da Educação. Isso porque tais atividades constituem espaços curriculares que visam assegurar a seguinte diretriz para a formação de professores/as da educação básica:

é preciso instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.⁵⁹

Dessa forma, para fins de registro no histórico escolar do/a aluno/a, devem considerar-se as atividades conforme equivalência de carga horária, a carga horária mínima e a carga horária máxima integralizada como no quadro abaixo.

⁵⁸UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. **Resolução nº20/2015**.

⁵⁹BRASIL Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 9/2001**, p.39.

Quadro 6.
Atividades complementares por equivalência de carga horária integralizada
e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco

Atividade	Equivalência
Atividades de formação social, humana e cultural	
Participação em eventos artísticos e culturais — visitação a exposições museológicas, participação em festivais e mostras culturais e em grupos artísticos, participação em cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.) participação em cursos de língua estrangeira	direta
Apresentação ou organização de eventos artísticos e culturais — curadoria de exposições, organização de festivais e mostras culturais, organização e facilitação de cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.), atuação ou direção de espetáculos teatrais ou musicais, exposição de trabalhos artísticos em mostra ou exposição individual ou coletiva (artes plásticas ou audiovisual)	20 h / temporada
Participação em eventos desportivos, da Unilab e outros de natureza pública como atleta ou técnico/a	direta
Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional	
Iniciação à docência — participação em programas PULSAR, participação em programa oficial de monitoria (como bolsista ou voluntário/a)	60 h / semestre
Iniciação à pesquisa — participação em programas PIBIC, PET ou PIBIT (como bolsista ou voluntário/a), participação em Grupos de Pesquisa sediados na Unilab	60 h / semestre
Participação em congressos, encontros e colóquios acadêmicos	direta
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios	20 h / trabalho
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40 h / trabalho
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial	80 h / trabalho

Atividade	Equivalência
Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	direta
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4 h / hora/aula
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação	2 h / evento
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60 h / semestre
Participação em atividades associativas e de cunho comunitário	
Participação em Órgãos Colegiados da Unilab	30 h / semestre
Participação em comissões de trabalho da Unilab	20 h / comissão
Participação em entidade estudantil	40 h / semestre
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil	40 h / semestre

15. Atividades Acadêmicas de Extensão

A Extensão Universitária é um dos pilares do ensino superior nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, sendo uma das estratégias centrais na democratização do conhecimento. As ações extensionistas permitem a troca de experiências e saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral buscando entender e valorizar os conhecimentos e práticas populares. Dessa forma, tem como meta integrar a produção de conhecimento universitário com as necessidades da comunidade, a partir da escuta de suas necessidades, buscando atender tais demandas e contribuir com o desenvolvimento da sociedade por meio do conhecimento. Da mesma forma, a extensão deve contribuir para a formação integral do estudante, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável e promovendo a reflexão ética quanto à dimensão do ensino e da pesquisa. Seguindo os princípios extensionistas, é recomendado que a relação nas atividades de extensão mantivesse um diálogo horizontal com a comunidade para elaborar ações que atendam as necessidades que a comunidade demanda. Contudo, cabe ao curso de Licenciatura em História, se orientar pela legislação vigente.

Para atender a carga horária exigida pela regulamentação optamos tanto por seguir as disposições da Resolução CNE/CP Nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que determinam que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”; quanto as determinações exigidas para cursos de licenciatura estabelecidas pela Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024 no seu art. 14, inciso III determina que são exigidas 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão.

A Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024 define também que a carga horária deve estar vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso bem como discriminada no Projeto Pedagógico do Curso.⁶⁰ Contudo, o parágrafo 4º do artigo 13, orienta que as atividades devem ser direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o

⁶⁰ Resolução CNE/CP 4/2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de junho de 2024, Seção 1, pp. 26-29.

diálogo entre os licenciandos, que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar.

Segundo a Política de Creditação da Extensão Curricularizada da Unilab, que regulamenta as modalidades de creditação da extensão na instituição, os cursos de graduação podem optar por até quatro modalidades de creditação da curricularização da extensão. Dentre essas, este curso adotou a modalidade C: “participação nas ações, programas, projetos de extensão já existentes e/ou propostas pelo curso, e mais possíveis participações em ações de extensão de outras universidades”. Os projetos podem ser definidos como “a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”.⁶¹

Para organização do currículo e dos conhecimentos específicos da formação em História, o corpo docente do Colegiado de História está dividido em eixos curriculares específicos. Estes eixos estão constituídos como: 1. Teoria e Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História; 2. Processos Históricos Globais; 3. Processos Históricos Continentais na África e na Ásia; 4. Processos Históricos Continentais nas Américas e no Brasil. Seguindo as orientações da PROEX optamos por oferecer as atividades de extensão voltadas a educação nas escolas em forma de Projetos Educacionais Curriculares de Extensão – PECE. Desta forma, cada eixo se responsabiliza pela elaboração e execução dos PECEs. O perfil desses PECEs deve seguir temas transversais relacionados a relações de gênero, relações de raça e classe, expressões culturais e artísticas, crenças e manifestações religiosas, entre outros assuntos transversais, referentes aos contextos históricos específicos de cada eixo.

Deve ser ofertado 01 (um) PECE por semestre, totalizando 07 (sete) PECEs ao final de um percurso formativo de 09 (nove) semestres. Para que seja alcançada a totalidade de horas de atividade de extensão exigida pelas determinações legais, serão oferecidos a cada percurso formativo de 09 (nove) semestres, 05 (cinco) PECEs de 45 (quarenta e cinco) horas e 02 (dois) PECE de 60 (sessenta) horas, totalizando 345 (trezentas e quarenta e cinco) horas de atividades acadêmicas de extensão. O primeiro PECE de 60 (sessenta) horas deve desenvolver atividades que contemplem, no planejamento, a execução de 15 (quinze) horas para uma introdução sobre o

61 **Extensão e Curricularização na Educação Superior Brasileira e na Unilab: Cartilha Explicativa.** Redenção: PROEX/ASSECOM, 2025, p. 08.

significado programático e teórico do que são atividades de extensão. Cada eixo curricular específico do Colegiado de História se responsabilizará, a cada percurso formativo de 09 (nove) semestres, pela oferta de 02 (dois) projetos em semestres alternados, com exceção do eixo de Teoria e Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História, que se responsabilizará apenas por 01 (um) PECE. Os semestres ímpares a cargo de dois dos eixos e os semestres pares a cargo dos outros restantes. A coordenação do projeto obedecerá ainda a um sistema rotativo de eixos e de docentes. Entre os eixos será deliberado qual será temática e qual será o docente responsável para a oferta semestral. O planejamento da oferta semestral dos PECES ficará a cargo do Coordenador de Extensão do mesmo colegiado.

O estudante deve solicitar a sua inscrição no projeto, que por sua vez também estará vinculado como projetos de extensão registrados na Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura – PROEX, junto ao coordenador do projeto, sendo avaliado ao fim da execução das atividades de extensão pelo docente responsável. Somados os 09 (nove) semestres mínimos de um percurso formativo, ao final do curso, cada discente, atuando semestralmente nos PECES, terá realizado atividades de extensão que ao fim do curso, totalizarão 345 (trezentas e quarenta e cinco) horas de atividades de extensão o que corresponde à percentagem de 10,0% da carga horária curricular estudantil, em relação a carga horária total do curso. Os PECES estarão registrados no Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas - SIGAA como Ações Curriculares de Extensão, para garantir que o registro do desenvolvimento do licenciando nas atividades acadêmicas de extensão tenham uma documentação adequada e permita o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando, como também exige o artº 7º, ítem XVIII, da Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.

Atividades de extensão realizadas fora do âmbito dos PECES na UNILAB ou em outras instituições de ensino superior, cujo público-alvo é o ambiente da educação básica, podem ser aproveitadas como atividades de extensão, mediante requerimento à coordenação e após aprovação por parte do colegiado.

16. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

De acordo com a Portaria CAPES n. 90, de 25 de março de 2024, torna-se obrigatória a integração das atividades de iniciação à docência aos currículos dos

cursos de Licenciatura. Em atendimento a essa determinação e em conformidade com a Resolução CONSEPE/UNILAB n. 267, de 17 de julho de 2023, será facultado aos licenciandos/as participantes do PIBID o aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa como carga horária correspondente às Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) em que estiverem matriculados (PECE), durante o período de vigência de sua bolsa de PIBID/CAPES.

17. Política de Estágio Curricular Supervisionado

Diante da Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação, que “Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de Licenciatura, cursos de Formação Pedagógica para graduados/as e cursos de Segunda Licenciatura)”, as licenciaturas devem seguir uma política de associação entre teorias e práticas pedagógicas, garantindo a presença dos/as licenciandos/as nas instituições de Educação Básica e afins para a realização do estágio curricular obrigatório.⁶² Em cumprimento à sobredita resolução, o Estágio Curricular Supervisionado totaliza 405 (quatrocentas e cinco) horas e será desenvolvido totalmente fora do turno do curso de Licenciatura em História, a partir do segundo ano.

18. Gestão do Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O funcionamento, acompanhamento e avaliação das turmas de Estágio Curricular Supervisionado são regulados pela Resolução CONSEPE/UNILAB nº87/2021.⁶³

O Estágio Curricular Supervisionado possui carga horária total distribuída em seis períodos: os componentes I, II e III contam com 60 (sessenta) horas cada, enquanto os componentes IV, V e VI possuem 75 (setenta e cinco) horas cada. Para cada turma dos componentes do ECS serão abertas, no máximo, 20 (vinte) vagas, excetuando-se situações especiais, devidamente deliberadas pelo Colegiado do Curso.

⁶²BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 4/2024*.

⁶³ UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. **Resolução nº 87/2021**. O documento estabelece os agentes envolvidos na realização do Estágio Supervisionado: I – Estagiário (discente do curso); II – Coordenador do curso de Graduação; III – Coordenador de Estágio (Docente do Colegiado do Curso); IV – Orientador de Estágio (Docente do Colegiado do Curso); V- PROGRAD; VI- PROINTER; VII – PROPAE, VIII – Parte concedente (Escolas da Educação Básica) e IX – Supervisor de Estágio (Docente da Educação Básica).

A realização do ECS ocorrerá, preferencialmente, em escolas públicas de ensino fundamental e médio. No Estágio Supervisionado VI, entretanto, a atuação estará restrita ao setor de educação/difusão de instituições responsáveis pela guarda e conservação de acervos históricos – governamentais e privadas, físicos ou virtuais –, bem como museus, arquivos permanentes, centros de memórias, bibliotecas etc.

Os três primeiros estágios terão como foco a utilização, produção e reelaboração de materiais didáticos com diferentes linguagens, visando a construção do conhecimento histórico escolar. O quarto e o quinto estágios concentrar-se-ão no processo de ensino-aprendizagem de História, priorizando a construção e execução de um Projeto de Docência. Nessa etapa, os/as estagiários/as deverão permanecer na mesma instituição escolar – de ensino fundamental ou médio – e sob a mesma supervisão e orientação, ao longo de dois semestres consecutivos. Dessa forma, tais estágios deverão ser complementares quanto aos problemas e soluções abordados, bem como às práticas pedagógicas e à utilização de mídia e novas tecnologias.

Por fim, o último estágio atenderá ao disposto na Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação (Cap. III, Art. 7º), ao contemplar a atuação em ambientes culturais diversos que contribuam para ampliar a construção e difusão do conhecimento histórico. Ressalta-se, nesse contexto, ressaltando o papel e a relevância do/a licenciado/a em História em espaços não escolares, como educadores/as em museus, arquivos permanentes, centros de memória, entre outros.

O/A Coordenador/a de Estágios, docente do Colegiado do Curso de Licenciatura em História, terá as seguintes atribuições: coordenar e acompanhar as atividades de estágio; solicitar, quando necessário, a assinatura de convênios junto às instâncias competentes da Universidade; cadastrar as referidas instituições para estágios; manter atualizados os registros referentes aos/as estagiários/as do curso; apoiar o planejamento, o acompanhamento e a execução das atividades de estágio; e promover a avaliação da própria gestão de estágios. Também estará sob sua responsabilidade a supervisão dos/as professores/as orientadores/as de cada componente, devendo zelar para que haja integração entre eles, de modo a assegurar a continuidade na formação dos/as licenciandos/as e desenvolvimento progressivo das atividades, com níveis crescentes de complexidade, visando à conquista de maior grau de autonomia ao fim do processo formativo.

O/A Professor/a Orientador/a de Estágio, igualmente membro/a do Colegiado do Curso de Licenciatura em História, terá por atribuições: elaborar a relação das

escolas de educação básica e das instituições afins elegíveis para a realização do estágio; planejar, acompanhar e avaliar as atividades em conjunto com os/as estagiários/as e os supervisores/as – responsáveis pela disciplina de História e/ou pelas eletivas correspondentes a esse campo do saber nas escolas, ou responsáveis pela setor educacional das instituições afins; além de incentivar a observação, a participação e a regência de aulas ao longo de cada um dos seis períodos de estágio.

Assim, o Estágio Curricular Supervisionado configura-se como um instrumento que se alinha às demandas contemporâneas de valorização dos fundamentos da educação, às diretrizes da Unilab de cooperação Sul-Sul e de democratização do ensino no interior do país. Seus componentes distribuídos ao longo de dois terços do ciclo de formação inicial dos/as licenciandos/as, constituem um espaço privilegiado para a observação e a experimentação da aplicação dos saberes acadêmicos, voltados à produção de um conhecimento histórico em instituições escolares e afins.

19. Gestão do Curso

19.1. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é, de acordo com o Estatuto da UNILAB, responsável pela integração acadêmica e pelo planejamento do ensino, sendo um órgão de consulta e de deliberação coletiva em assuntos acadêmicos, administrativos e disciplinares, em matéria de ensino, pesquisa e extensão. O Colegiado é composto pelo/a Coordenador/a do Curso, pelo/a Vice-Coordenador/a do Curso, por todos/as os/as docentes que ministrem disciplinas ofertadas pelo curso, por representantes dos/as servidores/as técnicos/as administrativos/as ligados à Coordenação do Curso, eleitos/as por seus pares até o limite de 15% (quinze por cento) do Colegiado, e por representantes discentes, igualmente eleitos/as por seus pares até o limite de 15% do Colegiado.

O Colegiado se reunirá a cada 30 dias e a ele compete deliberar sobre as atividades do curso, de acordo com as normas superiores; zelar pelo constante aprimoramento e atualização do curso, em termos didático-pedagógicos, e integrá-lo às demais instâncias responsáveis por componentes curriculares do curso; aprovar os planos de ensino dos componentes curriculares, bem como projetos de ensino, pesquisa e extensão propostos pelos professores/as, submetendo-os em seguida ao Conselho do Instituto de Humanidades; propor e aprovar, em primeira instância,

alterações no currículo, criação e extinção de componentes curriculares, e alterações no Projeto Político Pedagógico; decidir sobre procedimentos referentes aos pedidos de matrícula, trancamento, transferência ou aproveitamento de estudos, e outras solicitações, recursos ou representações de alunos/as referentes à sua vida acadêmica.

19.2 Coordenador/a do Curso

Além de ter a responsabilidade de gerenciar o curso com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as normas superiores, o/a Coordenador/a do Curso de Licenciatura em História, eleito/a entre seus pares para um mandato de dois anos, com uma recondução permitida, é responsável pela convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, e por sua condução, além de ser por definição o/a presidente do Núcleo Docente Estruturante do curso, e membro/a nato do Conselho do Instituto de Humanidades.

O regime de trabalho do/a Coordenador/a será de 20 (vinte) horas semanais dedicadas à condução do Curso, sendo que no mínimo 50% (10 horas) devem ser dedicadas a atendimento pessoal aos discentes na sala da Coordenação e através de outros canais para atendimento aos discentes, com destaque para o Fórum disponível no SIGAA e contato via email institucional (historia.ce@unilab.edu.br). O restante da carga horária será dedicado ao planejamento e acompanhamento das atividades do curso, representação do Curso junto ao NDE, Conselho do Instituto, Pró-Reitorias, SECRAIGI - Diretoria de Registro e Controle Acadêmico, Administração Superior, órgãos de Gestão Pública e outros, sempre que necessário.

O/A Coordenador/a do Curso terá, sempre que viável, titulação mínima de Doutor/a, e experiência de ensino superior, educação profissional e gestão acadêmica de pelo menos 5 (cinco) anos.

19.3. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é hoje um dos principais instrumentos de avaliação dos cursos de graduação no Brasil, responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e contínua atualização do projeto pedagógico curricular. O NDE deve zelar pela consolidação do perfil do/a egresso/a do curso, pela integração curricular interdisciplinar entre as várias atividades de ensino previstas no desenvolvimento do curso, incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, e observar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os

cursos de graduação.⁶⁴ Na UNILAB, todo curso de graduação deve ter um NDE, sob a presidência do/a Coordenador/a do Curso e outros 5 (cinco) docentes, no mínimo, com liderança acadêmica, produção na área do curso e experiência de ensino. O NDE deve se reunir a cada 3 (três) meses.⁶⁵

O NDE do Curso de História deve ser formado pelo/a Coordenador/a do Curso, pelo/a Vice-Coordenador/a do Curso e por 5 (cinco) professores/as comprometidos com a qualidade acadêmica, com o perfil do egresso e, também, com a “alma” do curso, nos termos do Parecer CONAES nº 4/2010.⁶⁶ Os/As membros/as do NDE devem ser eleitos dentre os/as componentes do Colegiado do Curso, para mandatos de 3 (três) anos. Devem ser, necessariamente, do quadro efetivo da Unilab em regime de dedicação exclusiva, e ter titulação mínima de Doutor/a. O NDE reúne-se a cada 3 (três) meses e tem, entre suas atribuições, a de assegurar que as diversas componentes curriculares previstas sejam agrupadas em áreas de afinidade, a fim de se otimizar a distribuição de carga horária de ensino e a contratação de novos/as docentes, com vistas a assegurar a aderência dos/as professores/as aos conteúdos e metodologias exigidos em cada componente. O NDE deve refletir, na medida do possível, essas áreas de afinidade em que o curso será estruturado, assegurando-se ainda que pelo menos 4 (quatro) dos seus componentes tenham formação ou produção relevante em História.

A dinâmica de funcionamento do NDE do Curso de História está regulada por um Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo Colegiado do Curso em fevereiro de 2024. Em sua composição atual, 100% dos/as docentes possuem experiência profissional maior que 3 (três) anos de atuação no Magistério do Ensino Superior.

20. Avaliação

O PPC se configura como objeto de avaliação dos cursos de graduação, sendo um dos componentes principais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil (SINAES). Este, por sua vez é um procedimento utilizado pelo MEC para realizar o reconhecimento e a renovação dos cursos de graduação em

⁶⁴BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 1/2010.**

⁶⁵UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. **Resolução nº 15/2011.**

⁶⁶BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Parecer nº 4/2010.**

funcionamento no país. Representando uma medida necessária para a emissão e o reconhecimento de diplomas.

O SINAES estabelece ainda a Avaliação Institucional, que consiste de diretrizes e instrumentos de avaliação externa da educação superior propugnado pelas IES, sob a gestão pública do MEC/CONAES/INEP. Um parâmetro importante dessa avaliação é a articulação do PPC com o PDI e PPI. Com isso, o PPC não se circunscreve ao âmbito dos cursos de graduação, mas ao revés expressa de modo concomitante a autonomia da universidade na produção de conhecimento e as políticas públicas governamentais de promoção da educação, integração e inclusão social e econômica.

20.1 Da Aprendizagem

A sistemática de avaliação da aprendizagem será feita com base nas normas estabelecidas pelo Regimento Geral da Unilab e pelas resoluções específicas sobre o tema definidas e aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI), desta instituição, lembrando que o/a professor/a deve adotar um sistema de avaliação acadêmica de caráter diagnóstico, formativo e somativo.⁶⁷

O/A professor/a deve ainda explicitar, no início de cada disciplina, a metodologia de avaliação a ser adotada, seus critérios e seus objetivos. Cada instrumento de avaliação utilizado deve ser planejado em consonância com os objetivos de ensino definidos, e o momento da devolutiva deve ser aproveitado como espaço pedagógico.

Para aprovação, o/a discente deve obter no mínimo a Média Parcial 7,0. Para as Médias parciais entre 4,0 e 6,99 será aplicado Exame Final. A Média Final deve ser igual ou superior a 5,0. O/A discente também deve obter a Frequência mínima de 75% da carga horária em cada componente curricular.

20.2. Do Ensino

Os/As estudantes avaliarão, a cada final de período letivo, as disciplinas cursadas e seus professores/as, de forma anônima. A avaliação se dará por meio de um questionário fechado e será estruturada em 2 (dois) eixos, o primeiro voltado para a dinâmica de ensino aprendizagem (compreendendo o planejamento da disciplina,

⁶⁷UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. **Resolução nº 27/2014.**

as metodologias de ensino, os processos de avaliação de aprendizagem e a postura ética do/a docente), e o segundo enfocando a contribuição daquele componente curricular para a formação profissional, o desenvolvimento da autonomia intelectual e para a formação ética e cidadã do/a estudante.

Após a compilação estatística dos resultados, os resultados serão debatidos no Colegiado, em uma sessão em que os/as professores/as apresentarão um breve relatório de sua experiência com cada um dos componentes curriculares, levando em conta sua autoavaliação. Essa dupla avaliação é parte integrante do planejamento dos próximos períodos letivos.

20.3. Do Currículo

Caberá à Coordenação do curso de Licenciatura em História e ao Núcleo Docente Estruturante do curso acompanhar a aplicação deste currículo, bem como orientar os/as alunos/as e professores/as sobre seus preceitos, normas e a dinâmica do seu desenvolvimento.

A cada final de período letivo, o Colegiado fará uma reunião de avaliação, nos moldes já descritos acima. Em sua reunião ordinária, a cada 3 (três) meses, o Núcleo Docente Estruturante levará em conta a avaliação das componentes curriculares específicas para refletir sobre o desenvolvimento do curso ao longo do fluxograma e propor eventuais adaptações.

Ao fim de 4 (quatro) reuniões, ou seja, a cada ano, o Núcleo Docente Estruturante procederá às modificações neste PPC que se fizerem necessárias.

21. Condições de oferta do curso

21.1. Recursos Materiais

O Curso de Licenciatura em História desenvolve suas atividades administrativas e acadêmicas no Campus das Auroras, localizado na Rua José Franco de Oliveira, s/n, na cidade de Redenção..

O curso dispõe de uma sala destinada à coordenação, a qual também abriga o arquivo físico de documentos. O acesso ao espaço é garantido por escadas, rampas e elevador, assegurando condições de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Há um laboratório de informática com capacidade para atender, simultaneamente, até 30 (trinta) estudantes. O laboratório está disponível para o desenvolvimento de atividades acadêmicas que demandem o uso de equipamentos

computacionais e acesso à internet. Há ainda o Núcleo de Documentação Ladeíse Silveira (NUDOC/IH/UNILAB), órgão complementar vinculado ao Instituto de Humanidades, que reúne um acervo relevante de documentação histórica dos séculos XIX e XX. Tanto o espaço físico quanto o acervo do NUDOC são regularmente utilizados em atividades de formação prática voltadas à pesquisa e ao ensino, especialmente no âmbito da disciplina Laboratório de Educação, Fontes e Métodos I.

No Bloco Didático—também acessíveis por escadas, rampa e elevador — há um total de 40 (quarenta) salas de aula, das quais 32 (trinta e duas) comportam até 42 (quarenta e dois) estudantes, e 8 (oito) possuem capacidade para até 80 (oitenta) estudantes. As salas são compartilhadas entre o Curso de Licenciatura em História e os demais cursos de graduação vinculados ao Instituto de Humanidades e ao Instituto de Literaturas e Linguagens.

No térreo está localizada a Biblioteca Setorial de Auroras da UNILAB, na qual estão disponíveis, em suporte físico ou digital, acervo de obras de referência da área de humanidades, incluindo os títulos que compõem as bibliografias básicas das disciplinas obrigatórias e optativas do Curso de Licenciatura em História. O acesso ao acervo da biblioteca é gratuito para todos os estudantes matriculados na UNILAB.

Em situações excepcionais, o curso também pode utilizar as salas de aula do Bloco Didático da Unidade Acadêmica dos Palmares, a aproximadamente 3,1 km da Campus das Auroras. A conexão entre os dois espaços é assegurada, de forma gratuita, pelo serviço de transporte intercampi da UNILAB, que opera de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 22h30, e aos sábados, das 7h30 às 17h30.,

Além disso, é no Campus dos Auroras que se encontram os gabinetes docentes ocupados pelos professores do colegiado do curso. Esses gabinetes, atualmente em número de oito, são compartilhados por dois ou três docentes e são utilizados para atividades de pesquisa, orientação acadêmica e estudos individuais.

A gestão acadêmica do curso (oferta de turmas, lotação de docentes, matrícula de estudantes, controle de frequência, lançamento de notas, registros de atividades extracurriculares, emissão de declarações e certificados) é feita por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que é administrado pela Coordenação do Curso, sendo permitido o acesso limitado de estudantes e docentes para realização de ações inerentes às suas prerrogativas e necessidades.

21.2. Recursos Humanos

O Curso de Licenciatura em História conta, atualmente, com 18 (dezoito) professores efetivos, em regime de dedicação exclusiva, vinculados ao colegiado por meio da Portaria IH nº 83, de 8 de outubro de 2021.

Todos os docentes possuem título de doutorado, com formação nas áreas de História, Educação ou Ciências Sociais.

A Coordenação do Curso conta com o apoio administrativo de uma secretária terceirizada, cedida pela Direção do Instituto de Humanidades, que atua em regime de 40 (quarenta) horas semanais.

22. Apoio Discente

22.1 Auxílios

Os/As alunos/as do Curso de Licenciatura em História da UNILAB serão atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil, administrado e fiscalizado pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), e que tem o objetivo de garantir acesso a direitos de assistência estudantil a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da UNILAB, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário. O PAES é financiado com recurso do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Ministério da Educação.⁶⁸

O PAES oferece ao estudante que se enquadra dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica 5 (cinco) diferentes modalidades de auxílio. São elas:

- 1) auxílio-moradia: concedido com o objetivo de garantir condições de residência ao/a estudante cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial no qual o/a estudante se encontre regularmente matriculado. O auxílio é concedido para o/a estudante que resida fora da Zona Urbana dos municípios dos campi, ou ao/a estudante cujo acesso aos campi, seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância, ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente;
- 2) auxílio-instalação: concedido com o objetivo de apoiar os/as estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de condições de

⁶⁸BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

fixação de residência no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos e utensílios domésticos, que sejam essenciais ao funcionamento de uma residência.

- 3) auxílio-transporte: concedido com o objetivo de complementar despesa com transporte para o deslocamento do/a estudante da sua residência até a sede dos campi onde estuda;
- 4) auxílio-alimentação: concedido com o objetivo de complementar com a alimentação dos/as estudantes;
- 5) auxílio social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica na permanência na universidade, para casos em que não se aplique os auxílios moradia e instalação.

O acesso a este programa é franqueado a todos os/as estudantes dos cursos de graduação presencial da UNILAB que comprovem, na forma da legislação brasileira, condição de vulnerabilidade socioeconômica e é regido por e[E]dital próprio administrado pela PROP AE.

22.2 Bolsas e programas de excelência acadêmica, Iniciação científica e na Docência

Além do PAES, vinculado à PROP AE, os/as estudantes do Curso de História, a partir de 2016, passaram a também se beneficiar com o Programa Pulsar, mantido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Esse programa, cuja ação envolve a concessão de bolsas de estudo, objetiva realizar o acompanhamento e a orientação acadêmica dos/as estudantes dos cursos de graduação da UNILAB, através de ações de tutoria que visam beneficiar tanto os/as bolsistas como a comunidade discente de um modo geral. Articulando ações de tutoria entre professores/as (tutores/as sêniores) e alunos/as (tutores/as júniores), o desenvolvimento do programa está baseado na organização e na realização de atividades acadêmicas, como, por exemplo, palestras, mesas redondas e oficinas; além das atividades de tutoramento em si, em que os/as bolsistas (tutores/as júniores), orientados/as e supervisionados/as pelos professores/as (tutores/as sêniores) tem por atribuição principal o acompanhamento dos demais estudantes do curso através de ações de tutoria realizadas por disciplinas, visando promover a adaptação do/a estudante à graduação e colaborando para a sua permanência qualificada, bem como orientando-o/a no processo de transição da Educação Básica para o Ensino Superior. As atividades dos/as tutores/as juniores

totalizarão 12 (doze) horas semanais distribuídas a critério dos/as tutores/as seniores (professores/as) designados pelos respectivos Institutos aos quais as bolsas estão vinculadas.

Desde o ano de 2019, a Licenciatura em História da Unilab participa dos programas de iniciação à docência PIBID e Residência Pedagógica, o que tem sido um marco relevante para a disponibilidades de bolsas para os/as estudantes de História. No ano de 2025, o curso oferece 24 (vinte e quatro) bolsas do programa PIBID.

Dentro da Unilab, o curso de História também participa do Programa Bolsa de Monitoria, nas disciplinas com maior taxa de reprovação. Através deste programa, o curso oferece 2 (duas) bolsas remuneradas.

Além do mais, existem as bolsas de extensão e pesquisa, geridas a partir dos editais internos da Unilab, PIBEAC da Proext e PIBIC e PIBITI da Proppg, com duração de 1 (um) ano. A quantidade de bolsas para estudantes de História é variável, desde que depende da aprovação dos projetos e da seleção de cada orientador/a.

22.3 Estrutura

Os/As alunos/as do curso contam ainda com um conjunto de serviços de apoio, tais como o Restaurante Universitário (RU), unidade de distribuição de refeições que atende à comunidade universitária (estudantes, professores/as e técnicos/as administrativos/as), fornecendo refeições a preços subsidiados, administrado pela Coordenação de Saúde e Bem-Estar (COSBEM) da Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Para ter acesso ao RU o/a estudante precisa estar regularmente matriculado/a em seu curso de graduação presencial. Atualmente, a Unilab possui uma unidade no Campus da Liberdade, uma unidade no Campus das Auroras e outra na Unidade Acadêmica dos Palmares — acessíveis aos discentes do Curso de Licenciatura em História. As 3 (três) unidades RU funcionam nos seguintes horários: segunda a sexta-feira, das 11h às 13h30, e das 17h às 19h, e aos sábados, das 11h às 13h30.

A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis, por meio do Núcleo de Atenção às Subjetividades (NIAS), disponibiliza ainda o Serviço de Atendimento Psicológico (SATEPSI). Este serviço é destinado a receber os/as estudantes que desejem ser atendidos/as por profissionais da Psicologia, estando alinhado com as diretrizes da Política Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). Chegar e permanecer no ambiente universitário proporciona grandes provocações ao cotidiano

do/a estudante. Trata-se de um novo mundo, com novas e desconhecidas exigências, responsabilidades e desafios. As vivências e convivências neste universo são potenciais desencadeadoras de diversos tipos de sofrimentos, angústias, ansiedades e conflitos que necessitam de um espaço de acolhida e cuidado, necessário na perspectiva de se revelar ou construir novos caminhos, novas soluções. A diversidade de formação dos/as profissionais do SATEPSI permite oferecer ao/a estudante variadas modalidades de atendimento, como atendimentos individuais (Psicologia Fenomenológico-existencial e Psicanálise), grupos de desenvolvimento pessoal, interpessoal, terapêuticos, entre outros.

23. Acessibilidade

Em cumprimento à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelecem normas gerais para promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a UNILAB possui instalações acadêmicas com equipamentos que facilitam o acesso e a circulação dos que necessitam de condições especiais para tanto.⁶⁹

Os espaços onde funcionam as atividades didático-acadêmicas do curso de Licenciatura em História possuem rampas de acesso para uso de cadeirantes e demais pessoas com mobilidade reduzida. Há elevadores destinados ao uso prioritário de estudantes e servidores/as com mobilidade reduzida, em processo de implantação. Há, ainda, banheiros adaptados para o uso de pessoas com mobilidade reduzida.

Além disso, a instituição, de acordo com a RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB Nº 55, de 16/12/2021, instituiu a Política de Inclusão e Acessibilidade na Unilab, através do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI). O núcleo é ser composto por uma equipe multidisciplinar que deverá promover ações para a garantia da execução da política de inclusão e acessibilidade na sua implementação através do Plano de Acessibilidade da Unilab.

⁶⁹BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.*

24. Disposições Finais

24.1 Da Implementação da Nova Matriz Curricular

Com o objetivo de mitigar eventuais prejuízos decorrentes da mudança curricular para os/as estudantes veteranos do curso de Licenciatura em História, a nova matriz curricular prevista neste Projeto Pedagógico Curricular (PPC) será implementada de forma gradativa. Durante esse processo, será mantida a oferta da matriz curricular vigente, estabelecida pela Resolução Consuni nº 39/2018, pelo período de 6 (seis) semestres letivos consecutivos, contados a partir do primeiro semestre de vigência da nova matriz curricular. Após esse período, a antiga matriz será descontinuada.

O processo de implementação progressiva da nova matriz e de descontinuidade da matriz anterior seguirá a seguinte sistemática:

Semestre Letivo	Oferta da Nova Matriz	Oferta da Matriz Antiga
1	1º semestre	3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º semestres
2	1º e 2º semestres	4º, 5º, 6º, 7º e 8º semestres
3	1º, 2º e 3º semestres	5º, 6º, 7º e 8º semestres
4	1º, 2º, 3º e 4º semestres	6º, 7º e 8º semestres
5	1º, 2º, 3º, 4º e 5º semestres	7º e 8º semestres
6	1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º semestres	8º semestre
7	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º semestres	*****
8	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º semestres	*****
9	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º semestres	*****

24.2 Da Vinculação de Ingressantes à Nova Matriz Curricular

A partir da aprovação e implementação deste Projeto Pedagógico Curricular, todos os/as estudantes que ingressarem no curso de Licenciatura em História deverão

ser obrigatoriamente vinculados à nova matriz curricular aqui estabelecida.

Excepcionalmente, será facultada a vinculação à matriz curricular anterior — conforme estabelecida pela Resolução Consuni nº 39/2018 — aos estudantes egressos/as do curso de Bacharelado em Humanidades que vierem a ingressar na Licenciatura em História nos 2 (dois) primeiros semestres letivos subsequentes à implementação deste PPC.

A partir do terceiro semestre letivo, após a implementação, inclusive os/as estudantes egressos/as do Bacharelado em Humanidades deverão ser vinculados exclusivamente à nova matriz curricular do Curso de Licenciatura em História.

25. Referências Bibliográficas

- ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça** (romance). São Paulo: Ática, 1983.
- ACHEBE, Chinua. O nome difamado da África. In: **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 82-99.
- ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARRIO, Ángel B. Espina (ed.). **Conocimiento local, comunicación e interculturalidad**. Recife: Massangana; Madrid: Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, 2006.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade cultural**: globalização e culturas locais - dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Instituto Pensarte, 2005, p. 73-81.
- BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: EdUnesp, 1992.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. **As novas ciências e as humanidades**: da academia à política. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CAZES, Leonardo. Ciências Humanas sem vez: governo briga para excluir área do programa Ciência sem Fronteiras e sofre críticas. **O Globo (Prosa & Verso)**, Rio de Janeiro, sábado, 22 de dezembro de 2012, p. 4.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica**: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 1991.
- COLLINWOOD, R. G. **A ideia de história**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1981.
- COMAROFF, Jean. Teorias do sul. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 467-480, ago. 2011.
- CONDE, Miguel. Pacote de contenção do pensamento: cortes nas artes e Ciências Humanas enfraquecem democracia, diz filósofa Martha Nussbaum. **O Globo (Prosa & Verso)**, Rio de Janeiro, sábado, 16 abr. 2011, p. 6-7.
- DERRIDA, Jacques. **L'écriture et la différence**. Paris: Seuil, 1967.
- DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (org.).

- História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 49-62.
- DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo. **Unilab:** caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul. Redenção: Unilab, 2013.
- ELA, Jean-Marc. **Restituir a história às sociedades africanas:** promover as Ciências Sociais na África negra. Ramada: Pedago; Luanda: Mulemba, 2013.
- ELIAS, Norbert. **A condição humana.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.
- ELLIS, Stephen. Writing histories of contemporary Africa. **The Journal of African History**, v. 43, n. 1, p. 1-26, 2002.
- FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 36, p. 9-38, 2007.
- FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana.** Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-389, set.-dez. 2005.
- FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. **Tempo**, Niterói, n. 21, p. 75-91, jul.-dez. 2006.
- FLORESCANO, Enrique. A função social do historiador. **Tempo**, Niterói, v. 4, p. 65-79, 1997.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens.** Bauru: EdUSC, 2004.
- FONTANA, Josep. História depois do fim da história. Bauru: EdUSC, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FRANK, Andre Gunder. **ReORIENT:** global economy in the Asian age. Berkeley: University of California, 1998.
- FRANKLIN, John Hope. O historiador e a política do Estado. In: **Raça e História.** Ensaios selecionados (1938-1988). Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 367-379.
- GOMES, Angela Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2007, p. 43-63.
- GOMES, Nilma Lino, SILVA; Petronilha Beatriz Gonçalves e. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e.

Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 13-33.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e o ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro: EdFGV, 2009, p. 35-50.

IPECE. **Anuário estatístico do Ceará.** Fortaleza: IPECE, 2010.

JEWSIEWICKI, Bogumil; NEWBURY, David (eds.). **African historiographies: what History for which Africa?** [s.l.]: SAGE, 1985.

KI-ZERBO, J. Introdução geral. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África.** 2. ed. rev., Brasília: Unesco, 2010, p. XXXI-LVII.

LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales:** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: EdUnicamp, 1990.

LOPES, Carlos. Inferioridade africana? In: LOPES, Carlos. **Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana.** Porto: Afrontamento, 1997, p. 17-26.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalternidade. Os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das Humanidades e das ciências sociais no século XXI. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, p. 105-129, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Faperj, 2003, p. 127-136.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony.** Berkeley: University of California, 2001.

MESSIANT, Christine. Em Angola até o passado e imprevisível: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA. In: **Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação:** Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 803-859.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

- MKADAWIRE, Thandika; SOLUDO, Charles C. **Our continent, our future: African perspectives on structural adjustment**. Trenton, Asmara: Africa World Press, 1999.
- MORIN, Edgar. Inter-poli-transdisciplinaridade. In: **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 105-116.
- MUDIMBE, Valentin Y. **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University, 1988.
- OBENGA, Theophile. **Pour une nouvelle histoire**. Paris: Presence Africaine, 1980.
- PAMPLONA, Marco A. Os novos rumos da historiografia sobre a escravidão e as raízes do tempo presente. In: PAMPLONA, Marco A. (org.). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-17.
- PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 21-43, jan.- jun. 2008.
- PETERSON, Derek R.; MACOLA, Giacomo (eds.). **Recasting the past: writing history and political work in modern Africa**. Athens: Ohio University, 2009.
- PFNISTER, Alan O. A Faculdade de Humanidades: um debate que continua. **Diálogo**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 64-69, 1985.
- RAGO, Margareth. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 9-13.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010.
- RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. Transformações disciplinares em sistemas de poder. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistema de poder**. Brasília: EdUnB, 2012.
- RIBEIRO, Renato Janine (org.). **Humanidades: um novo curso na USP**. São Paulo: EdUSP, 2001.
- ROCHA, Helenice. Introdução. In: ROCHA, Helenice, MAGALHAES, Marcelo, CONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Profissão: historiador. O estudo como uma maneira de entender o presente e o futuro. **Leituras da História**, São Paulo, ano 2, n. 18, p. 1-8, 2009.

- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. *O curriculum oculto*. Porto: Porto, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jovens brasileiros e europeus: identidade, cultura e ensino de história. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, jul.-dez., 2002.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Trajetórias da investigação em didática da história no Brasil: experiência da Universidade Federal do Paraná. In: **Histodidactica**. Metodología y Epistemología de las Ciencias Sociales. Disponível em: <http://www.ub.edu/histodidactica/images/documentos/pdf/trajetorias_investigacao_didactica_historia%20_brasil_experiencia_universidade_federal_%20parana.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOARES, Luiz Carlos. Introdução. In: SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2007, p. 15-20.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subaltermo falar?** Belo Horizonte: EdUFMG 2010.
- TAYLOR, Charles. **A secular age**. Cambridge: Belknap Harvard University Press, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013
- VELHO, Otávio. Os novos sentidos da interdisciplinaridade. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 213-226, 2010.
- VENTURI, Gustavo. Diversidade: ampliando a agenda 2010. **Teoria e Debate**, São Paulo, ano 22, n. 83, p. 49, jul.-ago. 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: EdUSP, 2009.
- YOUNG, R. **White mythologies**: writing History and the West. London, New York: Routledge, 1990.

26. Referências Normativas

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Parecer nº 4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 492/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 1.363/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 13/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 9/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 3/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 4/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 300, de 30 de janeiro de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria do Planejamento e Gestão. Plano plurianual do Estado do Ceará 2008–2011: revisão 2010. Fortaleza: SEPLAG, 2010. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/ppa2008-2011revisao2010.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.

IPECE (CEARÁ). Anuário estatístico do Ceará 2017. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2017.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. Resolução Ad Referendum nº 42/2019.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. Resolução Ad Referendum nº 403/2025.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. Política de creditação da extensão curricularizada da Unilab. Anexo à Resolução nº 81/2021.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. Resolução nº 87/2021.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão. Resolução ad Referendum nº 403/2025.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. Resolução nº 15/2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. Resolução nº 22/2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. Resolução nº 24/2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho

Superior Pro-Tempore. Resolução s.n., 16 set. 2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. Resolução nº 40/2021.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. Resolução nº 55/2021.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Universitário. Resolução nº 181/2025.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Estatuto. Redenção: Unilab, 2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Projeto de desenvolvimento institucional (versão preliminar). Redenção: Unilab, 2013.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Projeto pedagógico institucional. Redenção: Unilab, 2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Projeto político pedagógico [do] Curso de Bacharelado em Humanidades. Redenção: Unilab, 2013.